



# SUMÁRIO

- LEI Nº 755/2021, EM 20 DE SETEMBRO DE 2021 - Institui no Município de São Gabriel "SEXTA-FEIRA DE ARTE E CULTURA", e dá outras providências.  
LEI Nº. 756/2021, EM 24 DE SETEMBRO DE 2021 - "ALTERA O ARTIGO 2º DA LEI MUNICIPAL Nº 661/2017 – ACERCA DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".
- LEI Nº 761/2021, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2021 - AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PROCEDER A DOAÇÃO DE TERRENO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.  
LEI Nº 763/2021, EM 25 DE NOVEMBRO 2021 - "Dispõe sobre a Criação do CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO DA CIDADE DE SÃO GABRIEL e dá outras providências"
- LEI Nº 775/2022, EM 02 DE JULHO DE 2022 - Institui a Política Pública de Fomento à Economia Solidária, no Âmbito do Município de São Gabriel- Bahia, e dá outras providências.
- LEI Nº 778/2022 EM 18 DE AGOSTO DE 2022 - Institui a Política Municipal de Saneamento Básico e dá outras providências.
- LEI Nº 558/2013 DE 22 DE MAIO DE 2013.
- INEXIGIBILIDADES Nº 56, 57 E 58.
- DISPENSAS Nº 01, 03, 04, 05, 10, 12, 13, 14, 15, 20, 21, 22, 23, 31, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 46 E 59.



Lei



**ESTADO DA BAHIA**  
**Prefeitura Municipal de São Gabriel**  
**CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32**

LEI Nº 755/2021, EM 20 DE SETEMBRO DE 2021.

Institui no Município de São Gabriel "SEXTA-FEIRA DE ARTE E CULTURA", e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL, Estado da Bahia, faz saber que o Legislativo Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituído, no Município de São Gabriel, a "SEXTA-FEIRA DE ARTE E CULTURA", a ser realizada na última sexta – feira de cada mês.

Art. 2º. O evento de que trata esta lei, passará a integrar o Calendário Oficial do Município de São Gabriel.

Art. 3º. Poderá constar na programação da "Sexta-Feira de Arte e Cultura":

- I - feira de arte e artesanato;
- II - contador de histórias e declamação de poesias;
- III - apresentação de artistas locais e regionais;
- IV - oficinas de arte;
- V - teatro dança, dentre outras expressões culturais.

Art. 4º. As atividades a serem realizadas poderão ser desenvolvidas em parceria com o Poder Executivo, através de seus órgãos competentes, além de escolas particulares, ONGs, e entidades afins.

Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 20 de setembro de 2021

Hipólito Rodrigues Silva Gomes  
Prefeito Municipal

Largo da Pátria, 132 – Centro. São Gabriel – BA. CEP: 44915- 000  
Fone/Fax: (74) 3620 2122





ESTADO DA BAHIA  
Prefeitura Municipal de São Gabriel  
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

**LEI Nº. 756/2021, EM 24 DE SETEMBRO DE 2021.**

**“ALTERA O ARTIGO 2º DA LEI MUNICIPAL Nº 661/2017 – ACERCA DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

O Povo do Município de São Gabriel/BA, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, Sr. Hipólito Rodrigues Silva Gomes, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte LEI:

**Art. 1º.** O art. 2º da Lei municipal de nº 661/2017, a qual dispõe sobre a reformulação do Conselho Municipal de Assistência Social, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º - O Conselho Municipal de Assistência Social, CMAS do Município de São Gabriel/BA, órgão superior de deliberação colegiada, de caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, cujos membros, nomeados pelo Chefe do Executivo, terão mandatos de 2 (dois) anos, permitida única recondução por igual período, será composto pelos seguintes membros e respectivos suplentes:

I – Representantes do poder público:

- a) Um representante da Secretária Municipal de Meio Ambiente e Agricultura;
- b) Um representante da Secretária Municipal de Assistência Social;
- c) Um representante da Secretária Municipal de Educação;
- d) Um representante da Secretária Municipal de Saúde;
- e) Um representante da Secretária Municipal de Administração;

II – Representantes da sociedade civil organizada:

- a) Um representante dos usuários ou de organizações de usuários;
- b) Um representante da Sociedade Religiosa local;
- c) Um representante da Associação dos Quilombolas local;
- d) Um representante dos trabalhadores do SUAS – Sistema Único de Assistência Social;
- e) Um representante das entidades e organizações da assistência social;

§ 1º O CMAS será composto nos termos acima e terá o seu funcionamento regido nos termos do seu regimento interno.

§ 2º O CMAS será presidido por um dos seus integrantes, eleito dentre seus membros para mandato de 2 (dois) anos, permitida uma única recondução por igual período, observada a alternância entre os representantes da sociedade civil e do governo.

Largo da Pátria, 132 – Centro. São Gabriel – BA. CEP: 44915- 000  
Fone/Fax: (74) 3620 2122





**ESTADO DA BAHIA**  
**Prefeitura Municipal de São Gabriel**  
**CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32**

§ 3º O CMAS contará com uma Secretaria Executiva, a qual terá sua estrutura disciplinada em ato do Poder Executivo.

**Art. 2º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, mantendo-se íntegras as demais disposições da Lei Municipal nº 661/2017, com as alterações nos termos do artigo anterior.

São Gabriel/BA, 24 de setembro de 2021.

**Hipólito Rodrigues Silva Gomes**  
**Prefeito Municipal**

Largo da Pátria, 132 – Centro. São Gabriel – BA. CEP: 44915- 000  
Fone/Fax: (74) 3620 2122





**ESTADO DA BAHIA**  
**Prefeitura Municipal de São Gabriel**  
**CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32**

---

Largo da Pátria, 132 – Centro. São Gabriel – BA. CEP: 44915- 000  
Fone/Fax: (74) 3620 2122





ESTADO DA BAHIA  
Prefeitura Municipal de São Gabriel  
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

LEI Nº 761/2021, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2021.

**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PROCEDER A DOAÇÃO DE TERRENO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei orgânica municipal, faz saber, que a Câmara Municipal de Vereadores de São Gabriel aprova e eu sanciono a seguinte Lei.

**Art. 1º** - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a doação do imóvel (terreno) situado no município de São Gabriel, Bahia possuindo 417,88 metros quadrados, que tem como LIMITANTES ao Leste com o COLÉGIO LUIZ MARTINS, ao Oeste a CRECHE INFANCIA FELIZ, ao Norte VIA PÚBLICA, TRAVESSA CANTIONILHO A. DURÃES, ao Sul VIA PÚBLICA, RUA 03, de propriedade da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ(MF) sob nº 13.891.544/0001-32, com sede administrativa ao Largo da Pátria, 132, Centro, São Gabriel BA, CEP: 44915-000 para a construção de um templo de acordo com o ART 2º, para a IGREJA PENTECOSTAL GETSEMANI, inscrito no CNPJ sob nº 43.385.300/0001-49, com sede na Rua 03 s/nº, Bairro Maria Cândida, São Gabriel -BA, CEP: 44915-000.

**Art. 2º** - A doação do imóvel urbano acima descrito tem por objetivo a construção de um templo religioso da IGREJA PENTECOSTAL GETSEMANI, inscrito no CNPJ sob nº 43.385.300/0001-49.

**PARAGRAFO ÚNICO** - As despesas decorrentes de Escrituração Pública correrão por conta do donatário.

**Art. 3º** - A comissão de Avaliação designada pelo Prefeito Municipal apresentará laudo de avaliação do valor do imóvel.

**Art. 4º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO, em 19 de Novembro de 2021.

Hipólito Rodrigues Silva Gomes  
Prefeito Municipal

Largo da Pátria, 132 – Centro. São Gabriel – BA. CEP: 44915- 000  
Fone/Fax: (74) 3620 2122





**ESTADO DA BAHIA**  
**Prefeitura Municipal de São Gabriel**  
**CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32**

**LEI Nº 763/2021, EM 25 DE NOVEMBRO 2021.**

*“Dispõe sobre a Criação do  
CONSELHO MUNICIPAL DE  
DESENVOLVIMENTO URBANO  
DA CIDADE DE SÃO GABRIEL e  
dá outras providências”*

**O Prefeito do Município de SÃO GABRIEL - BAHIA**, no uso de atribuições que por Lei lhe são conferidas, faz saber que o Poder Legislativo Municipal aprova e eu, sanciona a seguinte LEI:

**CAPÍTULO I**  
**DO SISTEMA MUNICIPAL DE GESTÃO DA POLÍTICA URBANA**

**SEÇÃO I**  
**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E ÂMBITOS DE AÇÃO**

**Art. 1º** - Visando a qualificação do planejamento e da gestão das políticas públicas através da participação popular democrática na cidade de São Gabriel, fica instituído o sistema municipal de participação e controle social no planejamento e na gestão da política urbana, denominado oficialmente SISTEMA MUNICIPAL DE GESTÃO URBANA, tendo, como âmbitos de ação:

- I** – o Poder Executivo Municipal;
- II** - a Participação e Controle Social.

§ 1º - Os âmbitos de ação referidos nos incisos deste artigo sempre atuarão de maneira integrada e complementar.

**SEÇÃO II**  
**DOS OBJETIVOS DO SISTEMA MUNICIPAL DE GESTÃO URBANA**

**Art. 2º** - Para garantir a efetiva participação da Sociedade Civil, respeitando a Lei Federal nº 10.257/01 - Estatuto da Cidade, o planejamento e a gestão da política urbana terão como objetivos:

Largo da Pátria, 132 – Centro. São Gabriel – BA. CEP: 44915- 000  
Fone/Fax: (74) 3620 2122





**ESTADO DA BAHIA**  
**Prefeitura Municipal de São Gabriel**  
**CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32**

**I** - tornar transparentes e participativos os processos de planejamento e gestão da política urbana;

**II** - criar canais de participação e controle social por parte dos cidadãos e das instâncias representativas dos vários segmentos da sociedade;

**III** - fomentar um processo educativo e de capacitação da população para que esta possa participar dos processos decisórios relativos ao planejamento e gestão urbanos;

**IV** - identificar as prioridades sociais do Município e integrá-las às prioridades do Poder Executivo Municipal;

**V** - acompanhar e avaliar permanentemente a implantação e implementação da gestão do Plano Diretor Democrático de SÃO GABRIEL e legislação correlata, bem como o cumprimento dos vários programas, projetos e instrumentos a eles relacionados propondo a sua atualização;

**VI** - evitar a descontinuidade do processo de planejamento e gestão urbanos e a descaracterização das diretrizes urbanísticas do Município através da gestão democrática.

## **CAPÍTULO II**

### **DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**

**Art. 3º** - O Poder Executivo Municipal, como âmbito de atuação do Sistema de Planejamento e Gestão da Política Urbana:

**I** - promoverá a articulação entre Poder Executivo Municipal, Sociedade Civil, entidades e demais órgãos governamentais das esferas estadual e federal que tenham relação com a política urbana;

**II** - adequará a gestão orçamentária às diretrizes da política urbana, estabelecidas como implementação do Plano Diretor Democrático;

**III** - terá suas políticas, estratégias, programas, projetos e ações coordenadas em conformidade com as diretrizes estabelecidas como implementação do Plano Diretor Democrático;

**IV** - executará políticas e ações articuladas com os demais órgãos municipais e com outros organismos governamentais e não-governamentais, seja no âmbito dos Municípios contíguos com o Município de São Gabriel, seja nos âmbitos estadual ou federal;

**V** - promoverá a realização de audiências públicas, na forma da Lei;

Largo da Pátria, 132 – Centro. São Gabriel – BA. CEP: 44915- 000  
Fone/Fax: (74) 3620 2122







**ESTADO DA BAHIA**  
**Prefeitura Municipal de São Gabriel**  
**CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32**

**VI** - submeterá à apreciação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano da Cidade de São Gabriel as ações necessárias à implementação dos instrumentos previstos na elaboração Plano Diretor Democrático.

### **CAPÍTULO III**

#### **DA PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL**

**Art. 4º** - E assegurada a participação da população em todas as fases do processo e planejamento e gestão da política urbana do Município, mediante as seguintes instâncias de participação:

**I** - Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano da Cidade de São Gabriel;

**II** - Audiência Pública.

**§ 1º** - A participação da população referida no caput do presente artigo abrangerá:

**I** - a elaboração e aprovação do Regimento do processo de implantação e implementação do Plano Diretor Democrático de São Gabriel;

**II** - o processo elaboração e aprovação do orçamento participativo, na forma regulada pelo Estatuto da Cidade e legislação correlatas.

**§ 2º** - A participação da população em todas as fases do processo de planejamento e gestão da política urbana do Município deverá basear-se na plena informação, disponibilizada pelo Executivo com antecedência.

**§ 3º** - O Executivo apresentará à Câmara Municipal e ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano da Cidade de São Gabriel relatório de gestão da política urbana e plano de ação seguinte, devendo estar de acordo com o PPA e ser publicado no Diário Oficial e divulgado em jornal de circulação, incluindo-se outros meios complementares.

### **SEÇÃO I**

#### **DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO DA CIDADE DE SÃO GABRIEL**

#### **SUBSEÇÃO I**

Largo da Pátria, 132 – Centro. São Gabriel – BA. CEP: 44915- 000  
Fone/Fax: (74) 3620 2122





ESTADO DA BAHIA  
Prefeitura Municipal de São Gabriel  
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

**DA DEFINIÇÃO, DOS OBJETIVOS E DOS PRINCÍPIOS DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO DA CIDADE DE SÃO GABRIEL.**

**Art. 5º** - O Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano da Cidade de São Gabriel é um órgão colegiado, de natureza permanente, deliberativa, consultiva e propositiva, sendo parte do Sistema Municipal de Gestão Urbana e do Sistema Nacional de Política Urbana.

**Parágrafo Único** - No intuito de conferir-lhe operacionalidade, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano da Cidade de São Gabriel integrará a estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal, sendo-lhe assegurado autonomia política.

**Art. 6º** - O Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano da Cidade de São Gabriel tem por objetivos:

- I** - promover a sustentabilidade urbana municipal;
- II** - garantir a efetiva participação da Sociedade Civil em todas as fases do processo de planejamento e gestão territorial e urbana;
- III** - integrar políticas e ações responsáveis pela intervenção urbana;
- IV** - articular-se com os outros conselhos setoriais;
- V** - acompanhar, avaliar e garantir a continuidade no tempo das políticas, programas e projetos de desenvolvimento urbano do Município;
- VI** - acompanhar e avaliar a implementação da legislação orçamentária municipal de acordo com as diretrizes, prioridades, planos, estratégias, programas e projetos expressos no Plano Diretor Democrático;
- VII** - acompanhar, avaliar e aprovar a elaboração, correção e atualização da Planta de Valores Genéricos (PVG).

**Art. 7º** - Constituem os princípios norteadores do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano da Cidade de São Gabriel e de suas ações:

- I** - participação Popular;
- II** - igualdade e Justiça Social;
- III** - função Social da Cidade;
- IV** - função Social da Propriedade;
- V** - desenvolvimento Sustentável.

**SUBSEÇÃO II**

Largo da Pátria, 132 – Centro. São Gabriel – BA. CEP: 44915- 000  
Fone/Fax: (74) 3620 2122





**ESTADO DA BAHIA**  
**Prefeitura Municipal de São Gabriel**  
**CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32**

### **DO PRINCÍPIO DA PARTICIPAÇÃO POPULAR**

**Art. 8º** - Estará assegurada a participação popular quando, na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano, estiver consolidada a ampla e irrestrita participação da população, de maneira que os diversos setores da sociedade tenham igual oportunidade de expressar suas opiniões e de participar dos processos decisórios.

**Parágrafo Único** - Visando contribuir com a busca pela efetivação do disposto no caput do presente artigo, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano da Cidade São Gabriel;

**I** - no limite de suas atribuições, auxiliará o Poder Executivo nos atos voltados ao pleno funcionamento do Sistema Municipal de Gestão Urbana, referido na presente Lei, sempre orientado pelo objetivo de assegurar à ampla e irrestrita participação popular;

**II** - acompanhar e avaliar os atos do Poder Público voltado às garantias de acesso à informação pública;

**III** - exigirá ou, no limite de suas atribuições, promoverá a realização de audiências públicas, na forma prevista nesta Lei.

### **SUBSEÇÃO III**

### **DO PRINCÍPIO DA IGUALDADE E JUSTIÇA SOCIAL**

**Art. 9º** - O Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano da Cidade de São Gabriel contribuirá com a promoção da igualdade e justiça social em seu território quando:

**I** - atuar orientado pela busca da redução da segregação socioespacial;

**II** - apoiar o Poder Público nas ações voltadas à justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes das obras e serviços de infraestrutura urbana;

**III** - auxiliar o Poder Público e a população na recuperação dos investimentos públicos municipais que resultaram na valorização de imóveis urbanos;

**IV** - promover e auxiliar o Poder Público na promoção de igualdade de acesso pela população, aos equipamentos e serviços públicos;

**V** - orientar o Poder Público e população na busca pela justa distribuição dos equipamentos e serviços públicos pelo território;

**VI** - promover o acesso à assistência técnica e jurídica gratuita para os cidadãos, comunidades e grupos sociais menos favorecidos.

Largo da Pátria, 132 – Centro. São Gabriel – BA. CEP: 44915- 000  
Fone/Fax: (74) 3620 2122





**ESTADO DA BAHIA**  
**Prefeitura Municipal de São Gabriel**  
**CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32**

**SUBSEÇÃO IV**

**DO PRINCÍPIO DA FUNÇÃO SOCIAL DA CIDADE**

**Art. 10º** - O Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano da Cidade de São Gabriel contribuirá com o Poder Público na efetivação da função social da cidade quando desempenhar o controle social, visando garantir e promover a justiça social, a redução das desigualdades sociais e a melhoria da qualidade de vida, no Município, em especial:

- I** - o acesso à terra urbana e à moradia;
- II** - o saneamento;
- III** - a cultura;
- IV** - o lazer;
- V** - a segurança;
- VI** - a educação;
- VII** - a saúde; e
- VIII** - integridade ecológica.

**SUBSEÇÃO V**

**DO PRINCÍPIO DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE**

**Art. 11º** - A propriedade urbana deverá exercer plenamente a função social que lhe impõe o parágrafo 2º do art. 182 da Constituição Federal, combinado com o disposto nos termos do Estatuto da Cidade e legislação correlata.

**Parágrafo Único** - O Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano da Cidade de São Gabriel contribuirá com o cumprimento da função social da propriedade urbana quando acompanhar e avaliar o atendimento, pelo proprietário, dos seguintes requisitos:

- I** - cumprimento das disposições expressas no Plano Diretor Democrático que conduzam à observância da função social de sua propriedade;
- II** - compatibilidade do uso e do porte da propriedade com a infraestrutura, equipamentos e serviços públicos disponíveis;
- III** - compatibilidade do uso e do porte da propriedade com a preservação da qualidade do ambiente urbano e natural, bem como do equilíbrio ecológico;
- IV** - compatibilidade do uso e do porte da propriedade com a segurança, bem estar e a saúde de seus usuários e vizinhança.

Largo da Pátria, 132 – Centro. São Gabriel – BA. CEP: 44915- 000  
Fone/Fax: (74) 3620 2122





**ESTADO DA BAHIA**  
**Prefeitura Municipal de São Gabriel**  
**CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32**

**SUBSEÇÃO VI**  
**DO PRINCÍPIO DA SUSTENTABILIDADE**

**Art. 12º** - Para os efeitos desta Lei, a sustentabilidade consiste no desenvolvimento local socialmente justo, ambientalmente equilibrado e economicamente viável, de forma a assegurar qualidade de vida para as presentes e futuras gerações.

**Parágrafo Único** - O Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano da Cidade de São Gabriel contribuirá para a promoção da sustentabilidade no Município quando desempenhar o controle social, visando garantir de forma efetiva e irrevogável, para as presentes e futuras gerações, o direito:

- I** - à terra urbana;
- II** - à moradia;
- III** - ao meio ambiente;
- IV** - ao saneamento ambiental;
- V** - à infraestrutura urbana;
- VI** - ao transporte;
- VII** - aos serviços públicos;
- VIII** - ao trabalho;
- IX** - ao lazer;
- X** - à identidade cultural.

**SUBSEÇÃO VII**  
**DAS COMPETÊNCIAS**

**Art. 13º** - Compete ao Conselho:

**I** - defender e garantir a efetiva participação da Sociedade Civil, em observância ao Estatuto da Cidade, bem como a continuidade de políticas, programas e projetos de desenvolvimento urbano do Município;

**II** - estimular a ampliação e o aperfeiçoamento dos mecanismos de participação e controle social municipais e regionais;

Largo da Pátria, 132 – Centro. São Gabriel – BA. CEP: 44915- 000  
Fone/Fax: (74) 3620 2122





**ESTADO DA BAHIA**  
**Prefeitura Municipal de São Gabriel**  
**CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32**

**III** - estudar e propor diretrizes para a formulação e implementação da política municipal de desenvolvimento urbano, de forma articulada com as demais políticas de desenvolvimento urbano, sejam estas de nível nacional, estadual e/ou regional;

**IV** - acompanhar e avaliar a execução das políticas de desenvolvimento municipal referidas no inciso anterior, deliberando e emitindo orientações, com vistas ao cumprimento do Estatuto da Cidade e legislação correlata;

**V** - propor a edição de normas gerais que regulem matéria territorial e urbana;

**VI** - articular-se com outros conselhos, de forma a integrar ações e políticas de intervenção territorial e urbana;

**VII** - opinar sobre os projetos de lei de matéria urbanística a serem encaminhados ao Legislativo bem como quanto a sua sanção;

**VIII** - aprovar seu regimento interno e decidir sobre as alterações propostas por seus membros, na forma da presente Lei.

**Parágrafo Único** - É facultado ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano da Cidade de São Gabriel, diretamente ou através, de assessorias, consultorias e auditorias:

**I** - promover a realização de eventos municipais e regionais sobre temas relacionados aos seus objetivos;

**II** - solicitar e/ou realizar estudos sobre temas relacionados aos seus objetivos.

#### **SUBSEÇÃO VIII**

#### **DA ORGANIZAÇÃO DO CONSELHO**

**Art. 14º** - O Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano da Cidade de São Gabriel se organiza seguindo critérios de representação territorial e setorial, sendo composto em sua totalidade por 10 (dez) membros.

§ 1º - A representação dos Poderes Executivo e Legislativo será composta por 05 (cinco) membros, observada a seguinte distribuição e composição: pelo menos, 01 (um) representante do Poder Executivo Municipal; 01 (um) representante do Poder Legislativo Municipal; 03 (três) representantes vinculados às Secretarias Municipais correlatas de Assistência Social, Infraestrutura, e Agricultura e Meio Ambiente.

§ 2º - A representação da sociedade será composta por 05 (cinco) membros, observada a seguinte distribuição e composição: pelo menos, 01 (um) representante dos Servidores Municipais; 04 (quatro) representantes de Entidades representativas da Sociedade Cível Organizada;

**Largo da Pátria, 132 – Centro. São Gabriel – BA. CEP: 44915- 000**  
**Fone/Fax: (74) 3620 2122**





**ESTADO DA BAHIA**  
**Prefeitura Municipal de São Gabriel**  
**CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32**

§ 3º - Para cada representante deverá ser apresentado um suplente;

**SUBSEÇÃO IX**  
**DO MANDATO DOS CONSELHEIROS**

**Art. 15º** - O mandato dos conselheiros, indistintamente, será de 02 (dois) anos, sendo permitida uma reeleição sucessiva.

**Art. 16º** - O início e término do mandato dos Conselheiros não poderão coincidir com o início e término do mandato do Prefeito.

**SEÇÃO III**  
**DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS**

**Art. 18º** - As audiências públicas configuram direito do cidadão e da comunidade, e têm por objetivos:

**I** - a cooperação entre diversos atores sociais, o Poder Executivo e o Poder Legislativo de São Gabriel;

**II** - promover debates sobre temas de interesse da cidade, envolvendo a população e as associações representativas dos vários segmentos da comunidade;

§ 1º - As propostas que motivarem a realização de Audiência Pública serão apresentadas com base em estudos, que serão disponibilizados a qualquer interessado, indistintamente.

§ 2º - Os estudos referidos no parágrafo anterior deverão compor o relatório da Audiência Pública publicado.

§ 3º - Serão obrigatórias a publicação e divulgação das deliberações de Audiência Pública, na forma do parágrafo segundo do presente artigo.

§ 4º - Quando a Audiência Pública tiver por objetivo a discussão sobre alterações na legislação urbanística, no todo ou em parte, suas deliberações deverão ser apensadas ao Projeto de Lei proposto, compondo memorial do processo legislativo.

§ 5º - O funcionamento das audiências públicas será regulamentado em norma específica, que será submetida à aprovação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano da Cidade de São Gabriel.

Largo da Pátria, 132 – Centro. São Gabriel – BA. CEP: 44915- 000  
Fone/Fax: (74) 3620 2122





**ESTADO DA BAHIA**  
**Prefeitura Municipal de São Gabriel**  
**CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32**

**Art. 19º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 26 de novembro de 2021.

**HIPÓLITO RODRIGUES SILVA GOMES**

Prefeito Municipal

Largo da Pátria, 132 – Centro. São Gabriel – BA. CEP: 44915- 000  
Fone/Fax: (74) 3620 2122







Lei



**ESTADO DA BAHIA**  
**Prefeitura Municipal de São Gabriel**  
**CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32**

**LEI Nº 775/2022, EM 02 DE JULHO DE 2022.**

Institui a Política Pública de Fomento à Economia Solidária, no Âmbito do Município de São Gabriel- Bahia, e dá outras providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL**, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais faz saber, que a Câmara Municipal de Vereadores de São Gabriel aprova e sanciona a seguinte Lei.

**CAPÍTULO I**

Da Política de Fomento à Economia Solidária do Município de São Gabriel - BA:

Art. 1º - Fica instituído no âmbito do Município Política Pública de Fomento à Economia Solidária, que tem como objetivo implantar a Política Municipal de Fomento à Economia Solidária, contribuindo na integração das estratégias gerais de desenvolvimento sustentável.

Parágrafo único. A execução do Programa, previsto no caput será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Assistência Social, que estabelecerá normas e procedimentos para a sua implementação, acompanhamento, monitoramento e avaliação.

Art. 2º - Ficam instituídos no âmbito da Política Pública de Fomento à Economia Solidária:

- I. Conselho Municipal de Economia Solidária;
- II. Plano Municipal de Economia Solidária;
- III. Centro Público de Economia Solidária;
- IV. Fundo Municipal de Economia Solidária.

**CAPÍTULO II**

**Da Política Municipal de Fomento à Economia Solidária.**

**SEÇÃO I – Dos Princípios Fundamentais**

Art. 3º - A Política Municipal de Fomento à Economia Solidária reger-se-á pelos princípios e regras previstos nesta Lei, constituindo um sistema público destinado a auxiliar a criação, o desenvolvimento, a consolidação, a sustentabilidade e a expansão dos Empreendimentos de Economia Solidária, incluindo as cadeias e arranjos produtivos solidários, redes e outras formas de

Largo da Pátria, 132 – Centro. São Gabriel – BA. CEP: 44915- 000  
Fone/Fax: (74) 3620 2122





**ESTADO DA BAHIA**  
**Prefeitura Municipal de São Gabriel**  
**CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32**

integração e cooperação entre eles, e outras atividades relacionadas ao fomento da Economia Solidária, voltados à população trabalhadora.

Parágrafo Único - A Política Municipal de Fomento à Economia Solidária visa atender aos cidadãos que desejem se organizar, dentro do Município, em novos Empreendimentos de economia Solidária, e/ou consolidar aqueles já constituídos.

Art. 4º - Para os efeitos desta Lei, a Economia Solidária constitui-se de iniciativas coletivas de produção de bens e cultura, prestação de serviços, consumo, troca, distribuição, comercialização, bancos comunitários, moedas sociais e outras atividades econômicas, baseando-se na autogestão, na cooperação, na solidariedade e garantindo a partilha equitativa das riquezas produzidas entre seus membros participantes.

Art. 5º - São princípios da Política Municipal de Fomento à Economia Solidária:

- I. A valorização do ser humano;
- II. O bem-estar e a justiça social;
- III. O direito ao trabalho digno, garantindo todas as proteções sociais previstos em lei para o trabalho cooperado e associado;
- IV. O primado do trabalho, com o controle do processo produtivo pelos trabalhadores;
- V. Autogestão da cooperação e da solidariedade;
- VI. Fortalecimento da democracia, respeito à liberdade de opinião, de organização e de identidade cultural;
- VII. Apoio ao desenvolvimento local territorial e Sustentável;
- VIII. O desenvolvimento local integrado e sustentável com a preservação do equilíbrio dos ecossistemas;
- IX. Respeito ao Meio Ambiente. Restrição à utilização de substâncias nocivas à saúde humana, ao meio ambiente e aos animais, e estimular produção limpa;
- X. Informação e proteção dos (as) Consumidores (as).

### SEÇÃO II- Dos objetivos

Art. 6º - São objetos da Política Municipal de Fomento à Economia Solidária:

- I. Contribuir para a erradicação da pobreza e da marginalização, reduzindo as desigualdades sociais no Município;
- II. Contribuir para o acesso dos cidadãos ao trabalho e renda, como indicação essencial para a inclusão e mobilidade sociais para elevação da autoestima e melhoria de qualidade de vida;

Largo da Pátria, 132 – Centro. São Gabriel – BA. CEP: 44915- 000  
Fone/Fax: (74) 3620 2122





**ESTADO DA BAHIA**  
**Prefeitura Municipal de São Gabriel**  
**CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32**

- III. Fomentar o desenvolvimento de novos modelos sócios produtivos coletivos e auto gestionários, bem como a sua consolidação, incorporando conhecimento e estimulando o desenvolvimento de tecnologias adequadas a esses modelos;
- IV. Incentivar e apoiar a criação, o desenvolvimento, a consolidação, a sustentabilidade e a expansão dos Empreendimentos de Economia Solidária, organizados em cooperativas, ou sob outras formas associativas compatíveis com os critérios fixados nesta Lei;
- V. Fomentar a produção e o consumo em cadeias, estreitando a relação produtor e consumidor;
- VI. Promover política de abastecimento da cidade com base na agroecologia e economia solidária, tendo por meta uma cidade livre de agrotóxicos e transgênicos;
- VII. Fomentar a criação de redes, cadeias e arranjos produtivos de Empreendimentos de Economia Solidária e de grupos sociais produtivos, assim como fortalecer as relações de intercâmbio e de cooperação entre os mesmos e os demais atores econômicos e sociais do território onde estão inseridos, bem como em âmbito local, regional e nacional;
- VIII. Estimular a produção intelectual sobre o tema, bem como de material didático de apoio aos Empreendimentos de Economia Solidária;
- IX. Incentivar formação para cidadania, capacitação para gestão e capacitação técnica aos trabalhadores dos Empreendimentos de Economia Solidária, para estimular a elevação do grau de escolaridade;
- X. Criar e consolidar uma cultura empreendedora baseada nos valores da Economia Solidária;
- XI. Orientar e apoiar a organização e o registro dos Empreendimentos de Economia Solidária, constituindo banco de dados atualizado contendo o cadastro dos empreendimentos que cumpram os requisitos desta Lei;
- XII. Promover a visibilidade da Economia Solidária, fortalecendo os processos organizativos, de apoio e adesão da sociedade;
- XIII. Criar oportunidades e espaços permanentes de intercâmbio de conhecimentos, informações, experiências e relações entre as iniciativas de Economia Solidária e os demais setores da sociedade;
- XIV. Estimular a inclusão do tema Economia Solidária na rede municipal de ensino, visando ao fortalecimento da cultura do empreendimento Auto gestor como forma de organização da produção, do consumo e do trabalho;
- XV. Promover cursos de formação em Economia Solidária para gestores públicos e interessados;
- XVI. Fomentar o desenvolvimento territorial, valorizando e fortalecendo as dinâmicas e arranjos produtivos locais dentro dos princípios da Economia Solidária.

Largo da Pátria, 132 – Centro. São Gabriel – BA. CEP: 44915- 000  
Fone/Fax: (74) 3620 2122





**ESTADO DA BAHIA**  
**Prefeitura Municipal de São Gabriel**  
**CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32**

Art. 8º - Competirá ao Poder Público propiciar as condições e elementos básicos para execução da Política Municipal de Fomento à Economia Solidária.

### SEÇÃO III - Dos Empreendimentos da Economia Solidária

Art. 9º - Para efeitos da Política Municipal de Fomento à Economia Solidária são considerados Empreendimentos de Economia Solidária os organizados sob a forma de cooperativas, associações e grupos comunitários, compreendendo ainda a iniciativa de empresas que adotarem a autogestão, além das redes solidárias e outros grupos populares, e que possuam, cumulativamente, as seguintes características:

- I. Ser organização econômica coletiva e supra familiar permanente, compostas de trabalhadores urbanos ou rurais.
- II. Ter os membros e os trabalhadores do empreendimento o controle dos meios de produção, sendo ou não proprietários do patrimônio;
- III. Ser empreendimento organizado sob a forma de autogestão, garantindo a administração coletiva e soberana das atividades e da destinação dos seus resultados por todos os seus membros;
- IV. Ter adesão livre, esclarecida e voluntária dos seus membros;
- V. Desenvolver cooperação com outros grupos e empreendimentos;
- VI. Buscar a inserção comunitária, com a adoção de práticas democráticas e de cidadania;
- VII. Desenvolver ações condizentes com a função social do empreendimento e a preservação do meio ambiente;
- VIII. Praticar a produção e comercialização coletiva, consumo, trocas, finanças solidárias e distribuição;
- IX. Proporcionar condição de trabalho salutar e segura;
- X. Garantir a transparência na gestão dos recursos;
- XI. Observar a prática de preços justos com maximização de resultados;
- XII. Garantir a participação dos integrantes na formação do capital social do empreendimento.

Parágrafo Único. Os Empreendimentos de Economia Solidária trabalharão, prioritariamente, em rede, abrangendo a cadeia produtiva desde a produção de insumos até a comercialização final dos produtos, integrando os grupos de consumidores, de produtores e de prestadores de serviços para a prática do consumo solidário.

Largo da Pátria, 132 – Centro. São Gabriel – BA. CEP: 44915- 000  
Fone/Fax: (74) 3620 2122





**ESTADO DA BAHIA**  
**Prefeitura Municipal de São Gabriel**  
**CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32**

**CAPÍTULO III**

**Da execução, Implementação, Monitoramento e Avaliação dos Instrumentos.**

**SEÇÃO I – Da Execução e Implementação.**

Art. 10º - Como forma de instrumentalizar a implementação da Política Municipal de Fomento à Economia Solidária o Poder Público estabelecerá a:

- I. Criação e manutenção de um banco de informação municipal em Economia Solidária, com identificação e caracterização dos Empreendimentos, bem como das entidades de apoio, assessoria e fomento;
- II. Implantação de processos adequados de avaliação, monitoramento e acompanhamento das iniciativas de Economia Solidária;

Art. 11º - Na implementação da Política Municipal de Fomento à Economia Solidária, com vistas à consecução dos objetivos desta Lei, poderão ser conferidos aos beneficiários:

- I. Educação, formação para cidadania e capacitação técnica, tecnológica e profissional em áreas de interesses dos Empreendimentos de Economia Solidária;
- II. Fomento a constituição de espaços e redes solidárias de produção, troca, consumo, comercialização e de conhecimento e informação;
- III. Subsidiar nas finanças solidárias e incentivar o acesso a linhas de crédito com taxas de juros e garantias diferenciadas, adequadas aos Empreendimentos de Economia Solidária, e a política de investimento social;
- IV. Apoio a comercialização e ampliação de mercado para os bens e serviços da Economia Solidária em âmbito local, regional e nacional;
- V. Apoio à pesquisa, a inovação, ao desenvolvimento e à transferência de conhecimento e tecnologias apropriadas aos Empreendimentos de Economia Solidária;
- VI. Fomentar o turismo de base comunitária;
- VII. Apoio a disseminação e troca de tecnologias de gestão entre os Empreendimentos de Economia Solidária;
- VIII. Assessoria técnica necessária à organização da produção e comercialização dos produtos e serviços, assim como à elaboração de planos de trabalho;
- IX. Utilização de bens públicos a título precário e temporário, desde que autorizada pela autoridade competente;
- X. Oportunidade de participação em processo de incubação voltado à criação, consolidação e fortalecimento da organização de Empreendimentos de Economia Solidária;

**Largo da Pátria, 132 – Centro. São Gabriel – BA. CEP: 44915- 000**  
**Fone/Fax: (74) 3620 2122**





**ESTADO DA BAHIA**  
**Prefeitura Municipal de São Gabriel**  
**CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32**

- XI. Orientação técnica e financeira direcionada a recuperação de empresas em risco de processo de recuperação judicial, desde que mantidos por trabalhadores sob a forma de autogestão e de acordo com as diretrizes estabelecidas nesta Lei e nas disposições legais pertinentes;
- XII. Adequado tratamento tributário aos Empreendimentos de Economia Solidária;
- XIII. Apoio técnico, contábil e jurídico;
- XIV. Suporte jurídico e institucional para constituição e registro de Empreendimentos de Economia Solidária;
- XV. Apoio na realização de eventos de Economia Solidária;
- XVI. Reconhecimento e certificação participativa dos empreendimentos de economia Solidária.

Art. 12º - Por iniciativa do Conselho Municipal de Economia Solidária será criado o selo certificador de Economia Solidária, denominado Selo Solidário, para identificação, pelos consumidores, do caráter legal, solidário e ecológico da produção, da prestação de serviços, da distribuição, da comercialização dos produtos e da origem dos insumos.

Art. 13º - Para implementação das ações e ampliação de sua capacidade, o Município promoverá integração com as demais políticas desenvolvidas no âmbito do Estado e União.

Parágrafo Único. O disposto no caput deste artigo não obsta a celebração de parcerias com entidades de direito público, que tenham interesse em cooperar na implantação da Política Municipal de Fomento à Economia Solidária, visando subsidiar os Empreendimentos de Economia Solidária, o processo de incubação e as ações específicas de acesso às novas tecnologias.

#### **SEÇÃO II – Do Monitoramento e Avaliação**

Art. 14º - Os órgãos da Administração Direta e Indireta incumbidos da execução da Política Municipal de Fomento à Economia Solidária prevista nesta Lei, ainda que na função de atividade meio, deverão instituir indicadores e metodologias de análise apropriados aos princípios da Economia Solidária, com vistas ao monitoramento, aperfeiçoamento da política pública e avaliação das ações, dos projetos e das atividades a serem implementadas.

Art. 15º - A avaliação da Política Municipal de Fomento à Economia Solidária será baseada, prioritariamente, nos seguintes parâmetros e critérios:

I - Inclusão social e desenvolvimento cidadão, considerando o grau de:

- a) melhoria de renda per capita;
- b) elevação da escolaridade;
- c) permanência do educando nos sistemas de ensino;
- d) inserção ao trabalho através de iniciativas de Economia Solidária;

**Largo da Pátria, 132 – Centro. São Gabriel – BA. CEP: 44915- 000**  
**Fone/Fax: (74) 3620 2122**





**ESTADO DA BAHIA**  
**Prefeitura Municipal de São Gabriel**  
**CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32**

- e) regularização de documentos pessoais;
- f) melhoria nas condições de moradia;
- g) aquisição de bens de consumo duráveis;
- h) acesso a instrumentos de finanças solidárias: moedas, cartão, fundo solidário;
- i) cuidados com a saúde;
- j) consumo de produtos agroecológicos;
- k) participação em atividades de cultura e lazer.

II - Sustentabilidade dos Empreendimentos de Economia Solidária, considerando o grau de:

- a) formalização e legalização das sociedades;
- b) qualidade do produto;
- c) relações de trabalho;
- d) comprometimento dos sócios;
- e) condições de posse, controle e condições físicas oferecidas;
- h) substituição da renda convencional pela renda recebida no empreendimento;
- i) quantidade de pontos de venda e quantidade de clientes;
- j) condições de respeito ambiental, social, educacional, e melhoria nas condições de saúde de seus membros;
- k) organização e participação de eventos de caráter econômico, tais como feiras, rodadas de negócios, encontros e outros;
- l) ponto de equilíbrio financeiro;
- m) acesso ao crédito e financiamento;
- n) desenvolvimento tecnológico dos produtos, métodos, processos e técnicas e da gestão da produção;
- o) desenvolvimento dos instrumentos de autogestão;
- p) aprimoramento da educação, formação e capacitação ocupacional.

III - transformação social ampliando a sua participação em atividades coletivas para a melhoria da qualidade de vida na comunidade, por meio de associações, cooperativas, orçamento participativo, conselhos, fóruns, instituições locais;

IV - construção de autogestão dos Empreendimentos, considerando o grau de:

- a) remuneração do trabalho;

**Largo da Pátria, 132 – Centro. São Gabriel – BA. CEP: 44915- 000**  
**Fone/Fax: (74) 3620 2122**





**ESTADO DA BAHIA**  
**Prefeitura Municipal de São Gabriel**  
**CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32**

- b) igualdade de direitos entre os sócios;
- c) transparência administrativa;
- d) decisões tomadas de forma coletiva;
- e) distribuição democrática dos resultados do trabalho;
- f) equidade de gênero.

III- Contribuição para o desenvolvimento da Economia Solidária, com base na participação em redes, arranjos, cadeias produtivas solidárias, em Inter cooperação de Empreendimentos, clubes de troca, compras solidárias, feiras de economia solidária, clubes de poupança, cooperativas de crédito ou fundo solidário, e demais iniciativas congêneres.

**CAPÍTULO IV**  
**Do Conselho de Economia Solidária de São Gabriel-BA– COMESOL Seção I**  
**Da Constituição, Objetivos e Competências.**

Art. 17º - Fica criado o Conselho Municipal de Economia Solidária –COMESOL, órgão consultivo e deliberativo, vinculado à Secretaria de Assistência Social.

Parágrafo Único - A regulamentação do Conselho Municipal de Economia Solidária –COMESOL será estabelecida no Capítulo IV desta Lei.

Art. 18º - São atribuições do Conselho Municipal de Economia Solidária -COMESOL:

- I. Promover o debate público, regulamentar, elaborar e complementar a política pública, assim como monitorar sua implementação, execução e tornar público seus resultados e balanços;
- II. Fiscalizar e acompanhar a execução da Lei de Economia Solidária e a gestão do Fundo Municipal;
- III. Formular diretrizes e propor ações que contribuam para a efetiva integração cultural, econômica, social e política dos segmentos envolvidos;
- IV. Acompanhar e avaliar a gestão financeira, os ganhos sociais e o desempenho dos programas e projetos que fazem parte das políticas tratadas nesta lei e os financiados pelo Fundo Municipal ora criado;
- V. Criar comissões especializadas ou grupos de trabalho para desenvolver estudos, projetos, debates e pesquisas relativas aos interesses das políticas estabelecidas nesta lei;
- VI. Manter canais de comunicação, em relação aos temas que lhe são afetos, com outros órgãos do poder Público;
- VII. Encaminhar proposta e sugestões da sociedade civil ou de fórum temáticos setoriais;
- VIII. Organizar plenárias e audiências públicas, quando necessário, para a discussão de diretrizes e projetos relacionados às políticas mencionadas nesta Lei;

**Largo da Pátria, 132 – Centro. São Gabriel – BA. CEP: 44915- 000**  
**Fone/Fax: (74) 3620 2122**







**ESTADO DA BAHIA**  
**Prefeitura Municipal de São Gabriel**  
**CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32**

IX. Propiciar e garantir a articulação efetiva do Conselho Municipal de Economia Solidária - COMESOL, com o Fórum Estadual e Federal e demais Conselhos Estadual e Federal de Economia Solidária;

X. Elaborar o Plano Municipal de Economia Solidária;

XI. Elaborar seu regimento interno.

### **Seção II- Da Composição**

Art. 19º - O Conselho Municipal de Economia Solidária -COMESOL, será composto por representantes de empreendimentos econômicos solidários, entidades de apoio e do poder Público de forma paritária, sem remuneração, sendo seu exercício considerado de relevante serviço à promoção e preservação da ordem econômica e social local, sendo: I-Poder Público:

- a) Secretária de Assistência Social;
- b) Fundação Cultural do Município;
- c) Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente;
- d) Secretaria de Educação do Município.

I-Sociedade Civil:

- a) um representante da agricultura familiar de São Gabriel ;
- b) um representante da Associação de Artesãos de São Gabriel ;
- c) um representante das comunidades tradicionais;
- d) um representante da comunidade quilombola;
- e) um representante dos empreendimentos de Economia Solidária de São Gabriel ;
- f) um representante dos movimentos sociais de São Gabriel;
- g) um representante da associação/cooperativa de catadores de materiais recicláveis.

§ 1º Para cada representante titular deverá também ser indicado um suplente, que o substituirá em seus impedimentos e o sucederá no caso de vacância.

§ 2º Os conselheiros e seus suplentes terão mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos por igual período.

§ 3º O presidente do Conselho será eleito pelo Conjunto dos Conselheiros.

§ 4º Os representantes do Poder Público serão indicados pelos órgãos responsáveis.

**Largo da Pátria, 132 – Centro. São Gabriel – BA. CEP: 44915- 000**  
**Fone/Fax: (74) 3620 2122**





**ESTADO DA BAHIA**  
**Prefeitura Municipal de São Gabriel**  
**CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32**

§ 5º Os representantes de Empreendimentos e de Fomento à Economia Solidária, integrantes da sociedade civil, serão eleitos na Conferência Municipal de Economia Solidária, priorizando a diversidade de representações na composição do Conselho.

§ 6º Em caso de não preenchimento das vagas reservadas para as entidades de fomento, essas serão preenchidas por representantes de Empreendimentos de Economia Solidária, ou vice-versa, eleitos na Conferência Municipal de Economia Solidária.

§ 7º São impedidos de integrar o Conselho Municipal de Economia Solidária os representantes da sociedade civil que estejam nas seguintes situações:

- I Cônjuge e parentes consanguíneos ou afins, até 3º (terceiro) grau, do Prefeito, Vice-prefeito, Secretários Municipais e Vereadores;
- II Funcionários de empresas de assessoria ou consultoria que prestem serviços relacionados à economia solidária no âmbito do Município, bem como cônjuges, parentes consanguíneos ou afins, até 3º (terceiro) grau desses profissionais;
- III Pessoas que exerçam cargos ou funções públicas de livre nomeação e exoneração no âmbito dos órgãos do Poder Executivo e do Poder Legislativo.

Art. 20º - Os serviços desempenhados pelos membros do Conselho Municipal de Economia Solidária não serão remunerados, sendo considerados de relevante interesse público.

Art. 21º - Os instrumentos da Economia Solidária do Município serão geridos pela Secretaria de Assistência Social, com a participação do Fórum Municipal de economia Solidária de São Gabriel.

Art. 22º - O Poder Executivo regulamentará o funcionamento do COMESOL no prazo máximo de noventa dias a partir da vigência desta Lei.

### **CAPITULO V** **Do Plano Municipal de Economia Solidaria**

Art. 23º – São atribuições do Plano Municipal de Economia solidária:

- I. Definir e autorizar critérios para a seleção dos programas e projetos financiados com recursos do Fundo Municipal criado por esta Lei;
- II. Analisar e encaminhar projetos selecionados, além de acompanhá-lo e fiscalizá-los em sua execução;
- III. Propor, avaliar e acompanhar a realização de cursos de aperfeiçoamento, capacitação e atualização nas áreas afins às políticas estatuídas nesta Lei;
- IV. Desenvolver mecanismos e formas de facilitar o acesso dos beneficiários das Políticas definidas nesta Lei a recursos públicos;

**Largo da Pátria, 132 – Centro. São Gabriel – BA. CEP: 44915- 000**  
**Fone/Fax: (74) 3620 2122**





**ESTADO DA BAHIA**  
**Prefeitura Municipal de São Gabriel**  
**CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32**

- V. Colaborar na defesa dos direitos humanos, na eliminação das discriminações e quaisquer formas de violência, como práticas das pessoas atuantes na Economia Solidária;
- VI. Propor mecanismos de incentivos fiscais para os empreendimentos de economia Solidária;
- VII. Convocar a Conferencia Municipal de Economia Solidária;
- VIII. Elaborar projetos, programas e serviços da Administração Pública, buscando a integração das políticas públicas municipais de fomento à Economia Solidária;
- IX. Acompanhar e avaliar a gestão financeira, os ganhos sociais e o desempenho dos programas e projetos que fazem parte das políticas tratadas nesta lei e os financiados pelo Fundo Municipal ora criado;
- X. Debater e deliberar sobre as questões pertinentes às políticas públicas e recursos destinados às políticas tratadas nesta lei durante a elaboração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual;
- XI. Contribuir para a elaboração do planejamento das ações de desenvolvimento da Política Pública de Fomento à Economia Solidária;
- XII. Acompanhar, monitorar e avaliar os programas de fomento aos Empreendimentos de Economia Solidária desenvolvidos pelos órgãos e entidades públicas do Município de São Gabriel;
- XIII. Propor critérios para a seleção dos programas e projetos;
- XIV. Propor mecanismos para facilitar o acesso dos empreendimentos de Economia Solidária aos serviços públicos municipais;
- XV. Criar e aprovar as certificações –selos -dos empreendimentos de Economia Solidária;
- XVI. Propor mecanismos de estabelecimento de incentivos fiscais para os Empreendimentos de Economia Solidária - EES;
- XVII. Buscar garantias institucionais para que os empreendimentos de Economia Solidária possam participar das licitações públicas.

### **CAPITULO VI** **Do Centro Público De Economia Solidária**

Art. 24º - A Secretaria de Assistência Social constituirá um Centro Público de Economia Solidária, de caráter propositivo, consultivo e deliberativo.

**Largo da Pátria, 132 – Centro. São Gabriel – BA. CEP: 44915- 000**  
**Fone/Fax: (74) 3620 2122**





**ESTADO DA BAHIA**  
**Prefeitura Municipal de São Gabriel**  
**CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32**

**CAPITULO VII**  
**Do Fundo Municipal De Economia Solidária**

Art. 25º - Será destinado a propiciar suporte financeiro à consecução do Plano Municipal de Economia Solidária, promovendo sua viabilização e organizando a captação, o repasse e a aplicação de recursos necessários à sua implementação.

§ 1º A formulação dos programas e projetos a serem viabilizados com recursos do Fundo Municipal de Fomento à Economia Solidária, deverão observar as diretrizes gerais de integração das ações de órgãos e instituições que objetivem a implementação de políticas de Economia Solidária.

§2º A regulamentação e a constituição do Fundo Municipal de Economia Solidária deverá ser definida num prazo de 90 dias a contar da promulgação desta Lei.

Art.26º - Os órgãos instituídos nesta lei, diga-se Conselho, Centros Públicos e outros mencionados nos incisos do artigo 2º constituirão espaços públicos destinados à implantação das ações previstas no Capítulo III desta Lei, e deverão ser instalados em imóveis adequados, dispendo da infraestrutura pública necessária a seu pleno funcionamento, cabendo a gestão administrativa ao Poder Executivo.

Parágrafo Único - Para implementação e suas respectivas ações, o Poder Público poderá estabelecer parceria com as entidades públicas para captação de recursos, implementação de assessoria técnica e pedagógica.

**Disposições Finais**

Art.27º - O Poder Executivo Municipal poderá celebrar convênios com entidades de direito público, nacionais ou internacionais, que tenham interesse em cooperar na implantação da Política Pública de Fomento à Economia Solidária, inclusive, subsidiando empreendimentos populares e solidários, o processo de incubação e as ações específicas de acesso às novas tecnologias.

Art. 28º - O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que for necessário à sua aplicação.

Art.29º - As despesas com a execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art.30º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 02 de julho de 2022.

**Hipólito Rodrigues Silva Gomes**  
**Prefeito Municipal**

Largo da Pátria, 132 – Centro. São Gabriel – BA. CEP: 44915- 000  
Fone/Fax: (74) 3620 2122





Lei

PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

SÃO GABRIEL - BA



**LEI Nº 778/2022 EM 18 DE AGOSTO DE 2022**

Institui a Política Municipal de Saneamento Básico e dá outras providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL**, Estado da Bahia no uso de suas atribuições legais faz saber que o legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte lei.

**TÍTULO I  
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**CAPÍTULO I  
DO OBJETO E DO ÂMBITO DE APLICAÇÃO**

Art. 1º Esta Lei institui a Política Municipal de Saneamento Básico.

Parágrafo único. Estão sujeitos às disposições desta Lei todos os órgãos e entidades do município, bem como os demais agentes públicos ou privados que desenvolvam serviços e ações de saneamento básico no âmbito do território do município de São Gabriel, Estado da Bahia.

**CAPÍTULO II  
DAS DEFINIÇÕES**

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, consideram-se, de acordo com as definições das Leis Federais nº 11.445/2007 – que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico – e nº 14.026/2020:

I - saneamento básico: conjunto de serviços públicos, infraestruturas e instalações operacionais de:

a) abastecimento de água potável: constituído pelas atividades e pela disponibilização e manutenção de infraestruturas e instalações operacionais necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e seus instrumentos de medição;



b) esgotamento sanitário: constituído pelas atividades e pela disponibilização e manutenção de infraestruturas e instalações operacionais necessárias à coleta, ao transporte, ao tratamento e à disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até sua destinação final para produção de água de reuso ou seu lançamento de forma adequada no meio ambiente;

c) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: constituídos pelas atividades e pela disponibilização e manutenção de infraestruturas e instalações operacionais de coleta, varrição manual e mecanizada, asseio e conservação urbana, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos domiciliares e dos resíduos de limpeza urbana;

d) drenagem e manejo das águas pluviais urbanas: constituídos pelas atividades, pela infraestrutura e pelas instalações operacionais de drenagem de águas pluviais, transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas, contempladas a limpeza e a fiscalização preventiva das redes;

II - planejamento: as atividades atinentes à identificação, qualificação, quantificação, organização e orientação de todas as ações, públicas e privadas, por meio das quais o serviço público deve ser prestado ou colocado à disposição dos cidadãos de forma adequada;

III - regulação: todo e qualquer ato que discipline ou organize determinado serviço público, incluindo suas características, padrões de qualidade, impacto socioambiental, direitos e obrigações dos usuários e dos responsáveis por sua oferta ou prestação, bem como a política de cobrança pela prestação ou disposição do serviço, inclusive as condições e processos para a fixação, revisão e reajuste do valor de taxas e tarifas e outros preços públicos;

IV - normas administrativas de regulação: as instituídas pelo chefe do Poder Executivo por meio de decreto e de outros instrumentos jurídico-administrativos e as editadas por meio de resolução por órgão ou entidade de regulação do município ou a que este tenha delegado competências para esse fim;

V - fiscalização: atividades de acompanhamento, monitoramento, controle ou avaliação, no sentido de garantir o cumprimento de normas e regulamentos editados pelo Poder Público e a utilização, efetiva ou potencial, do serviço público;

VI - órgão ou entidade de regulação ou regulador: autarquia ou agência reguladora, consórcio público, autoridade regulatória, ente regulador, ou qualquer outro órgão ou entidade de direito público, inclusive organismo colegiado instituído pelo município, que



possua competências próprias de natureza regulatória, independência decisória e não acumule funções de prestador dos serviços regulados;

VII - prestação de serviço público de saneamento básico: atividade, acompanhada ou não de execução de obra, com objetivo de permitir aos usuários acesso a serviço público de saneamento básico com características e padrões de qualidade determinados pela legislação, planejamento ou regulação;

VIII - controle social: conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e participação nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico;

IX - titular dos serviços públicos de saneamento básico: o município de São Gabriel;

X - prestador de serviço público: o órgão ou entidade, inclusive empresa:

a) do município, ao qual a Lei tenha atribuído competência de prestar serviço público;

b) a que o titular tenha delegado a prestação dos serviços por meio de contrato.

XI - gestão associada: associação voluntária de entes federados, por convênio de cooperação ou consórcio público, conforme disposto no art. 241 da Constituição Federal;

XII - prestação regionalizada: aquela em que um único prestador atende a dois ou mais titulares;

XIII - serviços públicos de saneamento básico: conjunto dos serviços públicos de limpeza pública e manejo de resíduos sólidos, de abastecimento de água, de esgotamento sanitário e de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas, incluídas as respectivas infraestruturas e instalações operacionais vinculadas a cada um destes serviços;

XIV - universalização: ampliação progressiva do acesso de todos os domicílios ocupados ao saneamento básico;

XV - subsídios: instrumento econômico de política social para garantir a universalização do acesso ao saneamento básico, especialmente para populações e localidades de baixa renda;

XVI - subsídios diretos: quando destinados diretamente a determinados usuários;

XVII - subsídios indiretos: quando destinados ao prestador do serviço público;

XVIII - subsídios internos: aqueles que se processam internamente ao sistema de cobrança pela prestação ou disposição dos serviços de saneamento básico no âmbito territorial de cada titular;



XIX - subsídios entre localidades: aqueles que se processam mediante transferências ou compensações entre localidades, de recursos gerados ou vinculados aos respectivos serviços, nas hipóteses de gestão associada e prestação regional;

XX - subsídios tarifários: quando integrarem a estrutura tarifária;

XXI - subsídios fiscais: quando decorrerem da alocação de recursos orçamentários, inclusive por meio de subvenções;

XXII - aviso: informação dirigida a usuário determinado pelo prestador dos serviços, que tenha como objetivo notificar a suspensão dos serviços, não inferior a 30 (trinta) dias da data prevista para a suspensão;

XXIII - comunicação: informação dirigida a usuários e ao regulador, inclusive por meio de veiculação em mídia impressa ou eletrônica;

XXIV - água potável: água para consumo humano cujos parâmetros microbiológicos, físicos e químicos atendam ao padrão de potabilidade estabelecido pelas normas do Ministério da Saúde;

XXV - soluções individuais: quaisquer soluções alternativas aos serviços públicos de saneamento básico que atendam a apenas um usuário, inclusive condomínio privado, desde que implantadas e operadas diretamente ou sob sua responsabilidade e risco;

XXVI - edificação permanente urbana: construção de caráter não transitório destinada a abrigar qualquer atividade humana ou econômica;

XXVII - ligação predial: ramal de interligação da rede de distribuição de água, de coleta de esgotos ou de drenagem pluvial, independentemente de sua localização, até o ponto de entrada da instalação predial;

XXVIII - delegação onerosa de serviço público: a que inclui qualquer modalidade ou espécie de pagamento ou de benefício econômico ao titular, com ônus sobre a prestação do serviço público, pela outorga do direito de sua exploração econômica ou pelo uso de bens e instalações reversíveis a ele vinculadas, exceto no caso de ressarcimento ou assunção de eventuais obrigações de responsabilidade do titular, contraídas em função do serviço.

§ 1º Não constituem serviço público:

I - as ações de saneamento executadas por meio de soluções individuais, desde que o usuário não dependa de terceiros para operar os serviços;

II - as ações e serviços de saneamento básico de responsabilidade privada, incluído o manejo de resíduos de responsabilidade do gerador.





§ 2º São considerados serviços públicos e ficam sujeitos às disposições desta Lei, de seus regulamentos e das normas de regulação:

I - os serviços de saneamento básico, cuja prestação o município autorizar para cooperativas ou associações desde que se limitem a determinado condomínio ou localidade de pequeno porte, predominantemente ocupada por população de baixa renda, onde outras formas de prestação apresentem custos de operação e manutenção incompatíveis com a capacidade de pagamento dos usuários;

II - a fossa séptica e outras soluções individuais de esgotamento sanitário, cuja operação esteja sob a responsabilidade da companhia deste serviço público.

§ 3º Para os fins do inciso X do caput, consideram-se também prestador do serviço público de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos as associações ou cooperativas, formadas por pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo Poder Público como catadores de materiais recicláveis, autorizadas ou contratadas para a execução da coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis.

## **TÍTULO II DA POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO**

### **CAPÍTULO I DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS**

Art. 3º Os serviços públicos de saneamento básico possuem caráter essencial, competindo ao Poder Público Municipal o seu provimento integral e a garantia do acesso universal a todos os cidadãos, independentemente de suas condições sociais e capacidade econômica.

Art. 4º A Política Municipal de Saneamento Básico observará os seguintes princípios:

I - universalização do acesso aos serviços;

II - integralidade, compreendida como o conjunto de todas as atividades e componentes de cada um dos diversos serviços de saneamento básico, propiciando à população o acesso em conformidade de suas necessidades e maximizando a eficácia das ações e resultados;

III - equidade, entendida como a garantia de fruição em igual nível de qualidade dos benefícios pretendidos ou ofertados, sem qualquer tipo de discriminação ou restrição de caráter social ou econômico, salvo os que visem priorizar o atendimento da população de menor renda ou em situação de riscos sanitários ou ambientais;

IV - regularidade, concretizada pela prestação dos serviços, sempre de acordo com a respectiva regulação e outras normas aplicáveis;



V - continuidade, consistente na obrigação de prestar os serviços públicos sem interrupções, salvo nas hipóteses previstas nas normas de regulação e nos instrumentos contratuais;

VI - eficiência, compreendendo a prestação dos serviços de forma racional e quantitativa e qualitativamente adequada, conforme as necessidades dos usuários e com a imposição do menor encargo socioambiental e econômico possível;

VII - segurança, consistente na garantia de que os serviços sejam prestados dentro dos padrões de qualidade operacionais e sanitários estabelecidos, com o menor risco possível para os usuários, os trabalhadores que os prestam e à população em geral;

VIII - atualidade, compreendendo a modernidade das técnicas, dos equipamentos e das instalações e sua conservação, bem como a melhoria contínua dos serviços, considerando a capacidade de pagamento dos usuários e a adoção de soluções graduais e progressivas;

IX - cortesia, traduzida no atendimento ao público de forma correta e educada, em tempo adequado e disposição de todas as informações referentes aos serviços de interesse dos usuários e da coletividade;

X - modicidade dos custos para os usuários, mediante a instituição de taxas, tarifas e outros preços públicos cujos valores sejam limitados aos efetivos custos da prestação ou disposição dos serviços em condições de máxima eficiência econômica;

XI - eficiência e sustentabilidade, mediante adoção de mecanismos e instrumentos que garantam a efetividade da gestão dos serviços e a eficácia duradoura das ações de saneamento básico, nos aspectos jurídico-institucionais, econômicos, sociais, ambientais, administrativos e operacionais;

XII - intersectorialidade, mediante articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental, de recursos hídricos, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social, voltadas para a melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante;

XIII - transparência das ações mediante a utilização de sistemas de informações, mecanismos de participação social e processos decisórios institucionalizados;

XIV - cooperação com os demais entes da Federação para a gestão associada dos serviços de saneamento básico e a promoção de ações que contribuam para a melhoria das condições de salubridade ambiental;

XV - participação da sociedade na formulação e implementação das políticas e no planejamento, regulação, fiscalização e avaliação da prestação dos serviços por meio de instrumentos e mecanismos de controle social;



XVI - promoção da educação sanitária e ambiental, fomentando os hábitos higiênicos, o uso sustentável dos recursos naturais, a redução de desperdícios e a correta utilização dos serviços, com posterior regularização pelo município;

XVII - promoção e proteção da saúde, mediante ações preventivas de doenças relacionadas à falta ou à inadequação dos serviços públicos de saneamento básico, observadas as normas do Sistema Único de Saúde – SUS;

XVIII - preservação e conservação do meio ambiente, mediante ações orientadas para a utilização dos recursos naturais de forma sustentável e a reversão da degradação ambiental, observadas as normas ambientais e de recursos hídricos e as disposições do plano de recursos hídricos da bacia hidrográfica em que se situa o município;

XVIX - promoção do direito à cidade;

XX - conformidade do planejamento e da execução dos serviços com as exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor;

XXI - respeito às identidades culturais das comunidades, às diversidades locais e regionais e a flexibilidade na implementação e na execução das ações de saneamento básico;

XXII - promoção e defesa da saúde e segurança do trabalhador nas atividades relacionadas aos serviços;

XXIII - respeito e promoção dos direitos básicos dos usuários e dos cidadãos;

XXIV - fomento da pesquisa científica e tecnológica e a difusão dos conhecimentos de interesse para o saneamento básico, com ênfase no desenvolvimento de tecnologias apropriadas;

XXVI - promoção de ações e garantia dos meios necessários para o atendimento da população rural dispersa com serviços de saneamento básico, mediante soluções adequadas e compatíveis com as respectivas condições geográficas, econômicas e sociais.

§ 1º O serviço público de saneamento básico será considerado universalizado no município quando assegurar, no mínimo, o atendimento das necessidades básicas vitais, sanitárias e higiênicas de todas as pessoas, independentemente de sua condição socioeconômica, em todas as edificações permanentes urbanas independentemente de sua situação fundiária, inclusive locais de trabalho e de convivência social, da sede municipal e dos atuais e futuros distritos, vilas e povoados, de modo ambientalmente sustentável e de forma adequada às condições locais.

§ 2º Excluem-se do disposto no § 1º as edificações localizadas em áreas cuja permanência ocasione risco à vida ou à integridade física e em áreas de proteção ambiental permanente,



particularmente as faixas de preservação dos cursos d'água, cuja desocupação seja exigida pelas autoridades competentes ou por decisão judicial.

§ 3º A universalização do saneamento básico e a salubridade ambiental poderão ser alcançadas gradualmente, conforme metas estabelecidas no plano municipal de saneamento básico.

**CAPÍTULO II  
DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO**

**Seção I  
Dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água**

Art. 5º Considera-se serviço público de abastecimento de água o seu fornecimento por meio de rede pública de distribuição e ligação predial, incluindo instrumentos de medição, bem como, quando vinculadas a esta finalidade, as seguintes atividades:

- I - reservação de água bruta;
- II - captação de água bruta;
- III - adução de água bruta;
- IV - tratamento de água;
- V - adução de água tratada;
- VI - reservação de água tratada,
- VII - rede de distribuição e ligações de consumidores.

Parágrafo único. O sistema público de abastecimento de água é composto pelo conjunto de infraestruturas, obras civis, materiais, equipamentos e demais instalações, destinado à produção e à distribuição canalizada de água potável, sob a responsabilidade do Poder Público.

Art. 6º A gestão dos serviços públicos de abastecimento de água observará também as seguintes diretrizes:

- I - prioridade do abastecimento público de água tratada para atender o consumo humano e a higiene nos domicílios residenciais, nos locais de trabalho e de convivência social, e secundário para utilização como insumo ou matéria prima para atividades econômicas e para o desenvolvimento de atividades recreativas ou de lazer;



II - garantia do abastecimento em quantidade suficiente para promover a saúde pública e com qualidade compatível com as normas, critérios e padrões de potabilidade estabelecidos na legislação vigente;

III - promoção e incentivo à preservação, à proteção e à recuperação dos mananciais, ao uso racional da água, à redução das perdas no sistema público e nas edificações atendidas e à minimização dos desperdícios;

IV - promoção das ações de educação sanitária e ambiental, especialmente o uso sustentável da água e a correta utilização das instalações prediais de água.

§ 1º A prestação dos serviços públicos de abastecimento de água deverá obedecer ao princípio da continuidade, podendo ser interrompida pelo prestador somente nas hipóteses de:

I - situações que atinjam a segurança de pessoas e bens, especialmente as de emergência e as que coloquem em risco a saúde da população ou de trabalhadores dos serviços de saneamento básico;

II - manipulação indevida, por parte do usuário, da ligação predial, inclusive medidor, ou qualquer outro componente da rede pública;

III - necessidade de efetuar reparos, manutenções, modificações ou melhorias nos sistemas por meio de interrupções programadas;

IV - após aviso ao usuário, com comprovação do recebimento e antecedência mínima de quinze dias da data prevista para a suspensão, nos seguintes casos:

- a) negativa do usuário em permitir a instalação de dispositivo de leitura de água consumida;
- b) inadimplemento pelo usuário do pagamento devido pela prestação do serviço de abastecimento de água;
- c) construção não regularizada perante a Prefeitura Municipal;
- d) interdição judicial;
- e) imóvel abandonado ou demolido sem utilização aparente.

§ 2º As interrupções programadas serão previamente comunicadas ao regulador e aos usuários no prazo estabelecido na norma de regulação não inferior a 48 (quarenta e oito) horas.

§ 3º A interrupção ou a restrição do fornecimento de água por inadimplência, a estabelecimentos de saúde, a instituições educacionais e de internação coletiva de pessoas e a usuário residencial de baixa renda beneficiário de tarifa social, deverá obedecer a prazos



e critérios que preservem condições essenciais de saúde das pessoas atingidas, observado o inciso II do caput deste artigo.

§ 4º A adoção de regime de racionamento depende de prévia autorização do órgão ou entidade de regulação, que lhe fixará prazo e condições, observada a legislação e regulamentos relacionados aos recursos hídricos.

Art. 7º O fornecimento de água para consumo humano e higiene pessoal e doméstica deverá observar os parâmetros e padrões de potabilidade, bem como os procedimentos e responsabilidades relativos ao controle e vigilância da qualidade, estabelecidos pelo Ministério da Saúde.

§ 1º A responsabilidade do prestador de serviços públicos sobre o controle da qualidade da água deverá estar em consonância com a vigilância da qualidade da água para consumo humano por parte da autoridade de saúde pública.

§ 2º O prestador de serviços de abastecimento de água deve informar e orientar a população sobre os procedimentos a serem adotados em caso de situações de emergência que ofereçam risco à saúde pública, atendidas as orientações fixadas pela autoridade competente.

Art. 8º Excetuados os casos previstos no regulamento desta Lei e conforme norma do órgão ou entidade de regulação, toda edificação permanente urbana deverá, obrigatoriamente, ser conectada à rede pública de abastecimento de água e coleta de esgotos nos logradouros em que o serviço esteja disponível.

§ 1º Na ausência de redes públicas de abastecimento de água, serão admitidas soluções individuais, observadas as normas de regulação do serviço e as relativas às políticas ambiental, sanitária e de recursos hídricos.

§ 2º Todas as ligações prediais de água deverão ser dotadas de hidrômetros, para controle do consumo e cálculo da cobrança, inclusive do serviço de esgotamento sanitário.

§ 3º Os imóveis que utilizarem soluções individuais de abastecimento de água, exclusiva ou conjuntamente com o serviço público, ficam obrigados a instalar hidrômetros do prestador de serviços nas respectivas fontes.

§ 4º O condomínio residencial ou misto, cuja construção não tenha sido iniciada até a data da publicação desta Lei, deverá instalar hidrômetros individuais nas unidades autônomas que o compõem, para efeito de cobrança das despesas de fornecimento de água e de utilização do serviço de esgoto, sem prejuízo de sua responsabilidade pelo pagamento da fatura integral dos serviços prestados ao condomínio.



§ 5º O prestador de serviços deverá cadastrar individualmente as unidades autônomas e emitir as faturas individuais de consumo, para que a administração do condomínio possa efetuar a cobrança dos respectivos condôminos de forma mais justa.

Art. 9º A instalação hidráulica predial ligada à rede pública de abastecimento de água não poderá ser alimentada por outras fontes, sujeitando-se o infrator às penalidades e sanções previstas nesta Lei, na legislação e nas normas de regulação específicas, inclusive a responsabilização civil no caso de contaminação da água da rede pública ou do próprio usuário.

§ 1º Para efeito do disposto no caput entende-se como instalação hidráulica predial a rede ou tubulação desde o ponto de ligação de água da prestadora até o reservatório de água interno do imóvel, inclusive este.

§ 2º Aplica-se à disposição acima a imóveis cuja construção não tenha sido iniciada na data da publicação desta Lei.

## **Seção II Dos Serviços Públicos de Esgotamento Sanitário**

Art. 10º Consideram-se serviços públicos de esgotamento sanitário os serviços constituídos por uma ou mais das seguintes atividades:

I - coleta e afastamento dos esgotos sanitários por meio de rede pública, inclusive a ligação predial;

II - quando sob responsabilidade do prestador público deste serviço, a coleta e transporte, por meio de veículos automotores apropriados, de:

a) efluentes e lodos gerados por soluções individuais de tratamento de esgotos sanitários, inclusive fossas sépticas;

b) chorume gerado por unidades de tratamento de resíduos sólidos integrantes do respectivo serviço público e de soluções individuais, quando destinado ao tratamento em unidade do serviço de esgotamento sanitário.

III - tratamento dos esgotos sanitários;

IV - disposição final dos esgotos sanitários e dos lodos originários da operação de unidades de tratamento, inclusive soluções individuais.

§ 1º O sistema público de esgotamento sanitário é composto pelo conjunto de infraestruturas, obras civis, materiais, equipamentos e demais instalações, destinado à



coleta, afastamento, transporte, tratamento e disposição final dos esgotos sanitários e dos lodos gerados nas unidades de tratamento, sob a responsabilidade do Poder Público.

§ 2º Para os fins deste artigo, também são considerados como esgotos sanitários os efluentes industriais cujas características sejam semelhantes às do esgoto doméstico.

Art. 11º A gestão dos serviços públicos de esgotamento sanitário observará ainda as seguintes diretrizes:

I - adoção de solução adequada para a coleta, o transporte, o tratamento e a disposição final dos esgotos sanitários, como forma de promover a saúde pública e de prevenir a poluição das águas superficiais e subterrâneas, do solo e do ar;

II - promoção do desenvolvimento e adoção de tecnologias apropriadas, seguras e ambientalmente adequadas de esgotamento sanitário, para o atendimento de domicílios localizados em situações especiais, especialmente em áreas com urbanização precária e bairros isolados, vilas e povoados rurais com ocupação dispersa;

III - incentivo ao reuso da água;

IV - promoção de ações de educação sanitária e ambiental sobre a correta utilização das instalações prediais de esgoto e dos sistemas de esgotamento e o adequado manejo dos esgotos sanitários, principalmente nas soluções individuais, incluídos os procedimentos para evitar a contaminação dos solos, das águas e das lavouras.

§ 1º Excetuados os casos previstos em norma do órgão regulador, toda edificação permanente urbana deverá ser conectada à rede pública de esgotamento sanitário nos logradouros em que o serviço esteja disponível e deverá dispor de medidor de vazão especificado pelo prestador de serviços.

§ 2º Na ausência de redes públicas de esgotamento sanitário, serão admitidas soluções individuais, observadas as normas editadas pelo órgão regulador e pelos órgãos responsáveis pelas políticas ambiental, sanitária e de recursos hídricos.

§ 3º A prestação dos serviços públicos de esgotamento sanitário deverá obedecer ao princípio da continuidade, vedada a interrupção ou restrição física do acesso aos serviços em decorrência de inadimplência do usuário, sem prejuízo das ações de cobrança administrativa ou judicial.

§ 4º O Plano Municipal de Saneamento Básico previu as ações para os quatro componentes do saneamento básico e compete ao órgão regulador disciplinar os procedimentos para resolução ou mitigação dos efeitos de situações emergenciais ou contingenciais relacionadas à operação dos sistemas de esgotamento sanitário que possam afetar a continuidade dos serviços ou causar riscos sanitários.





**Seção III**  
**Dos Serviços Públicos de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos**

Art. 12º Consideram-se serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos as atividades de coleta, transbordo, transporte, triagem para fins de reutilização ou reciclagem, tratamento, inclusive por compostagem, e disposição final em conformidade com a legislação ambiental dos:

I - resíduos domésticos: os resíduos originários de atividades domésticas em residências urbanas;

II - resíduos originários de atividades comerciais, industriais e de serviços, em quantidade e qualidade similares às dos resíduos domésticos, classificados como resíduos sólidos urbanos, conforme o regulamento desta Lei e as normas de regulação específicas, desde que tais resíduos não sejam de responsabilidade do seu gerador, nos termos da norma legal ou administrativa, de decisão judicial ou de termo de ajustamento de conduta;

III - resíduos originários dos serviços públicos de limpeza pública, tais como:

a) varrição capina, roçada, poda e atividades correlatas em vias e logradouros públicos;

b) asseio de escadarias, calçadas, passagens de pedestres, monumentos, abrigos e sanitários públicos;

c) raspagem e remoção de terra, areia e quaisquer materiais depositados pelas águas pluviais em logradouros públicos;

d) desobstrução e limpeza de bueiros, bocas de lobo e correlatos;

e) limpeza de logradouros públicos onde se realizem feiras públicas e outros eventos públicos de acesso aberto à comunidade.

Parágrafo único. O sistema público de manejo de resíduos sólidos urbanos é composto pelo conjunto de infraestruturas, obras civis, materiais, máquinas, equipamentos, veículos e demais componentes, destinado à coleta, transbordo, transporte, triagem, tratamento, inclusive por compostagem, e disposição final dos resíduos caracterizados neste artigo, sob a responsabilidade do Poder Público.

Art. 13º A gestão dos serviços públicos de manejo dos resíduos sólidos observará também as seguintes diretrizes:

I - adoção do manejo planejado, integrado e diferenciado dos resíduos sólidos urbanos, com ênfase na utilização de tecnologias limpas, visando promover a saúde pública e prevenir a poluição das águas superficiais e subterrâneas, do solo e do ar;

II - incentivo e promoção:



a) da não-geração, redução, coleta seletiva, reutilização, reciclagem, inclusive por compostagem, e aproveitamento energético do biogás, objetivando a utilização adequada dos recursos naturais e a sustentabilidade ambiental e econômica;

b) da inserção social dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações de gestão, mediante apoio à sua organização em associações ou cooperativas de trabalho e prioridade na contratação destas para a prestação dos serviços de coleta, processamento e comercialização desses materiais;

c) da recuperação de áreas degradadas ou contaminadas devido à disposição inadequada dos resíduos sólidos;

d) da adoção de padrões sustentáveis de produção e consumo de bens e serviços geradores de resíduos;

e) das ações de criação e fortalecimento de mercados locais de comercialização ou consumo de materiais recicláveis ou reciclados.

III - promoção de ações de educação sanitária e ambiental, especialmente dirigidas para:

a) a difusão das informações necessárias à correta utilização dos serviços, especialmente os dias, os horários de coleta e as regras para apresentação dos resíduos a serem coletados;

b) a adoção de hábitos higiênicos relacionados ao manejo adequado dos resíduos sólidos;

c) a orientação para o consumo preferencial de produtos originados de materiais reutilizáveis ou recicláveis;

d) a disseminação de informações sobre as questões ambientais relacionadas ao manejo dos resíduos sólidos e sobre os procedimentos para evitar desperdícios.

§ 1º É vedada a interrupção de serviço de coleta domiciliar em decorrência de inadimplência do usuário, sem prejuízo das ações de cobrança administrativa ou judicial, exigindo-se a comunicação prévia quando alteradas as condições de sua prestação.

§ 2º O Plano Municipal de Saneamento Básico contém orientações para manejo dos resíduos sólidos urbanos referidos no art. 12, bem como dos resíduos originários de construção e demolição, dos serviços de saúde e demais resíduos de responsabilidade dos geradores, observadas as normas da Lei Federal nº 12.305, de 02 de agosto de 2010.

#### **Seção IV Dos Serviços Públicos de Drenagem e Manejo das Águas Pluviais Urbanas**



Art. 14º Consideram-se serviços públicos de manejo das águas pluviais urbanas os constituídos por uma ou mais das seguintes atividades:

I - implantação, operação e manutenção das infraestruturas de drenagem urbana;

II - adução ou transporte de águas pluviais urbanas por meio de dutos e canais;

III - detenção ou retenção de águas pluviais urbanas para amortecimento de vazões de cheias ou aproveitamento, inclusive como elemento urbanístico;

IV - tratamento e aproveitamento ou disposição final de águas pluviais urbanas.

Parágrafo único. O sistema público de manejo das águas pluviais urbanas é composto pelo conjunto de infraestruturas, obras civis, materiais, equipamentos e demais instalações, destinado à drenagem, adução ou transporte, detenção ou retenção, tratamento, aproveitamento e disposição final das águas pluviais urbanas, sob a responsabilidade do Poder Público.

Art. 15º A gestão dos serviços públicos de manejo das águas pluviais observará também as seguintes diretrizes:

I - integração do planejamento e operação do sistema de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas ao sistema de esgotamento sanitário, visando racionalizar a gestão destes serviços;

II - adoção de soluções e ações adequadas de manejo das águas pluviais visando promover a saúde, a segurança dos cidadãos e do patrimônio público e privado e reduzir os prejuízos econômicos decorrentes das inundações;

III - desenvolvimento de mecanismos e instrumentos de prevenção, minimização e gerenciamento de enchentes, e redução ou mitigação dos impactos dos lançamentos na quantidade e qualidade da água à jusante da bacia hidrográfica urbana;

IV - incentivo à valorização, à preservação, à recuperação e ao uso adequado do sistema natural de drenagem do sítio urbano, em particular dos seus cursos d'água, com ações que priorizem:

a) o equacionamento de situações que envolvam riscos à vida, à saúde pública ou perdas materiais;

b) as alternativas de tratamento de fundos de vale de menor impacto ambiental, inclusive a recuperação e proteção das áreas de preservação permanente e o tratamento urbanístico e paisagístico das áreas remanescentes;

c) a redução de áreas impermeáveis nas vias e logradouros e nas propriedades públicas e privadas;



d) o equacionamento dos impactos negativos na qualidade das águas dos corpos receptores em decorrência de lançamentos de esgotos sanitários e de outros efluentes líquidos no sistema público de manejo de águas pluviais;

e) a vedação de lançamentos de resíduos sólidos de qualquer natureza no sistema público de manejo de águas pluviais.

V - adoção de medidas, inclusive de benefício ou de ônus financeiro, de incentivo à adoção de mecanismos de retenção ou retenção de águas pluviais urbanas para amortecimento de vazões de cheias ou aproveitamento das águas pluviais pelos proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título de imóveis urbanos;

VI - promoção das ações de educação sanitária e ambiental como instrumento de conscientização da população sobre a importância da preservação e ampliação das áreas permeáveis e o correto manejo das águas pluviais.

Art. 16º São de responsabilidade dos proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título de imóveis urbanos, inclusive condomínios privados verticais ou horizontais, as soluções individuais de manejo de águas pluviais intralotes vinculadas a quaisquer das atividades referidas no art. 14 desta Lei, observadas as normas e códigos de posturas pertinentes e a regulação específica.

### CAPÍTULO III DO EXERCÍCIO DA TITULARIDADE

Art. 17º Compete ao município a organização, o planejamento, a regulação, a fiscalização e a prestação dos serviços públicos de saneamento básico de interesse local.

§ 1º Consideram-se de interesse local todos os serviços públicos de saneamento básico ou suas atividades elencadas nos arts. 5º, 10, 12 e 14 desta Lei, cujas infraestruturas ou operação atendam exclusivamente ao município, independentemente da localização territorial destas infraestruturas.

§ 2º Os serviços públicos de saneamento básico de titularidade municipal serão prestados por entidade da Administração direta ou indireta do município ou por empresa estadual ou por empresa privada ou por empresa de capital misto, devidamente organizados e estruturados para este fim, nos termos do art. 241 da Constituição Federal que dispõe sobre consórcios públicos e cooperação entre federados, e da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, que dispõe sobre consórcios públicos.

§ 3º No exercício de suas competências constitucionais o município poderá delegar atividades de prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário a



ente da administração direta ou indireta do município, a empresa pública, a consórcio intermunicipal devidamente qualificado, a empresa estadual, a empresa de capital misto ou a empresa privada.

§ 4º Em qualquer situação em que ocorra a delegação da prestação de serviços – concessão integral ou sub concessão dos serviços públicos de saneamento básico de sua competência – o instrumento de delegação será um contrato concessão e estará sujeito à regulação e fiscalização pelo Ente Regulador, observadas as disposições desta Lei e a legislação pertinente a cada caso, particularmente a Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previstos no art. 175 da Constituição Federal, a Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública, e a Lei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos.

§ 5º São condições de validade dos contratos de concessão ou sub concessão que tenham por objeto a prestação de serviços públicos de saneamento básico o cumprimento das diretrizes previstas no art. 11, da Lei Federal nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007 (Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico) e, no que couberem, as disposições desta Lei.

§ 6º O Executivo Municipal poderá, ouvido o órgão regulador, intervir e retomar a prestação dos serviços delegados nas hipóteses previstas nas normas legais, regulamentares e contratuais.

### CAPÍTULO IV DOS INSTRUMENTOS

Art. 18º A Política Municipal de Saneamento Básico será executada por intermédio dos seguintes instrumentos:

- I - Plano Municipal de Saneamento Básico;
- II - Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS;
- III - controle social;
- IV - Sistema Municipal de Gestão do Saneamento Básico – SMSB;
- V - Fundo Municipal de Saneamento Básico – FMSB e outros fundos garantidores, nos termos da Lei Federal nº 11.445/2007;
- VI - Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico – SIMISA;



VII - legislação, regulamentos, normas administrativas de regulação, contratos e outros instrumentos jurídicos relacionados à gestão dos serviços públicos de saneamento básico.

**Seção I**  
**Do Plano Municipal de Saneamento Básico**

Art. 19º Fica instituído o Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB, instrumento integrante do Sistema Municipal de Planejamento e Gestão, o qual, observados os objetivos e diretrizes definidos por legislação específica, tem por objetivos específicos:

I - diagnosticar e avaliar, de forma contínua e sistemática, a situação do saneamento básico no âmbito do município e suas interfaces locais e regionais, nos aspectos jurídico-institucionais, administrativos, econômicos, sociais e técnico-operacionais, bem como seus reflexos na saúde pública e ambientais;

II - estabelecer e revisar periodicamente:

a) os objetivos e metas de curto, médio e longo prazo para a gestão dos serviços;

b) os programas, projetos e ações necessárias para o cumprimento dos objetivos e metas, incluídas as ações para emergências e contingências, as respectivas fontes de financiamento e as condições de sustentabilidade técnica e econômica dos serviços.

III - estabelecer os mecanismos e procedimentos para o monitoramento e avaliação continuada e sistemática da execução do PMSB e da eficiência e eficácia das suas ações.

§ 1º O PMSB abrange os serviços de abastecimento de água, de esgotamento sanitário, de limpeza pública e manejo de resíduos sólidos e de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas, podendo o Executivo Municipal, a seu critério, elaborar planos específicos para um ou mais desses serviços, desde que sejam posteriormente compatibilizados e consolidados no PMSB.

§ 2º As revisões do PMSB, assim como foi na elaboração do atual plano diretamente pelo município ou por intermédio de consórcio público intermunicipal do qual participe, inclusive de forma conjunta com os demais municípios consorciados ou de forma integrada com o respectivo Plano Regional de Saneamento Básico, devendo, em qualquer hipótese, ser:

I - elaborados ou revisados para horizontes contínuos de pelo menos vinte anos;

II - revisados no máximo a cada quatro anos, preferencialmente em períodos coincidentes com a vigência dos planos plurianuais;

III - monitorados e avaliados anualmente pelo organismo de regulação.



§ 3º O disposto no plano de saneamento básico é vinculante para o Poder Público Municipal e serão inválidas as normas de regulação ou os termos contratuais de delegação que com ele conflitem.

Art. 20º A elaboração e as revisões do PMSB ou dos planos específicos deverão efetivar-se de forma a garantir a ampla participação das comunidades, dos movimentos e das entidades da sociedade civil, por meio de procedimento que deverá prever, no mínimo, fases de:

- I - divulgação das propostas, em conjunto com os estudos que os fundamentarem;
- II - recebimento de sugestões e críticas por meio de consulta ou audiência pública;
- III - análise e deliberação do deverá ser feita pelo Comitê Organizador especialmente designado para este fim com base nas aprovações do Comitê Executivo também especialmente designado, por Decreto do Executivo.

Parágrafo único. A divulgação das propostas do PMSB ou dos planos específicos e dos estudos que as fundamentarem dar-se-á por meio da disponibilização integral de seu teor a todos os interessados, inclusive por meio da rede mundial de computadores – internet – e por audiência pública.

Art. 21º Após aprovação nas instâncias do Sistema Municipal de Gestão do Saneamento Básico, a homologação do PMSB, inclusive do instrumento de consolidação dos planos específicos, ou de suas revisões, dar-se-á mediante decreto do Poder Executivo.

Parágrafo único. As disposições do PMSB entram em vigor com a publicação do ato de homologação, exceto as de caráter financeiro, que produzirão efeitos somente a partir do dia primeiro do exercício seguinte ao da publicação.

Art. 22º O Executivo Municipal regulamentará os processos de elaboração e revisão do PMSB ou dos planos específicos, observados os objetivos e demais requisitos previstos nesta Lei e no art. 19, da Lei Federal nº 11.445/2007.

## **Seção II Do Controle Social**

Art. 23º As atividades de planejamento, regulação e prestação dos serviços de saneamento básico estão sujeitas ao controle social.

§ 1º O controle social dos serviços públicos de saneamento básico será exercido mediante, entre outros, os seguintes mecanismos:

- I - debates e audiências públicas;



II - consultas públicas;

III - conferências de políticas públicas;

IV - participação em órgãos colegiados de caráter consultivo ou deliberativo na formulação da política municipal de saneamento básico, no seu planejamento e avaliação e representação no organismo de regulação e fiscalização.

§ 2º As audiências públicas mencionadas no inciso I do § 1º devem ser realizadas de modo que permita e facilite o acesso da população, podendo ser realizadas de forma regionalizada.

§ 3º As consultas públicas devem ser promovidas de forma a possibilitar que qualquer do povo, independentemente de interesse, tenha acesso às propostas e estudos e possa fazer críticas e sugestões a propostas do Poder Público, devendo tais manifestações ser adequadamente respondidas.

Art. 24º São assegurados aos usuários de serviços públicos de saneamento básico:

I - conhecimento dos seus direitos e deveres e das penalidades a que podem estar sujeitos, nos termos desta Lei, do seu regulamento e demais normas aplicáveis;

II - acesso:

a) a informações de interesse individual ou coletivo sobre os serviços prestados;

b) aos manuais de prestação dos serviços elaborados ou aprovados pelo organismo regulador;

c) a relatórios regulares de monitoramento e avaliação da prestação dos serviços editados pelo organismo regulador e fiscalizador.

Parágrafo único. O documento de cobrança pela prestação ou disposição de serviços de saneamento básico observará modelo instituído ou aprovado pelo organismo regulador e deverá:

I - explicitar de forma clara e objetiva os serviços e outros encargos cobrados e os respectivos valores, conforme definidos pela regulação, visando o perfeito entendimento e o controle direto pelo usuário final;

II - conter informações sobre a qualidade da água entregue aos consumidores, em cumprimento ao disposto no inciso V do art. 6º, da Portaria GM/MS nº 888, de 4 de maio de 2021.

### Seção III Do Sistema Municipal de Gestão do Saneamento Básico





Art. 25º O Sistema Municipal de Gestão do Saneamento Básico – SMSB, coordenado pelo Prefeito Municipal, é composto dos seguintes organismos e agentes institucionais:

- I - Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano (nome sugestivo);
- II - ente de regulação de serviços públicos, órgão regulador e fiscalizador dos serviços;
- III - secretarias municipais responsáveis ou a que esteja vinculada a gestão dos serviços;
- IV - prestadores dos serviços de natureza pública direta e indireta, mista ou privada;
- V - secretarias municipais com atuação em áreas afins ao saneamento básico.

### Subseção I

#### Do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano (nome sugestivo)

Art. 26º Deve-se criar por força de Lei o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano, órgão colegiado consultivo e deliberativo das políticas urbanas do município e integrante do SMSB, e o exercício das atribuições que lhe forem conferidas.

### Subseção II

#### Do Órgão Regulador e Fiscalizador

Art. 27º Compete ao Poder Executivo Municipal, nos termos na Lei Federal nº 11.445/2007, o exercício das atividades administrativas de regulação, inclusive organização, e de fiscalização dos serviços de saneamento básico. Nesse sentido o município poderá optar por delegar o exercício das atividades de regulação dos serviços:

- I - a um ente da Administração Municipal – Ente de Regulação de Serviços Públicos de São Gabriel a ser criado e estruturada por Lei;
- II - à Agência de Regulação Estadual;
- III - a um consórcio intermunicipal público, instituído para gestão associada de serviços públicos, por meio de convênio de cooperação e acordo de resultados.

§ 1º Sem prejuízo de suas competências, para o exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços, o município poderá obter apoio técnico de organismos especializados, tais como Consórcios Públicos do qual o município participe ou venha a participar, instituições públicas ou privadas de ensino e pesquisa, outras Agências de Regulação e instituições públicas de aferição e parametrização técnica.

§ 2º Os apoios técnicos buscados junto às organizações previstas acima, serão executados mediante termos de cooperação específicos, que explicitarão o prazo, orçamento e a forma de atuação, as atividades a serem desempenhadas pelas partes e demais condições.



§ 3º As competências, a estrutura organizacional e os mecanismos de custeio e aplicação de recursos para custear o trabalho do Ente Regulador, serão regulamentados através de Lei Municipal específica.

### Subseção III Do Prestador dos Serviços

Art. 28º Os serviços públicos objeto da presente Lei compreendem:

- I - produção, tratamento e distribuição de água;
- II - coleta, tratamento e disposição final de esgotos sanitários;
- III - limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos;
- IV - drenagem e manejo de águas pluviais urbanas.

§ 1º Esses serviços serão prestados por entidades da administração direta, indireta, mista ou privada, que poderão ser outorgadas com a prestação de um ou mais dos serviços acima listados, mediante contratos de concessão ou sub concessão específicos.

§ 2º Um prestador de serviços poderá também receber a outorga múltipla de outros serviços delegados municipais, estaduais e federais, executados no âmbito do município de São Gabriel, submetendo-se às exigências regulatórias específicas.

§ 3º Sem prejuízo das atribuições que lhe foram conferidas pelas Leis referidas no caput, compete ao prestador dos serviços:

- I - planejar, projetar, executar, operar e manter os serviços de sua competência, incluídas todas as atividades indicadas nos art. 5º, 10, 12 e 14 desta Lei;
- II - realizar pesquisas e estudos sobre os sistemas de abastecimento de água, de esgotamento sanitário e de limpeza pública, drenagem e manejo de resíduos sólidos;
- III - realizar ações de recuperação e preservação e estudos de aproveitamento dos mananciais situados no município, visando ao aumento da oferta de água para atender as necessidades da comunidade;
- IV - elaborar e rever periodicamente os Planos Diretores dos serviços de sua competência, em consonância com o PMSB;
- V - celebrar convênios, contratos ou acordos específicos com entidades para executar as atividades sob sua responsabilidade, observadas a legislação pertinente;
- VI - cobrar taxas, contribuições de melhoria, tarifas e outros preços públicos referentes à prestação dos serviços de sua competência, bem como arrecadar e gerir as receitas



provenientes dessas cobranças, seguindo as normativas legais e em comum acordo com o Poder Público;

VII - realizar operações financeiras de crédito destinadas exclusivamente à realização de obras e outros investimentos necessários para a prestação dos serviços de sua competência;

VIII - incentivar, promover e realizar ações de educação sanitária e ambiental;

IX - elaborar e publicar mensalmente os balancetes financeiros e patrimoniais;

X - elaborar e publicar anualmente os balanços financeiros e patrimoniais;

XI - organizar e manter atualizado o cadastro e a contabilidade patrimonial física e financeira de todos os seus bens e o cadastro técnico de todas as infraestruturas físicas imóveis vinculadas aos serviços de sua competência;

XII - exercer fiscalização técnica das atividades de sua competência;

XIII - aplicar penalidades previstas nesta Lei e em seus regulamentos.

§ 4º No âmbito de suas competências, o prestador de serviços poderá:

I - contratar terceiros, para execução de determinadas atividades de seu interesse;

II - celebrar convênios administrativos com cooperativas ou associações de usuários para a execução de atividades de sua competência, sob as condições previstas no § 2º do art. 2º desta Lei.

Art. 29º Além das disposições desta Lei, de seus regulamentos e de outras legislações aplicáveis, a prestação dos serviços referidos no art. 28 é condicionada pelos respectivos planos e suas revisões e pelas normas administrativas de regulação.

Parágrafo único. A contabilidade do prestador de serviços será obrigatoriamente auditada por empresa de Auditoria Externa, escolhida entre aquelas listas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

### **Seção IV Do Fundo Municipal de Saneamento Básico – FMSB**

Art. 30º O Fundo Municipal de Saneamento Básico – FMSB deverá ser criado, seguindo as diretrizes estabelecidas pela Lei Federal nº 11.445/2007.

§ 1º O FMSB, de natureza contábil, tem por finalidade geral concentrar os recursos para realização de investimentos em Saneamento Básico visando sua disposição universal, integral, igualitária e com modicidade dos custos.



§ 2º São finalidades específicas do FMSB:

- I - garantir contrapartida financeira a operações de crédito para financiamento de investimentos em infraestruturas e bens vinculados aos serviços municipais de saneamentos básicos, incluindo as celebradas com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, com a Caixa Econômica Federal ou outros agentes financeiros que operem com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- II - garantir contrapartida a contratos de repasse de recursos objeto de transferências voluntárias da União, do Estado ou de outras fontes não onerosas, destinados a investimentos em ações de saneamento básico no âmbito do município de São Gabriel;
- III - garantir pagamentos de amortizações, juros e outros encargos financeiros relativos às operações de crédito previstas no inciso I deste parágrafo único;
- IV - cobrir as despesas extraordinárias decorrentes de investimentos emergenciais nos serviços de saneamento básico aprovadas pelo Conselho Gestor do FMSB;
- V - financiar diretamente as ações de investimentos em infraestruturas e outros bens vinculados aos serviços de saneamento básico de titularidade do município.

Art. 31º O Conselho Gestor do FMSB será composto por três membros de ilibada reputação, sendo um deles seu presidente, todos designados por Decreto Municipal, competindo-lhe:

- I - estabelecer e fiscalizar a política de aplicação dos recursos do FMSB, observadas as diretrizes básicas e prioritárias da Política e do Plano Municipal de Saneamento Básico;
- II - aprovar o plano orçamentário e de aplicação anual dos recursos do FMSB, em consonância com a Lei de Diretrizes Orçamentárias de São Gabriel;
- III - aprovar as demonstrações mensais de receitas e despesas do FMSB;
- IV - aprovar as contas anuais do FMSB, as quais integrarão as contas gerais do (os) prestador (es) de serviços;
- V - deliberar sobre questões relacionadas ao FMSB, em consonância com as normas de gestão financeira e os interesses do município.

§ 1º A administração financeira e contábil do FMSB será exercida pelo Conselho Diretor, ao qual caberá a ordenação das despesas previstas no respectivo plano orçamentário e de aplicação.

§ 2º A contabilidade do FMSB será organizada de forma a permitir o seu pleno controle e gestão da sua execução orçamentária.



§ 3º A contabilidade do FMSB será obrigatoriamente auditada por empresa de Auditoria Externa, escolhida entre aquelas listas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

§ 4º Os membros do Conselho Diretor do FMSB não receberão remuneração.

§ 5º O mandato dos membros do Conselho Diretor do FMSB será 3 (três) anos, podendo ser reconduzidos uma vez.

Art. 32º As receitas do FMSB serão previstas em sua Lei de criação, bem como de repasses do (s) Prestador (es) de Serviços.

§ 1º Observadas as disposições da Lei referida no caput, as disponibilidades financeiras do FMSB não vinculadas a desembolsos de curto prazo e as parcelas mínimas de garantias de contratos de financiamentos deverão ser investidas em aplicações financeiras com prazos e liquidez compatíveis com o seu plano de aplicação.

§ 2º Constituem passivos do FMSB as obrigações de qualquer natureza que venha a assumir para a execução dos programas e ações previstos no Plano Municipal de Saneamento Básico e no Plano Plurianual do (s) Prestador (es) de Serviços, observada a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 33º Ressalvado o disposto no § 2º do art. 30 desta Lei, fica vedada a utilização de recursos do FMSB para:

- I - pagamento de despesas correntes ou cobertura de déficits orçamentários resultantes das mesmas, pelo prestador de serviços ou por quaisquer órgãos e entidades do município;
- II - execução de obras e outras intervenções urbanas integradas ou que afetem ou interfiram nos sistemas de saneamento básico, em montante superior à participação proporcional destes serviços nos respectivos investimentos.

Art. 34º O orçamento do FMSB integrará o orçamento do município.

#### **Seção V** **Do Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico – SIMISA**

Art. 35º O Executivo Municipal deverá instituir e gerir, por intermédio do órgão regulador, o Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico – SIMISA, com os objetivos de:

- I - coletar e sistematizar dados relativos às condições da prestação dos serviços públicos de saneamento básico;
- II - disponibilizar estatísticas, indicadores e outras informações relevantes para o monitoramento e avaliação sistemática dos serviços;
- III - cumprir com a obrigação prevista no art. 9º, inciso VI, da Lei Federal nº 11.445/2007.



§ 1º O SIMISA poderá ser instituído como sistema autônomo ou como módulo integrante de Sistema de Informações Municipais, e deve ser instituído por força de Lei bem como suas atribuições.

§ 2º As informações do SIMISA serão públicas cabendo ao seu gestor disponibilizá-las, preferencialmente, no sítio que manter na internet ou por qualquer meio que permita o acesso a todos, independentemente de manifestação de interesse.

### CAPÍTULO V DOS ASPECTOS ECONÔMICOS-FINANCEIROS

#### Seção I Da Política de Cobrança

Art. 36º Os serviços públicos de saneamento básico terão sua sustentabilidade econômico-financeira-ambiental assegurada, mediante remuneração que permita a recuperação dos custos econômicos dos serviços prestados em regime de eficiência ao mesmo tempo em que assegure a sustentabilidade dos recursos hídricos em longo prazo.

§ 1º A instituição de taxas ou tarifas e outros preços públicos para remuneração dos serviços de saneamento básico observará as seguintes diretrizes:

- I - prioridade para atendimento das funções essenciais relacionadas à saúde pública;
- II - ampliação do acesso dos cidadãos e localidades de baixa renda aos serviços;
- III - geração dos recursos necessários para realização dos investimentos, visando o cumprimento das metas e objetivos do planejamento;
- IV - inibição do consumo supérfluo e do desperdício de recursos;
- V - recuperação dos custos incorridos na prestação do serviço, inclusive despesas de capital, em regime de eficiência;
- VI - remuneração adequada do capital investido pelos prestadores dos serviços contratados, ou com recursos rotativos do FMSB;
- VII - estímulo ao uso de tecnologias modernas e eficientes, compatíveis com os níveis exigidos de qualidade, continuidade e segurança na prestação dos serviços;
- VIII - incentivo à eficiência dos prestadores dos serviços e desenvolvimento de mecanismos de sustentabilidade dos recursos hídricos em longo prazo.

§ 2º Poderão ser adotados, mediante Norma Específica do Ente Regulador, subsídios tarifários e não tarifários, de caráter coletivo ou para usuários determinados que não tenham



capacidade de pagamento, ou destinados para sistemas isolados de saneamento básico no âmbito municipal sem escala econômica suficiente para cobrir o custo integral dos serviços, bem como para viabilizar a conexão física com os sistemas públicos, inclusive a intradomiciliar de usuários de baixa renda.

§ 3º O sistema de remuneração e de cobrança dos serviços levará em consideração os seguintes fatores:

I - capacidade de pagamento dos usuários;

II - quantidade mínima de consumo ou de utilização do serviço, visando à garantia de objetivos sociais, como a preservação da saúde pública, o adequado atendimento dos usuários de menor renda e a proteção do meio ambiente;

III - custo mínimo necessário para disponibilidade do serviço em quantidade e qualidade adequadas, bem como a garantia sua sustentabilidade dos recursos hídricos em longo prazo;

IV - categorias de usuários, distribuídas por faixas ou quantidades crescentes de utilização ou de consumo;

V - ciclos significativos de aumento da demanda dos serviços, em períodos de seca; e

VI - padrões de uso ou de qualidade definidos pela regulação;

VII - mecanismos financeiros de incentivo à redução de consumo e penalização de altos consumos, delimitados acima do padrão de consumo per capita recomendado pela Organização Mundial da Saúde – OMS e pelo Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS do Governo Federal.

§ 4º Conforme disposições do regulamento desta Lei e das normas de regulação, e ouvido previamente o órgão regulador, a prestação dos serviços a grandes usuários poderá ser negociada mediante contrato específico e desde que:

I - as condições contratuais não prejudiquem o atendimento dos usuários normais;

II - os preços contratados sejam superiores à tarifa ou taxa média de equilíbrio econômico-financeiro dos serviços;

III - no caso do abastecimento de água, haja disponibilidade no sistema.

#### Subseção I

#### Dos Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário

Art. 37º Os serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitários serão remunerados mediante a cobrança de:



I - tarifas pela prestação dos serviços de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgotos, para os imóveis em situação ativa ligados às respectivas redes públicas, as quais poderão ser estabelecidas para cada um dos serviços ou para ambos conjuntamente;

II - preços públicos específicos, pela execução de serviços técnicos e administrativos, complementares ou vinculados a estes serviços, definidos e disciplinados em regulamento e em normas técnicas de regulação;

III - taxas pela disposição dos serviços de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgotos para os imóveis edificados, não ligados às respectivas redes públicas, cujas ligações estejam ativas, ou conforme definido no regulamento dos serviços supracitados.

§ 1º As tarifas pela prestação dos serviços de abastecimento de água serão calculadas com base no volume consumido de água e deverão ser progressivas, em razão do consumo, com vistas a desestimular altos consumos e garantir a sustentabilidade dos recursos hídricos.

§ 2º O volume de água fornecido deve ser aferido por meio de hidrômetro, exceto nos casos em que isto não seja tecnicamente possível, nas ligações temporárias e em outras situações especiais de abastecimento definidas no regulamento dos serviços.

§ 3º As tarifas de fornecimento de água para ligações residenciais sem hidrômetro serão fixadas com base em quantidade mínima de consumo ou de utilização do serviço para o atendimento das necessidades sanitárias básicas dos usuários de menor renda ou conforme definido no regulamento dos serviços.

Art. 38º As tarifas pela prestação dos serviços de esgotamento sanitário serão calculadas com base no volume de água fornecido pelo sistema público, inclusive nos casos de ligações sem hidrômetros.

§ 1º As tarifas dos serviços de esgotamento sanitário dos imóveis residenciais não atendidos pelo serviço público de abastecimento de água serão calculadas com base em quantidade mínima de utilização do serviço para o atendimento das necessidades sanitárias básicas dos usuários de menor renda.

§ 2º Para os usuários dos serviços de esgotamento sanitário, pertencentes às categorias comercial e industrial, as tarifas pela utilização dos serviços de esgotamento sanitário poderão ser calculadas com base nos seguintes procedimentos:

I - em volumes de esgotos medidos por instrumentos específicos ou estabelecidos por meio de laudo técnico, anualmente revisto e aprovado pelo prestador de serviços, conforme as condições contratuais pactuadas e as normas técnicas de regulação;





II - a partir dos volumes de abastecimento de água do sistema público, acrescidos dos volumes das fontes próprias, medidos por dispositivos adequados e considerando os parâmetros de tarifação conforme o coeficiente de retorno definido para o usuário;

III - a estas tarifas deverão ser acrescidos percentuais de acordo com coeficientes de poluição a serem definidos em norma própria.

### Subseção II

#### Dos Serviços de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos

Art. 39º Os serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos serão remunerados mediante a cobrança de:

I - taxas, que terão como fato gerador a utilização efetiva ou potencial dos serviços convencionais de coleta domiciliar, inclusive transporte e transbordo, e de tratamento e disposição final de resíduos domésticos ou equiparados, regular e efetivamente prestados ou postos à disposição, direta ou indiretamente, pelo Poder Público Municipal;

II - tarifas ou preços públicos específicos pela prestação, mediante contrato, de serviços especiais de coleta, inclusive transporte e transbordo, e de tratamento e disposição final de resíduos especiais.

III - preços públicos específicos pela prestação de outros serviços de manejo de resíduos sólidos e de limpeza de logradouros, quando contratados com o prestador público.

§ 1º A remuneração pela prestação de serviço público de manejo de resíduos sólidos urbanos deverá considerar a adequada destinação dos resíduos coletados e poderá considerar:

I - o nível de renda da população da área atendida;

II - as características dos lotes urbanos e áreas neles edificadas;

III - o peso ou volume médio coletado por habitante ou por domicílio;

IV - a frequência semanal da coleta domiciliar;

V - mecanismos econômicos de incentivo à minimização da geração de resíduos, à coleta seletiva, à reutilização e reciclagem, inclusive por compostagem, e ao aproveitamento energético do biogás.

§ 2º Os serviços regulares de coleta seletiva de materiais recicláveis ou reaproveitáveis serão prestados sem ônus adicionais para os usuários que aderirem a programas instituídos pelo município para este fim, na forma do disposto em regulamento e em normas técnicas específicas de regulação.



Subseção III  
Dos Serviços de Drenagem e Manejo das Águas Pluviais Urbanas

Art. 40º Os serviços de drenagem e manejo das águas pluviais urbanas poderão ser remunerados mediante a cobrança de tributos, inclusive taxas, em conformidade com o regime de prestação do serviço ou de suas atividades.

Parágrafo único. Deve-se criar Lei específica para cobrança dos serviços de drenagem e manejo de águas pluviais.

Art. 41º Caso seja econômica e tecnicamente conveniente e necessário, o município poderá instituir taxa ou preço específico para a remuneração dos serviços de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas, tendo como fato gerador a utilização efetiva ou potencial das infraestruturas públicas do sistema de drenagem e manejo de águas pluviais, mantidas e postas à disposição do proprietário, titular do domínio útil ou possuidor a qualquer título de imóvel, edificado ou não, situado em vias ou logradouros públicos urbanos.

Parágrafo único. Na hipótese de instituição da taxa ou preço a que se refere o caput deste artigo, deverá ser considerado, em cada lote urbano, o percentual de área impermeabilizada e a existência de dispositivos de amortecimento ou de retenção da água pluvial, bem como poderá considerar:

- I - o nível de renda da população da área atendida;
- II - as características dos lotes urbanos e as áreas que podem ser neles edificadas.

**Seção II**  
**Das Taxas, Tarifas e Outros Preços Públicos**

Art. 42º As taxas, tarifas e outros preços públicos pela prestação ou disposição dos serviços públicos de saneamento básico terão seus valores fixados com base nos respectivos custos econômicos presentes e futuros, garantido aos entes responsáveis pela prestação dos serviços, sempre que possível, a recuperação integral dos custos incorridos, inclusive despesas de capital e remuneração adequada dos investimentos realizados.

§ 1º Nos termos do regulamento e das normas administrativas de regulação, ficam excluídos os seguintes casos:

- I - revisões de cobranças dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário decorrentes de:
  - a) erro de medição;



b) defeito do hidrômetro, comprovado mediante aferição em laboratório credenciado ou por meio de equipamento apropriado, certificado pelo Instituto Nacional de Metrologia – INMETRO;

c) ocorrências de vazamentos ocultos de água nas instalações prediais, a montante do hidrômetro, comprovadas em vistoria realizada pelo prestador por sua iniciativa ou solicitação do usuário, ou comprovadas por este, no caso de omissão, falha ou resultado inconclusivo do prestador.

II - mudança de categoria, grupo ou classe de usuário, ou por inclusão do mesmo em programa de subsídio social;

III - suspensão temporária da cobrança, em razão de insuficiência da renda familiar de usuário residencial, decorrente de desemprego formal ou de afastamento de atividade econômica informal de seus membros provedores, por motivo de saúde ou incapacidade física, em período não coberto por seguro-desemprego, por auxílio previdenciário ou por benefício social de renda;

IV - isenções, descontos e outros subsídios tarifários ou tributários que venham a ser concedidos mediante Lei específica.

§ 2º Os serviços complementares ou acessórios a qualquer dos serviços de saneamento básico, integral ou parcialmente cobrados diretamente dos usuários, serão fixados pelo Ente Regulador e remunerados mediante preços públicos específicos, cujos valores serão fixados, para cada período de doze meses, com base em estrutura de composição dos respectivos custos diretos, correspondentes aos custos administrativos e operacionais indiretos.

§ 3º Os serviços complementares ou acessórios, sujeitos à cobrança dos preços públicos a que se refere o parágrafo anterior, serão definidos em regulamento próprio e terão as respectivas estruturas de composição normatizadas e aprovadas pelo Ente Regulador, mediante proposição do respectivo prestador.

### Subseção I Das Disposições Gerais

Art. 43º As taxas, tarifas e outros preços públicos serão fixados de forma clara e objetiva e deverão ser tornados públicos com antecedência mínima de trinta dias com relação à sua vigência, inclusive os reajustes e as revisões, observadas para as taxas as normas legais específicas.



Art. 44º As taxas e tarifas serão diferenciadas segundo as categorias de usuários, faixas ou quantidades crescentes de utilização ou de consumo, ciclos de demanda, e finalidade ou padrões de uso ou de qualidade definidos pela regulação ou em contratos.

§ 1º A estrutura do sistema de cobrança pelos serviços observará:

a) a fixação das taxas ou tarifas conforme os critérios definidos no caput, de modo que o valor médio obtido possibilite o equilíbrio econômico-financeiro e a viabilidade da prestação dos serviços, em longo prazo, em regime de eficiência;

b) a fixação de taxas ou tarifas diferenciadas, por faixa de consumo, levando em conta os volumes consumidos pelos usuários de todas as categorias, de forma a desestimular altos consumos que põem em risco o abastecimento da população em longo prazo e estimular os usuários a consumir água com responsabilidade.

§ 2º Os usuários serão classificados nas seguintes categorias: residencial, comercial, industrial e pública, as quais poderão ser subdivididas em grupos, de acordo com as características de demanda ou de uso.

#### Subseção II Do Custo Econômico dos Serviços

Art. 45º O custo dos serviços, a ser computado na determinação da taxa ou tarifa, deve ser o mínimo necessário à adequada prestação dos serviços e à sua viabilidade econômico-financeira.

§ 1º Para os efeitos do disposto no caput, na composição do custo econômico dos serviços poderão ser considerados os seguintes elementos:

I - despesas correntes ou de exploração correspondentes a todas as despesas administrativas, de operação e manutenção, comerciais, fiscais e tributárias;

II - despesas com o serviço da dívida, correspondentes a amortizações, juros e outros encargos financeiros de empréstimos para investimentos, inclusive do FMSB;

III - despesas de capital relativas a investimentos, inclusive contrapartidas a empréstimos, realizadas com recursos provenientes de receitas próprias;

IV - despesas patrimoniais de depreciação ou amortização de investimentos vinculados aos serviços de saneamento básico relativas a:

a) ativos imobilizados, intangíveis e diferidos existentes na data base de implantação do regime de custos de que trata este artigo, tendo como base os valores dos respectivos



saldos líquidos contábeis ou apurados em laudo técnico de avaliação contemporânea, se inexistentes os registros contábeis patrimoniais;

b) novos ativos imobilizados e intangíveis realizados com recursos próprios ou com recursos onerosos e não onerosos de qualquer fonte, inclusive os do FMSB, os originários de operações de crédito e os obtidos, direta ou indiretamente, mediante subvenções orçamentárias do município, transferências voluntárias de outros entes da Federação e doações ou contribuições voluntárias de quaisquer entidades públicas ou privadas e dos usuários dos serviços.

V - provisões de perdas líquidas no exercício financeiro relativas a créditos de difícil recebimento ou a anistias ou descontos especiais de débitos tarifários ou tributários relativos à prestação dos serviços;

VI - remuneração adequada dos investimentos realizados com capital próprio, diretamente ou por meio do FMSB, tendo como base o saldo líquido contábil ou os valores apurados conforme a alínea "a" do inciso IV deste parágrafo, a qual deverá ser no mínimo igual à inflação estimada para o período de vigência das taxas e tarifas aplicáveis aos serviços, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, publicado pelo IBGE.

§ 2º As parcelas de amortizações de empréstimos e as despesas de capital, previstas nos incisos II e III do § 1º deste artigo, serão consideradas na composição do custo dos serviços mediante apropriação das cotas de depreciação ou de amortização dos respectivos investimentos, cujo critério de cálculo deverá considerar a ponderação dos prazos de amortização dos empréstimos e de vida útil econômica esperada desses investimentos e a sua participação relativa no valor total dos investimentos em operação.

§ 3º As receitas obtidas com serviços vinculados, complementares e acessórios aos serviços finais de saneamento básico, bem como as decorrentes de multas, encargos moratórios e de aplicações financeiras, compensadas as respectivas despesas, deverão ser consideradas na composição dos custos dos serviços, visando à modicidade das taxas e tarifas.

§ 4º A aplicação das disposições deste artigo deverá ser disciplinada no regulamento desta Lei e em normas técnicas aprovadas pelo Ente Regulador.

#### Subseção III

#### Dos Reajustes e Revisões das Taxas e Tarifas e Outros Preços Públicos

Art. 46º As taxas e tarifas poderão ser atualizadas ou revistas periodicamente, observadas as disposições desta Lei e, no caso de serviços delegados, os contratos e os seus instrumentos de regulação específica.



Art. 47º Os reajustes dos valores monetários de taxas, tarifas e outros preços públicos dos serviços de saneamento básico têm como finalidade a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro de sua prestação ou disposição, e deverão ser aprovados e publicados até 30 (trinta) dias antes de sua vigência.

§ 1º Os reajustes referidos no caput serão aplicados com base no art. 46 desta Lei.

§ 2º Na regulamentação dos critérios de cálculo dos reajustes poderão ser considerados os seguintes fatores:

I - repasse de aumentos efetivos de preços regulados de serviços e insumos essenciais e de outros custos fora do controle do prestador;

II - compensação integral ou parcial, mediante redução do índice de reajuste, de ganhos extraordinários de eficiência e de produtividade obtidos no período tarifário anterior.

§ 3º Os reajustes serão processados e aprovados previamente pelo Ente Regulador e serão efetivados através de ato publicado até 30 (trinta) dias antes de sua vigência.

Art. 48º As revisões compreenderão a reavaliação das condições da prestação e seus reflexos nos custos dos serviços e nas respectivas taxas, tarifas e de outros preços públicos praticados, que poderão ter os seus valores aumentados ou diminuídos, e poderão ser:

I - ordinárias e periódicas, objetivando a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro dos serviços e a apuração e repartição com os usuários dos ganhos de eficiência, de produtividade ou decorrentes de externalidades;

II - extraordinárias, quando se verificar a ocorrência de situações fora do controle do prestador de serviços e que afetem suas condições econômico-financeiras, entre outras:

a) fatos não previstos em normas de regulação ou em contratos;

b) fenômenos da natureza ou ambientais que possam afetar a regularidade e a quantidade do fornecimento de água à população, que exigirem a criação de mecanismos de restrição de consumo;

c) a instituição ou aumentos extraordinários de tributos, encargos sociais, trabalhistas e fiscais;

d) aumentos extraordinários de tarifas ou preços públicos regulados ou de preços de mercado de serviços e insumos utilizados nos serviços de saneamento básico.

§ 1º As revisões de taxas, tarifas e outros preços públicos terão suas pautas definidas e processos conduzidos pelo Ente Regulador, ouvidos os prestadores dos serviços, os usuários e os demais órgãos e entidades municipais interessados, e os seus resultados serão submetidos à consulta pública.



§ 2º Os processos de revisões poderão estabelecer mecanismos econômicos de indução à eficiência na prestação e, particularmente, no caso de serviços delegados a terceiros, à antecipação de metas de expansão e de qualidade dos serviços, podendo ser adotados para esse fim fatores de produtividade e indicadores de qualidade referenciados a outros prestadores do setor ou a padrões técnicos amplamente reconhecidos.

§ 3º Observado o disposto no § 4º deste artigo, as revisões de taxas, tarifas e outros preços públicos que resultarem em alteração da estrutura de cobrança ou em alteração dos respectivos valores, para mais ou para menos, serão efetivadas, após sua aprovação pelo Ente Regulador, mediante ato do Executivo.

§ 4º A redução ou o aumento superior à variação do INPC ocorrida no período revisional, dos valores nominais das taxas incidentes sobre os serviços públicos de saneamento básico, serão submetidos à aprovação prévia do Legislativo Municipal, nos termos da legislação tributária vigente.

**Subseção IV**  
**Do Lançamento e da Cobrança**

Art. 49º O lançamento e a respectiva arrecadação de taxas, contribuições de melhoria, tarifas e outros preços públicos devidos pela disposição ou prestação dos serviços públicos, cuja prestação estiver sob a responsabilidade de um mesmo prestador, poderão ser efetuados separadamente ou em conjunto, mediante documento único de cobrança.

**Subseção V**  
**Da Penalidade por Atraso ou Falta de Pagamento de Taxas e Tarifas**

Art. 50º O atraso ou a falta de pagamento dos débitos relativos à prestação ou disposição dos serviços de saneamento básico sujeitará o usuário ao pagamento de multas, cujos valores e formas de aplicação serão estabelecidas pelo Ente Regulador.

**Seção III**  
**Do Regime Contábil Patrimonial**

Art. 51º Independente que quem as tenha adquirido ou construído, as infraestruturas e outros bens vinculados aos serviços públicos de saneamento básico constituem patrimônio público do município, afetados aos órgãos ou entidades municipais responsáveis pela sua gestão, e são impenhoráveis e inalienáveis sem prévia autorização legislativa, exceto materiais inservíveis e bens móveis obsoletos ou improdutivos.



Art. 52º Os valores investidos em bens reversíveis pelos prestadores dos serviços contratados sob qualquer forma de delegação, apurados e registrados conforme a legislação e as normas contábeis vigentes constituirão créditos perante o município a serem recuperados mediante receitas emergentes da prestação dos serviços, nos termos contratuais e dos demais instrumentos de regulação.

§ 1º Não gerarão crédito perante o titular os investimentos feitos sem ônus para o prestador contratado, tais como os decorrentes de exigência legal aplicável à implantação de empreendimentos imobiliários, os provenientes de subvenções, de transferências fiscais voluntárias e de doações públicas ou privadas, bem como aqueles que são integrais ou parcialmente custeados pelos usuários dos serviços, sob qualquer forma.

§ 2º Os investimentos realizados, os valores amortizados, a depreciação e os respectivos saldos serão anualmente auditados e certificados pelo órgão regulador.

§ 3º Os créditos decorrentes de investimentos, devidamente certificados, poderão constituir garantia de empréstimos, destinados exclusivamente a investimentos nos sistemas de saneamento objeto do respectivo contrato.

§ 4º Os Prestadores de Serviços, responsáveis por Contratos de Concessão total o parcial, com propósito específico para a prestação dos serviços delegados pelo município, terão regimes de contabilidade específicos, conforme a sua natureza jurídica, constituídos sob a forma de Autarquia Municipal, Empresa Pública, Companhia de Economia Mista ou sociedade de propósito específico para a prestação dos serviços delegados pelo município, a qual terá contabilidade própria e segregada de outras atividades exercidas pelos seus controladores.

**CAPÍTULO VI  
DAS DIRETRIZES PARA A REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**Seção I  
Dos Objetivos da Regulação**

Art. 53º São objetivos gerais da regulação:

- I - estabelecer padrões e normas para a adequada prestação dos serviços e para a satisfação dos usuários;
- II - garantir o cumprimento das condições, objetivos e metas estabelecidas;
- III - prevenir e limitar o abuso de atos discricionários pelos gestores municipais e o abuso do poder econômico de eventuais prestadores dos serviços contratados, ressalvada a competência dos órgãos integrantes do sistema nacional de defesa da concorrência.





**Seção II  
Da Publicidade dos Atos de Regulação**

Art. 54° Deverá ser assegurada publicidade aos relatórios, estudos, decisões e instrumentos equivalentes que se refiram à regulação ou à fiscalização dos serviços, bem como aos direitos e deveres dos usuários e prestadores, a eles podendo ter acesso qualquer cidadão, independentemente da existência de interesse direto.

§ 1º Excluem-se do disposto no caput os documentos considerados sigilosos em razão de interesse público relevante, mediante prévia e motivada decisão do órgão regulador.

§ 2º A publicidade a que se refere o caput deverá se efetivar, preferencialmente, por meio de sítio mantido na internet.

**CAPÍTULO VII  
DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS USUÁRIOS**

Art. 55° Sem prejuízo do disposto na Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, são direitos dos usuários efetivos ou potenciais dos serviços de saneamento básico:

- I - garantia do acesso a serviços, em quantidade suficiente para o atendimento de suas necessidades e com qualidade adequada aos requisitos sanitários e ambientais;
- II - receber do regulador e do prestador informações necessárias para a defesa de seus interesses individuais ou coletivos;
- III - recorrer, nas instâncias administrativas, de decisões e atos do prestador que afetem seus interesses, inclusive cobranças consideradas indevidas;
- IV - ter acesso a informações sobre a prestação dos serviços, inclusive as produzidas ou sob domínio do regulador;
- V - participar de consultas e audiências públicas e atos públicos realizados pelo órgão regulador e de outros mecanismos e formas de controle social da gestão dos serviços;
- VI - fiscalizar permanentemente, como cidadão e usuário, as atividades do prestador de serviços e a atuação do órgão regulador.

Art. 56° Constituem-se obrigações dos usuários efetivos ou potenciais e dos proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título de imóveis beneficiários dos serviços de saneamento básico:

- I - cumprir e fazer cumprir as disposições legais os regulamentos e as normas administrativas de regulação dos serviços;



II - zelar pela preservação da qualidade e da integridade dos bens públicos por meio dos quais lhes são prestados os serviços;

III - pagar em dia as taxas, tarifas e outros preços públicos decorrentes da disposição e prestação dos serviços;

IV - levar ao conhecimento do prestador e do regulador as eventuais irregularidades na prestação dos serviços de que tenha conhecimento;

V - cumprir os códigos e posturas municipais, estaduais e federais, relativos às questões sanitárias, a edificações e ao uso dos equipamentos públicos afetados pelos serviços de saneamento básico;

VI - executar, por intermédio do prestador, as ligações do imóvel de sua propriedade ou domínio às redes públicas de abastecimento de água e de coleta de esgotos, nos logradouros dotados destes serviços, nos termos desta Lei e seus regulamentos;

VII - responder, civil e criminalmente, pelos danos que, direta ou indiretamente, causar às instalações dos sistemas públicos de saneamento básico;

VIII - permitir o acesso do prestador e dos agentes fiscais às instalações hidrossanitárias do imóvel, para inspeções relacionadas à utilização dos serviços de saneamento básico, observado o direito à privacidade;

IX - utilizar corretamente e com racionalidade os serviços colocados à sua disposição, evitando desperdícios e uso inadequado dos equipamentos e instalações;

X - comunicar quaisquer mudanças das condições de uso ou de ocupação dos imóveis de sua propriedade ou domínio;

XI - responder pelos débitos relativos aos serviços de saneamento básico de que for usuário, ou, solidariamente, por débitos relativos à imóvel de locação do qual for proprietário, titular do domínio útil, possuidor a qualquer título ou usufrutuário.

### CAPÍTULO VIII DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

#### Seção I Das Infrações

Art. 57º Observadas as disposições desta Lei e outras normas pertinentes, as seguintes ocorrências constituem infrações de postura dos usuários efetivos ou potenciais dos serviços:



I - intervenção de qualquer modo nas instalações dos sistemas públicos de saneamento básico;

II - violação ou retirada de hidrômetros, de limitador de vazão ou do lacre de suspensão do fornecimento de água da ligação predial;

III - utilização da ligação predial de esgoto para esgotamento conjunto de outro imóvel adjacente sem autorização e cadastramento junto ao prestador do serviço;

IV - lançamento de águas pluviais ou de esgoto não doméstico de característica incompatível nas instalações de esgotamento sanitário;

V - ligações prediais clandestinas de água ou de esgotos sanitários nas respectivas redes públicas;

VI - disposição de recipientes de resíduos sólidos domiciliares para coleta no passeio, na via pública ou em qualquer outro local destinado à coleta fora dos dias e horários estabelecidos;

VII - disposição de resíduos sólidos de qualquer espécie, acondicionados ou não, em qualquer local não autorizado, particularmente, via pública, terrenos públicos ou privados, cursos d'água, áreas de várzea, poços e cacimbas, mananciais e respectivas áreas de drenagem;

VIII - lançamento de esgotos sanitários diretamente na via pública, no sistema de drenagem, em terrenos lindeiros ou qualquer outro local público ou privado, ou a sua disposição inadequada no solo ou em corpos de água sem o devido tratamento;

IX - incineração a céu aberto, de forma sistemática, de resíduos domésticos ou de outras origens em qualquer local público ou privado urbano, inclusive no próprio terreno, ou a adoção da incineração como forma de destinação final dos resíduos através de dispositivos não licenciados pelo órgão ambiental;

X - contaminação do sistema público de abastecimento de água através de interconexão da instalação hidráulica predial ou por qualquer outro meio.

§ 1º As infrações a normas de regulamentação técnica e de uso dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário são consideradas de natureza contratual e serão definidas e disciplinadas em normas próprias de regulação juntamente com as respectivas penalidades.

§ 2º A notificação espontânea da situação infracional ao prestador do serviço ou ao órgão fiscalizador permitirá ao usuário, quando cabível, obter prazo razoável para correção da irregularidade, durante o qual ficará suspensa sua autuação, sem prejuízo de outras



medidas legais e da reparação de danos eventualmente causados às infraestruturas do serviço público, a terceiros ou à saúde pública.

§ 3º Poderão ser estabelecidas no regulamento específico de cada serviço outras situações de infração sujeitas às penalidades previstas nesta Lei.

§ 4º Responderá pelas infrações quem por qualquer modo as cometer, concorrer para sua prática, ou delas se beneficiar.

Art. 58º As infrações previstas no art. 57 desta Lei, disciplinadas nos regulamentos e normas administrativas de regulação dela decorrentes, serão classificadas em leves, graves e gravíssimas, levando-se em conta:

I - a intensidade do dano, efetivo ou potencial;

II - as circunstâncias atenuantes ou agravantes;

III - os antecedentes do infrator.

§ 1º Constituem circunstâncias atenuantes para o infrator:

I - ter bons antecedentes com relação à utilização dos serviços de saneamento básico e ao cumprimento dos códigos de posturas aplicáveis;

II - ter o usuário, de modo efetivo e comprovado:

a) procurado evitar ou atenuar as consequências danosas do fato, ato ou omissão;

b) comunicado, em tempo hábil, o prestador do serviço ou o órgão de regulação e fiscalização sobre ocorrências de situações motivadoras das infrações.

III - ser o infrator primário e a falta cometida não provocar consequências graves para a prestação do serviço ou suas infraestruturas, para a saúde pública ou para terceiros;

IV - omissão ou atraso do prestador na execução de medidas ou no atendimento de solicitação do usuário que poderiam evitar a situação infracional.

§ 2º Constituem circunstâncias agravantes para o infrator:

I - reincidência ou prática sistemática no cometimento de infrações;

II - prestar informações inverídicas, alterar dados técnicos ou documentos;

III - ludibriar os agentes fiscalizadores nos atos de vistoria ou fiscalização;

IV - deixar de comunicar, de imediato, ao prestador do serviço ou ao órgão de regulação e fiscalização, ocorrências de sua responsabilidade que coloquem em risco a saúde ou a vida de terceiros ou a prestação do serviço e suas infraestruturas;



V - ter a infração resultado efetivamente em consequências graves para a prestação do serviço ou suas infraestruturas, para a saúde pública ou para terceiros;

VI - deixar de atender, de forma reiterada, exigências normativas e notificações do prestador do serviço ou da fiscalização;

VII - adulterar ou intervir no hidrômetro com o fito de obter vantagem na medição do consumo de água;

VIII - praticar qualquer infração durante a vigência de medidas de emergência disciplinadas conforme o art. 60 desta Lei.

### **Seção II Das Penalidades**

Art. 59º A pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, que infringir qualquer dispositivo do art. 58 desta Lei, ficará sujeita às seguintes penalidades, nos termos dos regulamentos e normas administrativas de regulação, independente de outras medidas legais e de eventual responsabilização civil ou criminal por danos diretos e indiretos causados ao sistema público e a terceiros:

I - advertência por escrito, em que o infrator será notificado para fazer cessar a irregularidade, sob pena de imposição das demais sanções previstas neste artigo;

II - multa, conforme a gravidade da infração e a graduação prevista no art. 58 desta Lei, correspondentes a critérios e valores definidos pelo Ente Regulador.

III - suspensão total ou parcial das atividades, até a correção das irregularidades, quando aplicável;

IV - perda ou restrição de benefícios sociais concedidos, atinentes aos serviços públicos de saneamento básico;

V - embargo ou demolição da obra ou atividade motivadora da infração, quando aplicável.

§ 1º A multa prevista no inciso II do caput deste artigo será definida pelo CAME.

§ 2º Das penalidades previstas neste artigo caberá recurso em instância administrativa junto ao Ente Regulador, que deverá ser protocolado no prazo de dez dias a contar da data da notificação.

§ 3º Os recursos provenientes da arrecadação das multas previstas neste artigo e das multas a infrações de natureza contratual, vinculadas à prestação dos serviços, constituirão receita do FMSB.



**TÍTULO III  
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

Art. 60º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir medidas de emergência em situações críticas que possam afetar a regularidade, continuidade, qualidade e sustentabilidade da prestação dos serviços públicos de saneamento básico ou causar iminente risco para vidas humanas ou para a saúde pública relacionado aos mesmos.

Parágrafo único. As medidas de emergência de que trata este artigo vigorarão por prazo determinado, e serão estabelecidas conforme a gravidade de cada situação e pelo tempo necessário para saná-las satisfatoriamente.

Art. 61º No que não conflitarem com as disposições desta Lei aplicam-se aos serviços de saneamento básico as demais normas legais do município, especialmente as legislações tributária, de uso e ocupação do solo, de obras, sanitária e ambiental.

Art. 62º Até que seja regulamentada e implantada a política de cobrança pela disposição e prestação dos serviços de saneamento básico prevista nos artigos 36 a 48 desta Lei permanecem em vigor as atuais taxas, tarifas e outros preços públicos.

Parágrafo único. Aplica-se às atuais taxas, tarifas e outros preços públicos os critérios de reajuste previstos no art. 47 desta Lei.

Art. 63º O Executivo Municipal regulamentará as disposições desta Lei no prazo de até 60 (sessenta) dias a contar de sua promulgação.

Art. 64º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrários, especialmente:

Gabinete do Prefeito, em 18 de agosto de 2022.

---

Hipólito Rodrigues Silva Gomes

Prefeito Municipal



Lei



ESTADO DA BAHIA  
Prefeitura Municipal de São Gabriel  
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

LEI Nº 558/2013 DE 22 MAIO DE 2013

Dispõe sobre a Criação do Conselho Municipal de Direitos do Idoso, do Fundo Municipal de Direito do Idoso e dá outras Providências.

**A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL**, no uso de suas atribuições legais e, atendidas as disposições da Lei Orgânica Municipal, Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte

**CAPÍTULO I**  
**DO CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DO IDOSO**

Art. 1º Fica criado O Conselho Municipal de Direitos do Idoso – CMDI – órgão permanente, paritário, consultivo, deliberativo, formulador e controlador das políticas públicas e ações voltadas para o idoso no âmbito do Município de São Gabriel, sendo acompanhado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, órgão gestor das políticas de assistência social do Município.

Art. 2º Compete ao Conselho Municipal de Direitos do Idoso:

I – formular, acompanhar, fiscalizar e avaliar a Política Municipal dos Direitos dos Idosos, zelando pela sua execução;

II – elaborar proposições, objetivando aperfeiçoar a legislação pertinente à Política Municipal dos Direitos dos idosos;

III – indicar as prioridades a serem incluídas no planejamento municipal quanto às questões que dizem respeito ao idoso;

Largo da Pátria, 132 – Centro – São Gabriel Bahia  
CEP: 44.915-000  
FONE/FAX: (74) 3620-2122





ESTADO DA BAHIA  
Prefeitura Municipal de São Gabriel  
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

IV – cumprir e zelar pelo cumprimento das normas constitucionais e legais referentes ao idoso, sobretudo a Lei Federal nº. 8.842, de 04/07/94, a Lei Federal nº. 10.741, de 1º./10/03 (Estatuto do Idoso) e leis pertinentes de caráter estadual e municipal, denunciando à autoridade competente e ao Ministério Público o descumprimento de qualquer uma delas;

V - fiscalizar as entidades governamentais e não-governamentais de atendimento ao idoso, conforme o disposto no artigo 52 da Lei nº. 10.741/03.

VI – propor, incentivar e apoiar a realização de eventos, estudos, programas e pesquisas voltadas para a promoção, a proteção e a defesa dos direitos do idoso;

VII – inscrever os programas das entidades governamentais e não-governamentais de assistência ao idoso;

VIII – estabelecer a forma de participação do idoso residente no custeio da entidade de longa permanência para idoso filantrópica ou casa-lar, cuja cobrança é facultada, não podendo exceder a 70% (setenta por cento) de qualquer benefício previdenciário ou de assistência social percebido pelo idoso;

IX – apreciar o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a proposta orçamentária anual e suas eventuais alterações, zelando pela inclusão de ações voltadas à política de atendimento do idoso;

X – Indicar prioridades para a destinação dos valores depositados no Fundo Municipal dos Direitos do Idoso, elaborando ou aprovando planos e programas em que está prevista a aplicação de recursos oriundos daquele;

XI – zelar pela efetiva descentralização político-administrativa e pela participação de organizações representativas dos idosos na implementação de política, planos, programas e projetos de atendimento ao idoso;

XII – elaborar o seu regimento interno;

XIII – outras ações visando à proteção do Direito do Idoso.

Parágrafo único. Aos membros do Conselho Municipal de Direito do Idoso será facilitado o acesso a todos os setores da administração pública municipal, especialmente às Secretarias e aos programas prestados à população, a fim de possibilitar a apresentação de sugestões e propostas de medidas de atuação, subsidiando as políticas de ação em cada área de interesse do idoso.

Largo da Pátria, 132 – Centro – São Gabriel Bahia  
CEP.: 44.915-000  
FONE/FAX: (74) 3620-2122







ESTADO DA BAHIA  
Prefeitura Municipal de São Gabriel  
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

Art. 3º O Conselho Municipal de Direitos do Idoso, composto de forma paritária entre o poder público municipal e a sociedade civil, será constituído:

I – por representantes de cada uma das Secretarias a seguir indicadas

Secretaria Municipal de Assistência Social;

Secretaria Municipal de Saúde;

Secretaria Municipal de Educação;

Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo.

II – por cinco representantes de entidades não governamentais representantes da sociedade civil atuantes no campo da promoção e defesa dos direitos ou ao atendimento do idoso, legalmente constituída e em regular funcionamento há mais de 01 (um) ano, sendo eleitos para preenchimento das seguintes vagas:

a) 01 (um) representante de Sindicato dos Trabalhadores Rurais;

b) 01 (um) representante Aposentado, maior de 60 (sessenta) anos;

c) 02 (dois) representantes de entidades religiosas que desenvolvam atividades voltadas para a promoção do idoso.

d) 01 (uma) associação que comprove possuir políticas explícitas voltadas para o interesse de atendimento e promoção do idoso.

§1º Cada membro do Conselho Municipal de Direitos do Idoso terá um suplente.

§ 2º Os membros do Conselho Municipal de Direitos do Idoso e seus respectivos suplentes serão nomeados pelo Prefeito Municipal, respeitadas as indicações previstas nesta Lei.

Largo da Pátria, 132 – Centro – São Gabriel Bahia  
CEP.: 44.915-000  
FONE/FAX: (74) 3620-2122





ESTADO DA BAHIA  
Prefeitura Municipal de São Gabriel  
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

§ 3º Os membros do Conselho terão um mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos por um mandato de igual período, desde que para a mesma função que tenham sido indicados inicialmente.

§ 4º O titular de órgão ou entidade governamental indicará seu representante, que poderá ser substituído, a qualquer tempo, mediante nova indicação do representado.

§ 5º As entidades não governamentais serão eleitas em fórum próprio, especialmente convocado para este fim, sendo o processo eleitoral acompanhado por um representante do Ministério Público.

§6º Caberá às entidades eleitas a indicação de seus representantes ao Prefeito Municipal, diretamente, no caso da primeira composição do Conselho Municipal, ou por intermédio deste, tratando-se das composições seguintes, para nomeação, no prazo de 20 (vinte) dia após a realização do Fórum que as elegeu, sob pena de substituição por entidade suplente, conforme ordem decrescente de votação.

Art. 4º O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho Municipal de Direitos do Idoso serão escolhidos, mediante votação, dentre os seus membros, por maioria absoluta, devendo haver, no que tange à Presidência e à Vice-Presidência, uma alternância entre as entidades governamentais e não governamentais.

§ 1º O Vice-Presidente do Conselho Municipal de Direitos do Idoso substituirá o Presidente em suas ausências e impedimentos, e, em caso de ocorrência simultânea em relação aos dois, a presidência será exercida pelo conselheiro mais idoso.

§ 2º O Presidente do Conselho Municipal de Direitos do Idoso poderá convidar para participar das reuniões ordinárias e extraordinárias membros dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e do Ministério Público, além de pessoas de notória especialização em assuntos de interesse do idoso.

Largo da Pátria, 132 – Centro – São Gabriel Bahia  
CEP.: 44.915-000  
FONE/FAX: (74) 3620-2122





ESTADO DA BAHIA  
Prefeitura Municipal de São Gabriel  
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

Art. 5º Cada membro do Conselho Municipal terá direito a um único voto na sessão plenário, excetuando o Presidente que também exercerá o voto de qualidade.

Art. 6º A função do membro do Conselho Municipal de Direitos do Idoso não será remunerada e seu exercício será considerado de relevante interesse público.

Art. 7º As entidades não governamentais representadas no Conselho Municipal de Direitos do Idoso perderão essa condição quando ocorrer uma das seguintes situações:

I – extinção de sua base territorial de atuação no Município;

II – irregularidades no seu funcionamento, devidamente comprovadas, que tornem incompatível a sua representação no Conselho;

III – aplicação de penalidades administrativas de natureza grave, devidamente comprovada.

Art. 8º Perderá o mandato o Conselheiro que:

I – desvincular-se do órgão ou entidade de origem de sua representação;

II – faltar a três reuniões consecutivas ou cinco intercaladas, sem justificativa;

III – apresentar renúncia ao plenário do Conselho, que será lida na sessão seguinte à de sua recepção na Secretaria do Conselho;

IV – apresentar procedimento incompatível com a dignidade das funções;

V – for condenado em sentença irrecorrível, por crime ou contravenção penal.

Largo da Pátria, 132 – Centro – São Gabriel Bahia  
CEP: 44.915-000  
FONE/FAX: (74) 3620-2122





ESTADO DA BAHIA  
Prefeitura Municipal de São Gabriel  
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

Art. 9º Nos casos de renúncia, impedimento ou falta, os membros do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso serão substituídos pelos suplentes, automaticamente, podendo estes exercer os mesmos direitos e deveres dos efetivos.

Art. 10. Os órgãos ou entidades representados pelos Conselheiros faltosos deverão ser comunicados a partir da segunda falta consecutiva ou da quarta intercalada.

Art. 11. O Conselho Municipal de Direitos do Idoso reunir-se-á mensalmente, em caráter ordinário, e extraordinariamente, por convocação do seu Presidente ou por requerimento da maioria de seus membros.

Art. 12. O Conselho Municipal de Direitos do Idoso instituirá seus atos por meio da resolução aprovada pela maioria de seus membros.

Art. 13. As sessões do Conselho Municipal de Direitos do Idoso serão públicas, precedidas de ampla divulgação.

Art. 14. A Secretaria Municipal de Ação Social proporcionará o apoio técnico-administrativo necessário ao funcionamento do Conselho Municipal de Direitos do Idoso.

Art. 15. Os recursos financeiros para implantação e manutenção do Conselho Municipal de Direitos do Idoso serão previstos nas peças orçamentárias do Município, possuindo dotações próprias.

### CAPÍTULO II

### DO FUNDO MUNICIPAL DE DIREITOS DO IDOSO

Largo da Pátria, 132 – Centro – São Gabriel Bahia  
CEP: 44.915-000  
FONE/FAX: (74) 3620-2122





ESTADO DA BAHIA  
Prefeitura Municipal de São Gabriel  
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

Art. 16. Fica criado o Fundo Municipal de Direitos do Idoso, instrumento de captação, repasse e aplicação de recursos destinados a propiciar suporte financeiro para a implantação, manutenção e desenvolvimento de planos, programas, projetos e ações voltadas aos idosos no Município de São Gabriel.

Art. 17. Constituirão receitas do Fundo Municipal de Direitos do Idoso:

I – recursos provenientes de órgãos da União ou do Estado vinculados à Política Nacional do Idoso;

II – transferências do Município;

III – as resultantes de doações do Setor Privado, pessoas físicas ou jurídicas;

IV – rendimentos eventuais, inclusive de aplicações financeiras dos recursos disponíveis;

V – as advindas de acordos e convênios;

VI - as provenientes das multas aplicadas com base na Lei n. 10.741/03;

VII – outras.

Art. 18. O Fundo Municipal ficará vinculado diretamente à Secretaria Municipal de Ação Social tendo sua destinação liberada através de projetos, programas e atividades aprovados pelo Conselho Municipal de Direitos do Idoso.

§1º Será aberta conta bancária específica em instituição financeira oficial, sob a denominação “Fundo Municipal de Direitos do Idoso”, para movimentação dos recursos financeiros do Fundo, sendo elaborado, mensalmente, balancete demonstrativo da receita e da despesa, que deverá ser publicado na imprensa oficial, onde houver, ou

Largo da Pátria, 132 – Centro – São Gabriel Bahia  
CEP.: 44.915-000  
FONE/FAX: (74) 3620-2122





ESTADO DA BAHIA  
Prefeitura Municipal de São Gabriel  
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

dada ampla divulgação no caso de inexistência, após apresentação e aprovação do Conselho Municipal de Direitos do Idoso.

§2º A contabilidade do Fundo tem por objetivo evidenciar a sua situação financeira e patrimonial, observados os padrões e normas estabelecidas na legislação pertinente.

§3º Caberá à Secretaria Municipal de Ação Social gerir o Fundo Municipal de Direitos do Idoso, sob a orientação e controle do Conselho Municipal de Direitos do Idoso, cabendo ao seu titular:

I – solicitar a política de aplicação dos recursos ao Conselho Municipal do Idoso;

II – submeter ao Conselho Municipal de Direitos do Idoso demonstrativo contábil da movimentação financeira do Fundo;

III – assinar cheques, ordenar empenhos e pagamentos das despesas do Fundo;

IV – outras atividades indispensáveis para o gerenciamento do Fundo.

### CAPÍTULO II

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 19. Para a primeira instalação do Conselho Municipal de Direitos do Idoso, o Prefeito Municipal convocará, por meio de edital, os integrantes da sociedade civil organizada atuante no campo da promoção e defesa dos direitos do idoso, que serão escolhidos em fórum especialmente realizado para este fim, a ser realizado no prazo de

Largo da Pátria, 132 – Centro – São Gabriel Bahia  
CEP.: 44.915-000  
FONE/FAX: (74) 3620-2122





ESTADO DA BAHIA  
Prefeitura Municipal de São Gabriel  
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

trinta dias após a publicação do referido edital, cabendo as convocações seguintes à Presidência do Conselho.

Art. 20. A primeira indicação dos representantes governamentais será feita pelos titulares das respectivas Secretarias, no prazo de trinta dias após a publicação desta Lei.

Art. 21. O Conselho Municipal de Direitos do Idoso elaborará o seu regimento interno, no prazo máximo de sessenta dias a contar da data de sua instalação, o qual será aprovado por ato próprio, devidamente publicado pela imprensa oficial, onde houver, e dada ampla divulgação.

Parágrafo único. O regimento interno disporá sobre o funcionamento do Conselho Municipal do idoso, das atribuições de seus membros, entre outros assuntos.

Art. 22. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita, 22 de maio de 2013.

  
Gean Angela Rocha  
Prefeita do Município

Largo da Pátria, 132 – Centro – São Gabriel Bahia  
CEP.: 44.915-000  
FONE/FAX: (74) 3620-2122





**Inexigibilidade**



**ESTADO DA BAHIA**  
**Prefeitura Municipal de São Gabriel**  
**CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32**

Extrato de Ratificação

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 0056/2023**

O Prefeito Municipal de São Gabriel, Bahia, no uso de suas atribuições:

Reconhece e **RATIFICA**, nos termos do artigo 25 da lei 8.666/93, a situação de inexigibilidade de licitação no presente processo, em consonância com o despacho formulado pela Comissão Permanente de Licitação, visto manifestação no parecer jurídico. Em consequência fica o cantor DIEGO JULIANO NOGUEIRA FERNANDES convocado para assinatura do contrato no prazo de cinco dias.

São Gabriel - BA, 12 de Janeiro de 2023.

\_\_\_\_\_  
Hipólito Rodrigues Silva Gomes  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
Largo da Pátria, 132 – Centro. São Gabriel – BA. CEP: 44915- 000  
Endereço eletrônico: [compras.saogabriel@gmail.com](mailto:compras.saogabriel@gmail.com)





**ESTADO DA BAHIA**  
**Prefeitura Municipal de São Gabriel**  
**CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32**

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE**

**INEXIGIBILIDADE Nº:** 0056/2023  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº:** 0056/2023

**CONTRATADO:** DIEGO JULIANO NOGUEIRA FERNANDES  
**CNPJ/CPF:** 027.795.005-81

**VALOR:** R\$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS)

**OBJETO:** PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ARTÍSTICOS COM APRESENTAÇÃO DA BANDA "FORRÓ NO MOLHO" DURANTE A COMEMORAÇÃO DOS FESTEJOS DE SÃO SEBASTIÃO, NO POVOADO DE BAIXÃO DOS HONORATOS, NO DIA 20/01/2023, NESTE MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL-BA.

**BASE LEGAL:** Artigo 25, inciso III da Lei 8.666/93, de 21/06/1993.

**DOTAÇÃO:**  
**Órgão / Unidade:** 02.05.01 / **Atividade:** 2.024 / **Elemento de despesa:** 3.3.9.0.36.00 / **Fonte:** 1.500

**DATA DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO:** 12 de Janeiro de 2023.

\_\_\_\_\_  
Hipólito Rodrigues Silva Gomes  
Prefeito Municipal

**CERTIDÃO**

Certifico que o Extrato acima foi afixado no quadro de avisos da Prefeitura para conhecimento geral.

Em, \_\_\_ de \_\_\_ de 2023

\_\_\_\_\_  
Luciana Rodrigues Silva Gomes  
Secretário de Administração

\_\_\_\_\_  
**Largo da Pátria, 132 – Centro. São Gabriel – BA. CEP: 44915- 000**  
**Endereço eletrônico:** [compras.saogabriel@gmail.com](mailto:compras.saogabriel@gmail.com)



**ESTADO DA BAHIA**  
**Prefeitura Municipal de São Gabriel**  
**CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32**

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE RESUMO DE CONTRATO

CONTRATO Nº: 0056/2023  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 0056/2023.

**RESUMO DO OBJETO:** PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ARTÍSTICOS COM APRESENTAÇÃO DA BANDA "FORRÓ NO MOLHO" DURANTE A COMEMORAÇÃO DOS FESTEJOS DE SÃO SEBASTIÃO, NO POVOADO DE BAIXÃO DOS HONORATOS, NO DIA 20/01/2023, NESTE MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL-BA.

**MODALIDADE:** Inexigibilidade Nº 0056/2023. Contratação direta por dispensa conforme estabelecido no Artigo 25, inciso III, da Lei 8666/93.

**NOME DA CONTRATADA:** DIEGO JULIANO NOGUEIRA FERNANDES  
**ESPECIE:** Prestação de Serviços  
**CPF/CNPJ:** 027.795.005-81  
**VIGÊNCIA:** 12/01/2023 a 28/02/2023  
**VALOR DA CONTRATAÇÃO:** R\$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS)

**DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA**  
Órgão / Unidade: 02.05.01 / Atividade: 2.024 / Elemento de despesa: 3.3.9.0.36.00 / Fonte: 1.500

**DATA DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO:** 12 de Janeiro de 2023.

\_\_\_\_\_  
Hipólito Rodrigues Silva Gomes  
Prefeito Municipal

**CERTIDÃO**

Certifico que o Extrato acima foi afixado no quadro de avisos da Prefeitura para conhecimento geral.

Em, \_\_\_ de \_\_\_ de 2023

\_\_\_\_\_  
Luciana Rodrigues Silva Gomes  
Secretário de Administração

\_\_\_\_\_  
**Largo da Pátria, 132 – Centro. São Gabriel – BA. CEP: 44915- 000**  
**Endereço eletrônico: [compras.saogabriel@gmail.com](mailto:compras.saogabriel@gmail.com)**



**ESTADO DA BAHIA**  
**Prefeitura Municipal de São Gabriel**  
**CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32**

Extrato de Ratificação

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 0057/2023

O Prefeito Municipal de São Gabriel, Bahia, no uso de suas atribuições:

Reconhece e **RATIFICA**, nos termos do artigo 25 da lei 8.666/93, a situação de inexigibilidade de licitação no presente processo, em consonância com o despacho formulado pela Comissão Permanente de Licitação, visto manifestação no parecer jurídico. Em consequência fica o cantor LAUEMERSON SANTOS TEIXEIRA convocado para assinatura do contrato no prazo de cinco dias.

São Gabriel - BA, 12 de Janeiro de 2023

\_\_\_\_\_  
Hipólito Rodrigues Silva Gomes  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
Largo da Pátria, 132 – Centro. São Gabriel – BA. CEP: 44915- 000  
Endereço eletrônico: [compras.saogabriel@gmail.com](mailto:compras.saogabriel@gmail.com)



**ESTADO DA BAHIA**  
**Prefeitura Municipal de São Gabriel**  
**CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32**

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE**

**INEXIGIBILIDADE Nº:** 0057/2023  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº:** 0057/2023

**CONTRATADO:** LAUEMERSON SANTOS TEIXEIRA  
**CNPJ/CPF:** 059.399.355-16

**VALOR:** R\$ 2.500,00 (Dois mil e quinhentos reais)

**OBJETO:** PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ARTÍSTICOS COM APRESENTAÇÃO DO CANTOR "LAUSINHO SANTOS" DURANTE A COMEMORAÇÃO DOS FESTEJOS DE SÃO SEBASTIÃO, NO POVOADO DE BAIXÃO DOS HONORATOS, NO DIA 20/01/2023, NESTE MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL-BA.  
**BASE LEGAL:** Artigo 25, inciso III da Lei 8.666/93, de 21/06/1993.

**DOTAÇÃO:**  
**Órgão / Unidade:** 02.05.01 / **Atividade:** 2.024 / **Elemento de despesa:** 3.3.9.0.36.00 / **Fonte:** 1.500

**DATA DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO:** 12 de Janeiro de 2023

\_\_\_\_\_  
Hipólito Rodrigues Silva Gomes  
Prefeito Municipal

**CERTIDÃO**

Certifico que o Extrato acima foi afixado no quadro de avisos da Prefeitura para conhecimento geral.

Em, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2023

\_\_\_\_\_  
Luciana Rodrigues Silva Gomes  
Secretário de Administração

\_\_\_\_\_  
**Largo da Pátria, 132 – Centro. São Gabriel – BA. CEP: 44915- 000**  
**Endereço eletrônico:** [compras.saogabriel@gmail.com](mailto:compras.saogabriel@gmail.com)



**ESTADO DA BAHIA**  
**Prefeitura Municipal de São Gabriel**  
**CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32**

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE RESUMO DE CONTRATO

CONTRATO Nº: 0057/2023  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 0057/2023.

**RESUMO DO OBJETO:** PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ARTÍSTICOS COM APRESENTAÇÃO DO CANTOR "LAUSINHO SANTOS" DURANTE A COMEMORAÇÃO DOS FESTEJOS DE SÃO SEBASTIÃO, NO POVOADO DE BAIXÃO DOS HONORATOS, NO DIA 20/01/2023, NESTE MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL-BA.

**MODALIDADE:** Inexigibilidade Nº 0057/2023. Contratação direta por dispensa conforme estabelecido no Artigo 25, inciso III, da Lei 8666/93.

**NOME DA CONTRATADA:** LAUEMERSON SANTOS TEIXEIRA  
**ESPECIE:** Prestação de Serviços  
**CPF/CNPJ:** 059.399.355-16  
**VIGÊNCIA:** 12/01/2023 a 28/02/2023  
**VALOR DA CONTRATAÇÃO:** R\$ 2.500,00 (Dois mil e quinhentos reais))

**DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA**  
Órgão / Unidade: 02.05.01 / Atividade: 2.024 / Elemento de despesa: 3.3.9.0.36.00 / Fonte: 1.500

**DATA DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO:** 12 de Janeiro de 2023

\_\_\_\_\_  
Hipólito Rodrigues Silva Gomes  
Prefeito Municipal

**CERTIDÃO**

Certifico que o Extrato acima foi afixado no quadro de avisos da Prefeitura para conhecimento geral.

Em, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2023

\_\_\_\_\_  
Luciana Rodrigues Silva Gomes  
Secretário de Administração

\_\_\_\_\_  
**Largo da Pátria, 132 – Centro. São Gabriel – BA. CEP: 44915- 000**  
**Endereço eletrônico: [compras.saogabriel@gmail.com](mailto:compras.saogabriel@gmail.com)**



**ESTADO DA BAHIA**  
**Prefeitura Municipal de São Gabriel**  
**CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32**

Extrato de Ratificação

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 0058/2023**

O Prefeito Municipal de São Gabriel, Bahia, no uso de suas atribuições:

Reconhece e **RATIFICA**, nos termos do artigo 25 da lei 8.666/93, a situação de inexigibilidade de licitação no presente processo, em consonância com o despacho formulado pela Comissão Permanente de Licitação, visto manifestação no parecer jurídico. Em consequência fica o cantor GEORGE HILTON NOGUEIRA FERNANDES convocado para assinatura do contrato no prazo de cinco dias.

São Gabriel - BA, 12 de Janeiro de 2023

\_\_\_\_\_  
Hipólito Rodrigues Silva Gomes  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
Largo da Pátria, 132 – Centro. São Gabriel – BA. CEP: 44915- 000  
Endereço eletrônico: [compras.saogabriel@gmail.com](mailto:compras.saogabriel@gmail.com)



**ESTADO DA BAHIA**  
**Prefeitura Municipal de São Gabriel**  
**CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32**

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE**

**INEXIGIBILIDADE Nº:** 0058/2023  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº:** 0058/2023

**CONTRATADO:** GEORGE HILTON NOGUEIRA FERNANDES  
**CNPJ/CPF:** 017.490.715-09

**VALOR:** R\$ 13.000,00 (Treze mil reais).

**OBJETO:** PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ARTÍSTICOS COM APRESENTAÇÃO DA BANDA "KY BALANÇO" DURANTE A COMEMORAÇÃO DOS FESTEJOS DE SÃO SEBASTIÃO, NO POVOADO DE BAIXÃO DOS HONORATOS, NO DIA 20/01/2023, NESTE MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL-BA.

**BASE LEGAL:** Artigo 25, inciso III da Lei 8.666/93, de 21/06/1993.

**DOTAÇÃO:**  
**Órgão / Unidade:** 02.05.01 / **Atividade:** 2.024 / **Elemento de despesa:** 3.3.9.0.36.00 / **Fonte:** 1.500

**DATA DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO:** 12 de Janeiro de 2023

\_\_\_\_\_  
Hipólito Rodrigues Silva Gomes  
Prefeito Municipal

**CERTIDÃO**

Certifico que o Extrato acima foi afixado no quadro de avisos da Prefeitura para conhecimento geral.

Em, \_\_\_ de \_\_\_ de 2023

\_\_\_\_\_  
Luciana Rodrigues Silva Gomes  
Secretário de Administração

\_\_\_\_\_  
**Largo da Pátria, 132 – Centro. São Gabriel – BA. CEP: 44915- 000**  
**Endereço eletrônico:** [compras.saogabriel@gmail.com](mailto:compras.saogabriel@gmail.com)



**ESTADO DA BAHIA**  
**Prefeitura Municipal de São Gabriel**  
**CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32**

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE RESUMO DE CONTRATO

CONTRATO Nº: 0058/2023  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 0058/2023.

**RESUMO DO OBJETO:** PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ARTÍSTICOS COM APRESENTAÇÃO DA BANDA "KY BALANÇO" DURANTE A COMEMORAÇÃO DOS FESTEJOS DE SÃO SEBASTIÃO, NO POVOADO DE BAIXÃO DOS HONORATOS, NO DIA 20/01/2023, NESTE MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL-BA.

**MODALIDADE:** Inexigibilidade Nº 0058/2023. Contratação direta por dispensa conforme estabelecido no Artigo 25, inciso III, da Lei 8666/93.

**NOME DA CONTRATADA:** GEORGE HILTON NOGUEIRA FERNANDES  
**ESPECIE:** Prestação de Serviços  
**CPF/CNPJ:** 017.490.715-09  
**VIGÊNCIA:** 12/01/2023 a 28/02/2023  
**VALOR DA CONTRATAÇÃO:** R\$ 13.000,00 (Treze mil reais).

**DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA**  
Órgão / Unidade: 02.05.01 / Atividade: 2.024 / Elemento de despesa: 3.3.9.0.36.00 / Fonte: 1.500

**DATA DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO:** 12 de Janeiro de 2023

\_\_\_\_\_  
Hipólito Rodrigues Silva Gomes  
Prefeito Municipal

**CERTIDÃO**

Certifico que o Extrato acima foi afixado no quadro de avisos da Prefeitura para conhecimento geral.

Em, \_\_\_ de \_\_\_ de 2023

\_\_\_\_\_  
Luciana Rodrigues Silva Gomes  
Secretário de Administração

\_\_\_\_\_  
**Largo da Pátria, 132 – Centro. São Gabriel – BA. CEP: 44915- 000**  
**Endereço eletrônico: [compras.saogabriel@gmail.com](mailto:compras.saogabriel@gmail.com)**





Dispensa



ESTADO DA BAHIA  
Prefeitura Municipal de São Gabriel  
CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE DISPENSA

DISPENSA Nº: 0001/2023  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 0001/2023

CONTRATADO: BARBARA BATISTA DA SILVA  
CNPJ/CPF: 952.068.415-87

VALOR: R\$ 12.654,00 (DOZE MIL E SEISCENTOS E CINQUENTA E QUATRO REAIS)

OBJETO: LOCAÇÃO DO IMÓVEL SITUADO NA AV RAUL FERREIRA DAS VIRGENS Nº37, PARA FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DO MUNICIPIO DE SÃO GABRIEL-BA.

BASE LEGAL: Artigo 24, Inciso X da Lei 8.666 de 21/06/1993.

DOTAÇÃO:  
Órgão / Unidade: 02.07.01 / Atividade:2.032/ Elemento de despesa:3.3.9.0.36.00 / Fonte: 1.500

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 25 de Janeiro de 2023.

HIPÓLITO RODRIGUES SILVA GOMES  
Prefeito Municipal

CERTIDÃO

Certifico que o Extrato acima foi afixado no quadro de avisos da Prefeitura para conhecimento geral.

Em, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

Luciana Rodrigues Silva Gomes  
Secretaria Municipal de Administração

Largo da Pátria, 132, Centro, São Gabriel – BA - CEP: 44915-000  
Fone/Fax: (74) 3620-2122





**ESTADO DA BAHIA**  
**Prefeitura Municipal de São Gabriel**  
**CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32**

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE RESUMO DE CONTRATO

CONTRATO Nº: 0001/2023  
PROCESSO Nº: 0001/2023

RESUMO DO OBJETO: LOCAÇÃO DO IMÓVEL SITUADO NA AV RAUL FERREIRA DAS VIRGENS Nº37, PARA FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL-BA.

MODALIDADE: Contratação direta por dispensa conforme estabelecido no Artigo 24, Inciso X, da Lei 8666/93. Dispensa Nº 0001/2023.

NOME DO CONTRATADO: BARBARA BATISTA DA SILVA  
ESPECIE: LOCAÇÃO DE IMÓVEL  
CPF/CNPJ: 952.068.415-87  
VIGÊNCIA: De 25/01/2023 à 31/12/2023  
VALOR DA CONTRATAÇÃO: R\$ 12.654,00 (DOZE MIL E SEISCENTOS E CINQUENTA E QUATRO REAIS)  
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA  
Órgão / Unidade: 02.07.01 / Atividade:2.032/ Elemento de despesa:3.3.9.0.36.00 / Fonte: 1.500

São Gabriel-BA, 25 de Janeiro de 2023.

\_\_\_\_\_  
Hipólito Rodrigues Silva Gomes  
Prefeito Municipal

**CERTIDÃO**

Certifico que o Extrato acima foi afixado no quadro de avisos da Prefeitura para conhecimento geral.

Em, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
Luciana Rodrigues Silva Gomes  
Secretaria Municipal de Administração

Largo da Pátria, 132, Centro, São Gabriel – BA - CEP: 44915-000  
Fone/Fax: (74) 3620-2122





**ESTADO DA BAHIA**  
**Fundo Municipal de Saúde de São Gabriel - FUMSAUDE**  
**CNPJ (MF) 13.816.024/0001-65**

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE DISPENSA

DISPENSA Nº: 0003 /2023  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº:0003 /2023

CONTRATADO: LUÍZ SÉRGIO BATISTA NEIVA  
CNPJ/CPF: 614.350.405-97

VALOR: R\$ 8.857,92 (OITO MIL E OITOCENTOS E CINQUENTA E SETE REAIS E NOVENTA E DOIS CENTAVOS)

OBJETO: LOCAÇÃO DO IMÓVEL SITUADO NA RUA EURÍPEDES MACHADO S/N, BAIRRO NOVA BRASÍLIA, SÃO GABRIEL-BA, PARA FUNCIONAMENTO DA FARMÁCIA BÁSICA.

BASE LEGAL: Artigo 24, Inciso X da Lei 8.666 de 21/06/1993.

DOTAÇÃO:  
Órgão / Unidade:02.09.02 / Atividade:2042 / 2046/ 2044 Elemento de despesa:3.3.9.0.36.00 / Fonte: 1.500/1.600

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 25 de Janeiro de 2023.

\_\_\_\_\_  
HIPÓLITO RODRIGUES SILVA GOMES  
Prefeito Municipal

**CERTIDÃO**

Certifico que o Extrato acima foi afixado no quadro de avisos da Prefeitura para conhecimento geral.

Em, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
Luciana Rodrigues Silva Gomes  
Secretaria Municipal de Administração

\_\_\_\_\_  
Largo da Pátria, 132, Centro, São Gabriel – BA - CEP: 44915-000  
Fone/Fax: (74) 3620-2122





**ESTADO DA BAHIA**  
**Fundo Municipal de Saúde de São Gabriel - FUMSAUDE**  
**CNPJ (MF) 13.816.024/0001-65**

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE RESUMO DE CONTRATO

CONTRATO Nº0003/2023  
PROCESSO Nº:0003 /2023

**RESUMO DO OBJETO:** LOCAÇÃO DO IMÓVEL SITUADO NA RUA EURÍPEDES MACHADO S/N, BAIRRO NOVA BRASÍLIA, SÃO GABRIEL-BA, PARA FUNCIONAMENTO DA FARMÁCIA BÁSICA.

**MODALIDADE:** Contratação direta por dispensa conforme estabelecido no Artigo 24, Inciso X, da Lei 8666/93. Dispensa Nº 0003/2022

**NOME DO CONTRATADO:** LUÍZ SÉRGIO BATISTA NEIVA

**ESPECIE:** LOCAÇÃO DE IMÓVEL

**CPF/CNPJ:** 614.350.405-97

**VIGÊNCIA:** De 25/01/2023 à 31/12/2023

**VALOR DA CONTRATAÇÃO:** R\$ 8.857,92 (OITO MIL E OITOCENTOS E CINQUENTA E SETE REAIS E NOVENTA E DOIS CENTAVOS)

**DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA**

**Órgão / Unidade:**02.09.02 / **Atividade:**2042 / 2046 / 2044 **Elemento de despesa:**3.3.9.0.36.00 / **Fonte:** 1.500/1.600

São Gabriel-BA, 25 de Janeiro de 2023.

\_\_\_\_\_  
Hipólito Rodrigues Silva Gomes  
Prefeito Municipal

**CERTIDÃO**

Certifico que o Extrato acima foi afixado no quadro de avisos da Prefeitura para conhecimento geral.

Em, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
Luciana Rodrigues Silva Gomes  
Secretaria Municipal de Administração

**Largo da Pátria, 132, Centro, São Gabriel – BA - CEP: 44915-000**  
**Fone/Fax: (74) 3620-2122**





**ESTADO DA BAHIA**  
**Fundo Municipal de Saúde de São Gabriel - FUMSAUDE**  
**CNPJ (MF) 13.816.024/0001-65**

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE DISPENSA

DISPENSA Nº: 0004 /2023  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 0004/2023

CONTRATADO: DELZA ALVES DE SOUZA  
CNPJ/CPF: 134.960.505-00

VALOR: R\$ 18.981,23 (DEZOITO MIL E NOVECENTOS E OITENTA E UM REAIS E VINTE E TRÊS CENTAVOS)

OBJETO: LOCAÇÃO DO IMÓVEL SITUADO NA RUA JOSÉ OLIVEIRA MAIA, Nº 201, BAIRRO CENTRO, SÃO GABRIEL-BA, PARA FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE SAÚDE E VIGILÂNCIA SANITÁRIA EPIDEMIOLÓGICA.

BASE LEGAL: Artigo 24, Inciso X da Lei 8.666 de 21/06/1993.

DOTAÇÃO:  
Órgão / Unidade: 02.09.02 Atividade: 2.042 / 2.046 / 2044 Elemento de despesa: 3.3.9.0.36.00 Fonte: 1.500/1.600

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 25 de Janeiro de 2023.

\_\_\_\_\_  
HIPÓLITO RODRIGUES SILVA GOMES  
Prefeito Municipal

**CERTIDÃO**

Certifico que o Extrato acima foi afixado no quadro de avisos da Prefeitura para conhecimento geral.

Em, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
Luciana Rodrigues Silva Gomes  
Secretaria Municipal de Administração

\_\_\_\_\_  
Largo da Pátria, 132, Centro, São Gabriel – BA - CEP: 44915-000  
Fone/Fax: (74) 3620-2122





**ESTADO DA BAHIA**  
**Fundo Municipal de Saúde de São Gabriel - FUMSAUDE**  
**CNPJ (MF) 13.816.024/0001-65**

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE RESUMO DE CONTRATO

CONTRATO Nº: 0004/2023  
PROCESSO Nº: 0004/2023

**RESUMO DO OBJETO:** LOCAÇÃO DO IMÓVEL SITUADO NA RUA JOSÉ OLIVEIRA MAIA, Nº 201, BAIRRO CENTRO, SÃO GABRIEL-BA, PARA FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE SAÚDE E VIGILÂNCIA SANITÁRIA EPIDEMIOLÓGICA.

**MODALIDADE:** Contratação direta por dispensa conforme estabelecido no Artigo 24, Inciso X, da Lei 8666/93. Dispensa Nº 0004/2023.

**NOME DO CONTRATADO:** DELZA ALVES DE SOUZA

**ESPECIE:** LOCAÇÃO DE IMÓVEL

**CPF/CNPJ:** 134.960.505-00

**VIGÊNCIA:** De 25/01/2023 à 31/12/2023

**VALOR DA CONTRATAÇÃO:** R\$ 18.981,23 (DEZOITO MIL E NOVECENTOS E OITENTA E UM REAIS E VINTE E TRÊS CENTAVOS)

**DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA**

**Órgão / Unidade:** 02.09.02 **Atividade:** 2042 / 2046 / 2044 **Elemento de despesa:** 3.3.9.0.36.00 **Fonte:** 1.500/1600

São Gabriel-BA, 25 de Janeiro de 2023.

\_\_\_\_\_  
Hipólito Rodrigues Silva Gomes  
Prefeito Municipal

**CERTIDÃO**

Certifico que o Extrato acima foi afixado no quadro de avisos da Prefeitura para conhecimento geral.

Em, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
Luciana Rodrigues Silva Gomes  
Secretaria Municipal de Administração

**Largo da Pátria, 132, Centro, São Gabriel – BA - CEP: 44915-000**  
**Fone/Fax: (74) 3620-2122**





**ESTADO DA BAHIA**  
**Fundo Municipal de Saúde de São Gabriel - FUMSAUDE**  
**CNPJ (MF) 13.816.024/0001-65**

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE DISPENSA

DISPENSA Nº:0005 /2023  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº:0005 /2023

CONTRATADO: MARIA RITA DE ALMEIDA e JOSEFA JUSIVALDA DE ALMEIDA LIMA  
CNPJ/CPF: 647.199.445-15

VALOR: R\$ 109.098,81(CENTO E NOVE MIL E NOVENTA E OITO REAIS E OITENTA E UM CENTAVOS)

OBJETO: LOCAÇÃO DO IMÓVEL SITUADO NA RUA DOS BANDEIRANTES Nº 62, CASA, BAIRRO MATATU, SALVADOR/BA, QUE SERVIRÁ COMO CASA DE APOIO AOS PACIENTES CADASTRADOS NO PROGRAMA TFD (TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO), INSTITUÍDO PELA PORTARIA Nº. 55/99 – SAS/MS, QUE NECESSITAM DE EXAMES DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE COM ACOMPANHANTES, VINCULADOS A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL-BA.

BASE LEGAL: Artigo 24, inciso X, da Lei 8.666, de 21/06/1993.

DOTAÇÃO:  
Órgão/Unidade: 02.09.02 Atividade: 2042 / 2046 /2044 Elemento de despesa: 3.3.9.0.36.00 Fonte: 1.500/1.600

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 25 de Janeiro de 2023.

\_\_\_\_\_  
HIPÓLITO RODRIGUES SILVA GOMES  
Prefeito Municipal

CERTIDÃO

Certifico que o Extrato acima foi afixado no quadro de avisos da Prefeitura para conhecimento geral.

Em, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
Luciana Rodrigues Silva Gomes  
Secretaria Municipal de Administração

\_\_\_\_\_  
Largo da Pátria, 132, Centro, São Gabriel – BA - CEP: 44915-000  
Fone/Fax: (74) 3620-2122





**ESTADO DA BAHIA**  
**Fundo Municipal de Saúde de São Gabriel - FUMSAUDE**  
**CNPJ (MF) 13.816.024/0001-65**

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE RESUMO DE CONTRATO

CONTRATO Nº: 0005/2023.  
PROCESSO Nº: 0005/2023.

**RESUMO DO OBJETO:** LOCAÇÃO DO IMÓVEL SITUADO NA RUA DOS BANDEIRANTES Nº 62, CASA, BAIRRO MATATU, SALVADOR/BA, QUE SERVIRÁ COMO CASA DE APOIO AOS PACIENTES CADASTRADOS NO PROGRAMA TFD (TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO), INSTITUÍDO PELA PORTARIA Nº. 55/99 – SAS/MS, QUE NECESSITAM DE EXAMES DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE COM ACOMPANHANTES, VINCULADOS A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL-BA

**MODALIDADE:** Contratação direta por dispensa conforme estabelecido no Artigo 24, inciso X, da Lei 8666/93. Dispensa Nº0005/2023.

**NOME DO CONTRATADO:** MARIA RITA DE ALMEIDA e JOSEFA JUSIVALDA DE ALMEIDA LIMA  
**ESPECIE:** LOCAÇÃO DE IMÓVEL

CPF/CNPJ: 647.199.445-15

VIGÊNCIA: 25 de Janeiro de 2023 à 31 de Dezembro de 2023.

**VALOR DA CONTRATAÇÃO:** R\$ 109.098,81(CENTO E NOVE MIL E NOVENTA E OITO REAIS E OITENTA E UM CENTAVOS)

**DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA**

Órgão/Unidade: 02.09.02 Atividade: 2042 / 2046 /2044 Elemento de despesa: 3.3.9.0.36.00 Fonte: 1.500/1.600

São Gabriel-BA, 25 de Janeiro de 2023.

\_\_\_\_\_  
Hipólito Rodrigues Silva Gomes  
Prefeito Municipal

**CERTIDÃO**

Certifico que o Extrato acima foi afixado no quadro de avisos da Prefeitura para conhecimento geral.

Em, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Luciana Rodrigues Silva Gomes  
Secretaria Municipal de Administração

**Largo da Pátria, 132, Centro, São Gabriel – BA - CEP: 44915-000**  
**Fone/Fax: (74) 3620-2122**







**ESTADO DA BAHIA**  
**Fundo Municipal de Assistência Social de São Gabriel - FMAS**  
**CNPJ (MF) 15.054.657/0001-09**

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE DISPENSA

DISPENSA Nº: 0010/2023  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 0010/2023

CONTRATADO: NEUMA NEVES LOPES DOS SANTOS  
CNPJ/CPF: 293.560.165-34

VALOR R\$ 21.954,96 (VINTE E UM MIL E NOVECENTOS E CINQUENTA E QUATRO REAIS E NOVENTA E SEIS CENTAVOS)

OBJETO: LOCAÇÃO DO IMÓVEL SITUADO NA AV BRASIL, Nº 628, BAIRRO CANDEIAS, VITORIA DA CONQUISTA-BA, PARA FUNCIONAMENTO DA CASA DE ESTUDANTES

BASE LEGAL: Artigo 24, Enciso X da Lei 8.666 de 21/06/1993.

DOTAÇÃO:  
Órgão / Unidade:02.04.02 / Atividade:2.020 / Elemento de despesa:3.3.9.0.36.00 / Fonte: 1.500/1.660

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 25 de Janeiro de 2023.

\_\_\_\_\_  
HIPÓLITO RODRIGUES SILVA GOMES  
Prefeito Municipal

CERTIDÃO

Certifico que o Extrato acima foi afixado no quadro de avisos da Prefeitura para conhecimento geral.

Em, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
Luciana Rodrigues Silva Gomes  
Secretaria Municipal de Administração

Largo da Pátria, 132, Centro, São Gabriel – BA - CEP: 44915-000  
Fone/Fax: (74) 3620-2122





**ESTADO DA BAHIA**  
**Fundo Municipal de Assistência Social de São Gabriel - FMAS**  
**CNPJ (MF) 15.054.657/0001-09**

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE RESUMO DE CONTRATO

CONTRATO Nº: 0010/2023  
PROCESSO Nº: 0010/2023

RESUMO DO OBJETO: LOCAÇÃO DO IMÓVEL SITUADO NA AV BRASIL, Nº 628, BAIRRO CANDEIAS, VITORIA DA CONQUISTA-BA, PARA FUNCIONAMENTO DA CASA DE ESTUDANTES.  
MODALIDADE: Contratação direta por dispensa conforme estabelecido no Artigo 24, Parágrafo X, da Lei 8666/93. Dispensa Nº 0010/2023.

NOME DO CONTRATADO: NEUMA NEVES LOPES DOS SANTOS  
ESPECIE: LOCAÇÃO DE IMÓVEL  
CPF/CNPJ: 293.560.165-34  
VIGÊNCIA: De 25/01/2023 à 31/12/2023  
VALOR DA CONTRATAÇÃO: R\$ 21.954,96 (VINTE E UM MIL E NOVECENTOS E CINQUENTA E QUATRO REAIS E NOVENTA E SEIS CENTAVOS)

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA  
Órgão / Unidade: 02.04.02 / Atividade:2.017 / Elemento de despesa:3.3.9.0.36.00 / Fonte: 1.500/1.660

São Gabriel-BA, 25 de Janeiro de 2023.

\_\_\_\_\_  
Hipólito Rodrigues Silva Gomes  
Prefeito Municipal

**CERTIDÃO**

Certifico que o Extrato acima foi afixado no quadro de avisos da Prefeitura para conhecimento geral.

Em, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
Luciana Rodrigues Silva Gomes  
Secretaria Municipal de Administração

**Largo da Pátria, 132, Centro, São Gabriel – BA - CEP: 44915-000**  
**Fone/Fax: (74) 3620-2122**





**ESTADO DA BAHIA**  
**Prefeitura Municipal de São Gabriel**  
**CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32**

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE DISPENSA

DISPENSA Nº: 0012/2023  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 0012/2023

CONTRATADO: OZELITA NUNES ROCHA  
CNPJ/CPF: 387.401.505-00

VALOR: R\$ 15.183,96 (QUINZE MIL E CENTO E OITENTA E TRÊS REAIS E NOVENTA E SEIS CENTAVOS)

OBJETO: LOCAÇÃO DO IMÓVEL SITUADO NA RUA EVERGISTO BRITO, Nº 133, BAIRRO QUIXABEIRA, SÃO GABRIEL-BA, PARA FUNCIONAMENTO DO ALMOXARIFADO CENTRAL.

BASE LEGAL: Artigo 24, Inciso X da Lei 8.666 de 21/06/1993.

DOTAÇÃO:  
Órgão / Unidade:02.02.01 / Atividade:2.010/ Elemento de despesa:3.3.9.0.36.00 / Fonte: 1.500/1.660

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 25 de Janeiro de 2023.

\_\_\_\_\_  
HIPÓLITO RODRIGUES SILVA GOMES  
Prefeito Municipal

CERTIDÃO

Certifico que o Extrato acima foi afixado no quadro de avisos da Prefeitura para conhecimento geral.

Em, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
Luciana Rodrigues Silva Gomes  
Secretaria Municipal de Administração

Largo da Pátria, 132 – Centro. São Gabriel – BA. CEP: 44915- 000  
Fone/Fax: (74) 3620 2122





**ESTADO DA BAHIA**  
**Prefeitura Municipal de São Gabriel**  
**CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32**

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE RESUMO DE CONTRATO

CONTRATO Nº: 0012/2023  
PROCESSO Nº: 0012/2023

RESUMO DO OBJETO: LOCAÇÃO DO IMÓVEL SITUADO NA RUA EVERGISTO BRITO, Nº 133, BAIRRO QUIXABEIRA, SÃO GABRIEL-BA, PARA FUNCIONAMENTO DO ALMOXARIFADO CENTRAL.

MODALIDADE: Contratação direta por dispensa conforme estabelecido no Artigo 24, Inciso X, da Lei 8666/93. Dispensa Nº 0012/2023.

NOME DO CONTRATADO: OZELITA NUNES ROCHA

ESPECIE: LOCAÇÃO DE IMÓVEL

CPF/CNPJ: 387.401.505-00

VIGÊNCIA: De 25/01/2023 à 31/12/2023.

VALOR DA CONTRATAÇÃO: R\$ 15.183,96 (QUINZE MIL E CENTO E OITENTA E TRÊS REAIS E NOVENTA E SEIS CENTAVOS)

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

Órgão / Unidade: 02.02.01 / Atividade: 2.010 / Elemento de despesa: 3.3.9.0.36.00 / Fonte: 1.500/1.660

São Gabriel/BA, 25 de Janeiro de 2023.

\_\_\_\_\_  
Hipólito Rodrigues Silva Gomes  
Prefeito Municipal

**CERTIDÃO**

Certifico que o Extrato acima foi afixado no quadro de avisos da Prefeitura para conhecimento geral.

Em, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
Luciana Rodrigues Silva Gomes  
Secretaria Municipal de Administração

**Largo da Pátria, 132 – Centro. São Gabriel – BA. CEP: 44915- 000**  
**Fone/Fax: (74) 3620 2122**





**ESTADO DA BAHIA**  
**Prefeitura Municipal de São Gabriel**  
**CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32**

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE DISPENSA

DISPENSA Nº: 0013/2023  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 0013/2023

CONTRATADO: ELICLEUMA SEBASTIÃO DURÃES  
CNPJ/CPF: 019.714.865-40

VALOR: R\$ 11.388,00 (ONZE MIL E TREZENTOS OITENTA E OITO REAIS)

OBJETO: LOCAÇÃO DO IMÓVEL SITUADO NA AVENIDA PRESIDENTE DUTRA Nº 40, BAIRRO CENTRO, SÃO GABRIEL-BA, PARA FUNCIONAMENTO DO ALMOXARIFADO DA MERENDA ESCOLAR, ATENDENDO AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

BASE LEGAL: Artigo 24, Inciso X da Lei 8.666 de 21/06/1993.

Órgão / Unidade:02.05.02 / Atividade:2026 Elemento de despesa:33.90.36.00 / Fonte: 1.500

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 25 de Janeiro de 2023.

\_\_\_\_\_  
HIPÓLITO RODRIGUES SILVA GOMES  
Prefeito Municipal

CERTIDÃO

Certifico que o Extrato acima foi afixado no quadro de avisos da Prefeitura para conhecimento geral.

Em, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
Luciana Rodrigues Silva Gomes  
Secretaria Municipal de Administração

\_\_\_\_\_  
Largo da Pátria, 132, Centro, São Gabriel – BA - CEP: 44915-000  
Fone/Fax: (74) 3620-2122





**ESTADO DA BAHIA**  
**Prefeitura Municipal de São Gabriel**  
**CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32**

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE RESUMO DE CONTRATO

CONTRATO Nº: 0013/2023  
PROCESSO Nº: 0013/2023

**RESUMO DO OBJETO** LOCAÇÃO DO IMÓVEL SITUADO NA AVENIDA PRESIDENTE DUTRA N° 40, BAIRRO CENTRO, SÃO GABRIEL-BA, PARA FUNCIONAMENTO DO ALMOXARIFADO DA MERENDA ESCOLAR, ATENDENDO AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

**MODALIDADE:** Contratação direta por dispensa conforme estabelecido no Artigo 24, Inciso X, da Lei 8666/93. Dispensa Nº 0013/2023.

**NOME DO CONTRATADO:** ELICLEUMA SEBASTIÃO DURÃES  
**ESPECIE:** LOCAÇÃO DE IMÓVEL  
**CPF/CNPJ:** 203.448.995-00  
**VIGÊNCIA:** De 25/01/2023 à 31/12/2023  
**VALOR DA CONTRATAÇÃO:** R\$ 11.388,00 (ONZE MIL E TREZENTOS OITENTA E OITO REAIS)  
**DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA**  
Órgão / Unidade:02.05.02 / Atividade:2026 Elemento de despesa:33.90.36.00 / Fonte: 1.500

São Gabriel-BA, 25 de Janeiro de 2023

\_\_\_\_\_  
Hipólito Rodrigues Silva Gomes  
Prefeito Municipal

**CERTIDÃO**

Certifico que o Extrato acima foi afixado no quadro de avisos da Prefeitura para conhecimento geral.

Em, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
Luciana Rodrigues Silva Gomes  
Secretaria Municipal de Administração

Largo da Pátria, 132, Centro, São Gabriel – BA - CEP: 44915-000  
Fone/Fax: (74) 3620-2122





**ESTADO DA BAHIA**  
**Prefeitura Municipal de São Gabriel**  
**CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32**

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE DISPENSA**

DISPENSA Nº: 0014/2023  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 0014/2023

CONTRATADO: FRANCISCO TEODORO DE SENA  
CNPJ/CPF: 397.190.575-72

VALOR: R\$ 8.857,08 (OITO MIL E OITOCENTOS E CINQUENTA E SETE REAIS E OITO CENTAVOS)

OBJETO: LOCAÇÃO DO IMÓVEL SITUADO NA RUA JOÃO DURVAL CARNEIRO Nº 37, BAIRRO CENTRO, SÃO GABRIEL-BA, PARA FUNCIONAMENTO DA DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL.

BASE LEGAL: Artigo 24, Inciso X da Lei 8.666 de 21/06/1993.

DOTAÇÃO:  
Órgão / Unidade: 02.02.01 / Atividade:2.010/ Elemento de despesa:3.3.9.0.36.00 / Fonte: 1.500

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 25 de Janeiro de 2023.

\_\_\_\_\_  
HIPÓLITO RODRIGUES SILVA GOMES  
Prefeito Municipal

**CERTIDÃO**

Certifico que o Extrato acima foi afixado no quadro de avisos da Prefeitura para conhecimento geral.

Em, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
Luciana Rodrigues Silva Gomes  
Secretaria Municipal de Administração

**Largo da Pátria, 132, Centro, São Gabriel – BA - CEP: 44915-000**  
**Fone/Fax: (74) 3620-2122**





**ESTADO DA BAHIA**  
**Prefeitura Municipal de São Gabriel**  
**CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32**

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE RESUMO DE CONTRATO**

CONTRATO Nº: 0014/2023  
PROCESSO Nº: 0014/2023

**RESUMO DO OBJETO:** LOCAÇÃO DO IMÓVEL SITUADO NA RUA JOÃO DURVAL CARNEIRO Nº 37, BAIRRO CENTRO, SÃO GABRIEL-BA, PARA FUNCIONAMENTO DA DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL.

**MODALIDADE:** Contratação direta por dispensa conforme estabelecido no Artigo 24, Inciso X, da Lei 8666/93. Dispensa Nº 0014/2023.

**NOME DO CONTRATADO:** FRANCISCO TEODORO DE SENA

**ESPECIE:** LOCAÇÃO DE IMÓVEL

**CPF/CNPJ:** 397.190.575-72

**VIGÊNCIA:** De 25/01/2023 à 31/12/2023

**VALOR DA CONTRATAÇÃO:** R\$ 8.857,08 (OITO MIL E OITOCENTOS E CINQUENTA E SETE REAIS E OITO CENTAVOS)

**DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA**

**Órgão / Unidade:** 02.02.01 / **Atividade:** 2.010/ **Elemento de despesa:** 3.3.9.0.36.00 / **Fonte:** 1.500

São Gabriel-BA, 25 de Janeiro de 2023.

\_\_\_\_\_  
Hipólito Rodrigues Silva Gomes  
Prefeito Municipal

**CERTIDÃO**

Certifico que o Extrato acima foi afixado no quadro de avisos da Prefeitura para conhecimento geral.

Em, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
Luciana Rodrigues Silva Gomes  
Secretaria Municipal de Administração

**Largo da Pátria, 132, Centro, São Gabriel – BA - CEP: 44915-000**  
**Fone/Fax: (74) 3620-2122**







**ESTADO DA BAHIA**  
**Prefeitura Municipal de São Gabriel**  
**CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32**

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE DISPENSA**

DISPENSA Nº: 0015/2023  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 0015/2023

CONTRATADO: OLGA MARIA DA SILVA  
CNPJ/CPF: 203.448.995-00

VALOR: R\$12.654,00 (DOZE MIL E SEISCENTOS E CINQUENTA REAIS)

OBJETO: LOCAÇÃO DO IMÓVEL SITUADO NA PRAÇA LARGO DA PÁTRIA N° 88, TERREO BAIRRO CENTRO, SÃO GABRIEL-BA, PARA FUNCIONAMENTO DA AGÊNCIA DO BANCO DO BRASIL.

BASE LEGAL: Artigo 24, Inciso X da Lei 8.666 de 21/06/1993.

DOTAÇÃO:  
Órgão / Unidade:02.02.01 / Atividade:2.010 / Elemento de despesa:3.3.9.0.36.00 / Fonte: 1.500

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 25 de Janeiro de 2023.

\_\_\_\_\_  
HIPÓLITO RODRIGUES SILVA GOMES  
Prefeito Municipal

**CERTIDÃO**

Certifico que o Extrato acima foi afixado no quadro de avisos da Prefeitura para conhecimento geral.

Em, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
Luciana Rodrigues Silva Gomes  
Secretaria Municipal de Administração

**Largo da Pátria, 132, Centro, São Gabriel – BA - CEP: 44915-000**  
**Fone/Fax: (74) 3620-2122**





**ESTADO DA BAHIA**  
**Prefeitura Municipal de São Gabriel**  
**CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32**

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE RESUMO DE CONTRATO**

**CONTRATO Nº: 0015/2023**  
**PROCESSO Nº: 0015/2023**

**RESUMO DO OBJETO:** LOCAÇÃO DO IMÓVEL SITUADO NA PRAÇA LARGO DA PÁTRIA Nº 88, TERREO BAIRRO CENTRO, SÃO GABRIEL-BA, PARA FUNCIONAMENTO DA AGÊNCIA DO BANCO DO BRASIL.

**MODALIDADE:** Contratação direta por dispensa conforme estabelecido no Artigo 24, Inciso X, da Lei 8666/93. Dispensa Nº 0015/2023.

**NOME DO CONTRATADO:** OLGA MARIA DA SILVA

**ESPECIE:** LOCAÇÃO DE IMÓVEL

**CPF/CNPJ:** 203.448.995-00

**VIGÊNCIA:** De 25/01/2023 à 31/12/2023

**VALOR DA CONTRATAÇÃO:** R\$12.654,00 (DOZE MIL E SEISCENTOS E CINQUENTA REAIS)

**DOTAÇÃO ORÇAMENTAO**

**Órgão / Unidade:**02.02.01 / **Atividade:**2.010 / **Elemento de despesa:**3.3.9.0.36.00 / **Fonte:** 1.500

São Gabriel-BA, 25 de Janeiro de 2023.

\_\_\_\_\_  
Hipólito Rodrigues Silva Gomes  
Prefeito Municipal

**CERTIDÃO**

Certifico que o Extrato acima foi afixado no quadro de avisos da Prefeitura para conhecimento geral.

Em, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
Luciana Rodrigues Silva Gomes  
Secretaria Municipal de Administração

**Largo da Pátria, 132, Centro, São Gabriel – BA - CEP: 44915-000**  
**Fone/Fax: (74) 3620-2122**





**ESTADO DA BAHIA**  
**Prefeitura Municipal de São Gabriel**  
**CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32**

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE DISPENSA**

DISPENSA Nº: 0020/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 0020/2023

CONTRATADO: CLEUDISON ALMEIDA SOUSA

CNPJ/CPF: 528.009.705-53

VALOR: R\$ 7.317,96 (SETE MIL E TREZENTOS E DEZESSETE REAIS E NOVENTA E SEIS CENTAVOS).

OBJETO: LOCAÇÃO DO IMÓVEL SITUADO NA ES BA, 435, Nº 720, POVOADO JUREMA, SÃO GABRIEL-BA, PARA FUNCIONAMENTO DO ALMOXARIFADO PARA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE DESTA MUNICÍPIO.

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, Artigo 24, Inciso II.

DOTAÇÃO:

Órgão / Unidade: 02.07.01 Projeto / Atividade: 2.032 / 2.047 Elemento de Despesa: 3.3.9.0.36.00 Fonte: 1.500

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 25 de Janeiro de 2023.

\_\_\_\_\_  
HIPÓLITO RODRIGUES SILVA GOMES  
Prefeito Municipal

**CERTIDÃO**

Certifico que o Extrato acima foi afixado no quadro de avisos da Prefeitura para conhecimento geral.

Em, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
Luciana Rodrigues Silva Gomes  
Secretaria Municipal de Administração

\_\_\_\_\_  
**Largo da Pátria, 132 – Centro. São Gabriel – BA. CEP: 44915- 000**  
**Fone/Fax: (74) 3620 2122**



**ESTADO DA BAHIA**  
**Prefeitura Municipal de São Gabriel**  
**CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32**

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO**

**CONTRATO Nº:** 0020/2023  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº** 0020/2023

**RESUMO DO OBJETO:** LOCAÇÃO DO IMÓVEL SITUADO NA ES BA, 435, Nº 720, POVOADO JUREMA, SÃO GABRIEL-BA, PARA FUNCIONAMENTO DO ALMOXARIFADO PARA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE DESTES MUNICÍPIO.

**MODALIDADE:** Contratação direta por dispensa conforme estabelecido na Lei 8.666/93, Artigo 24, Inciso II.

**NOME DO CONTRATADO:** CLEUDISON ALMEIDA SOUSA  
**CNPJ/CPF** 528.009.705-53  
**VIGÊNCIA:** 25/01/2023 à 31/12/2023

**VALOR DA CONTRATAÇÃO:** R\$ 7.317,96 (SETE MIL E TREZENTOS E DEZESSETE REAIS E NOVENTA E SEIS CENTAVOS).

**REPRESENTANTE LEGAL:** Cleudson Almeida Souza

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**  
**Órgão/Unidade:** 02.07.01 Projeto / **Atividade:** 2.032 / 2.047 **Elemento de Despesa:** 3.3.9.0.36.00 **Fonte:** 1.500

São Gabriel, BA, 25 de Janeiro de 2023.

\_\_\_\_\_  
HIPÓLITO RODRIGUES SILVA GOMES  
Prefeito Municipal

**CERTIDÃO**

Certifico que o Extrato acima foi afixado no quadro de avisos da Prefeitura para conhecimento geral.

Em, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
Luciana Rodrigues Silva Gomes  
Secretaria Municipal de Administração

\_\_\_\_\_  
**Largo da Pátria, 132 – Centro. São Gabriel – BA. CEP: 44915- 000**  
**Fone/Fax: (74) 3620 2122**



**ESTADO DA BAHIA**  
**Prefeitura Municipal de São Gabriel**  
**CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32**

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE DISPENSA**

DISPENSA Nº: 0021/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 0021/2023

CONTRATADO: CLEUDISON ALMEIDA SOUSA

CNPJ/CPF: 528.009.705-53

VALOR: R\$ 5.061,00 (CINCO MIL E SESENTA E UM REAIS).

OBJETO: LOCAÇÃO DO IMÓVEL SITUADO NA RUA JACINTO R LEITE, Nº 059, BAIRRO NOVA BRASÍLIA, SÃO GABRIEL-BA, PARA AMPLIAÇÃO DO ALMOXARIFADO, ATENDENDO AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE DESTA MUNICÍPIO.

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, Artigo 24, Inciso X.

DOTAÇÃO:

Órgão / Unidade: 02.07.01 Projeto / Atividade: 2.032 / 2.047 Elemento de Despesa: 3.3.9.0.36.00 Fonte: 1.500

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 25 de Janeiro de 2023.

\_\_\_\_\_  
HIPÓLITO RODRIGUES SILVA GOMES  
Prefeito Municipal

**CERTIDÃO**

Certifico que o Extrato acima foi afixado no quadro de avisos da Prefeitura para conhecimento geral.

Em, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
Luciana Rodrigues Silva Gomes  
Secretaria Municipal de Administração

\_\_\_\_\_  
**Largo da Pátria, 132 – Centro. São Gabriel – BA. CEP: 44915- 000**  
**Fone/Fax: (74) 3620 2122**



**ESTADO DA BAHIA**  
**Prefeitura Municipal de São Gabriel**  
**CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32**

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO**

CONTRATO Nº: 0021/2023  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0021/2023

**RESUMO DO OBJETO:** LOCAÇÃO DO IMÓVEL SITUADO NA RUA JACINTO R LEITE, Nº 059, BAIRRO NOVA BRASÍLIA, SÃO GABRIEL-BA, PARA AMPLIAÇÃO DO ALMOXARIFADO, ATENDENDO AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE DESTE MUNICÍPIO.

**MODALIDADE:** Contratação direta por dispensa conforme estabelecido na Lei 8.666/93, Artigo 24, Inciso X.

**NOME DO CONTRATADO:** CLEUDISON ALMEIDA SOUSA  
**CNPJ/CPF** 528.009.705-53  
**VIGÊNCIA:** 25/01/2023 à 31/12/2023  
**VALOR DA CONTRATAÇÃO:** R\$ 5.061,00 (CINCO MIL E SESENTA E UM REAIS).

**REPRESENTANTE LEGAL:** Cleudson Almeida Souza

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**  
**Órgão/Unidade:** 02.07.01 Projeto / **Atividade:** 2.032 / 2.047 **Elemento de Despesa:** 3.3.9.0.36.00 **Fonte:** 1.500

São Gabriel, BA, 25 de Janeiro de 2023.

\_\_\_\_\_  
HIPÓLITO RODRIGUES SILVA GOMES  
Prefeito Municipal

**CERTIDÃO**

Certifico que o Extrato acima foi afixado no quadro de avisos da Prefeitura para conhecimento geral.

Em, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
Luciana Rodrigues Silva Gomes  
Secretaria Municipal de Administração

\_\_\_\_\_  
**Largo da Pátria, 132 – Centro. São Gabriel – BA. CEP: 44915- 000**  
**Fone/Fax: (74) 3620 2122**



**ESTADO DA BAHIA**  
**Prefeitura Municipal de São Gabriel**  
**CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32**

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE DISPENSA**

DISPENSA Nº: 0022/2023  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 0022/2023

CONTRATADO: EMÍLIA ALECRIM FREIRE  
CNPJ/CPF: 004.021.065-04

VALOR: R\$16.450,32 (DEZESSEIS MIL E QUATROCENTOS E CINQUENTA REAISE TRINTA E DOIS CENTAVOS)

OBJETO: LOCAÇÃO DO IMÓVEL SITUADO RUA DOMINGOS NEVES DE SOUZA Nº 171, BAIRRO CENTRO, SÃO GABRIEL-BA, PARA FUNCIONAMENTO DO PELOTÃO DE POLÍCIA MILITAR.

BASE LEGAL: Artigo 24, Inciso X da Lei 8.666 de 21/06/1993.

DOTAÇÃO: Órgão / Unidade: 02.02.01 / Atividade:2.010 / Elemento de despesa:3.3.9.0.36.00 / Fonte: 1.500

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 25 de Janeiro de 2023.

\_\_\_\_\_  
HIPÓLITO RODRIGUES SILVA GOMES  
Prefeito Municipal

**CERTIDÃO**

Certifico que o Extrato acima foi afixado no quadro de avisos da Prefeitura para conhecimento geral.

Em, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
Luciana Rodrigues Silva Gomes  
Secretaria Municipal de Administração

**Largo da Pátria, 132, Centro, São Gabriel – BA - CEP: 44915-000**  
**Fone/Fax: (74) 3620-2122**





**ESTADO DA BAHIA**  
**Prefeitura Municipal de São Gabriel**  
**CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32**

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE RESUMO DE CONTRATO

CONTRATO Nº: 0022/2023  
PROCESSO Nº: 0022/2023

**RESUMO DO OBJETO:** LOCAÇÃO DO IMÓVEL SITUADO RUA DOMINGOS NEVES DE SOUZA Nº 171, BAIRRO CENTRO, SÃO GABRIEL-BA, PARA FUNCIONAMENTO DO PELOTÃO DE POLÍCIA MILITAR.

**MODALIDADE:** Contratação direta por dispensa conforme estabelecido no Artigo 24, Inciso X, da Lei 8666/93. Dispensa Nº 0022/2023.

**NOME DO CONTRATADO:** EMÍLIA ALECRIM FREIRE

**ESPECIE:** LOCAÇÃO DE IMÓVEL

**CPF/CNPJ:** 004.021.065-04

**VIGÊNCIA:** De 25/01/2023 à 31/12/2023

**VALOR DA CONTRATAÇÃO:** R\$16.450,32 (DEZESSEIS MIL E QUATROCENTOS E CINQUENTA REAISE TRINTA E DOIS CENTAVOS)

**DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA**

**Órgão / Unidade:** 02.02.01 / **Atividade:**2.010 / **Elemento de despesa:**3.3.9.0.36.00 / **Fonte:** 1.500

São Gabriel-BA, 25 de Janeiro de 2023.

\_\_\_\_\_  
Hipólito Rodrigues Silva Gomes  
Prefeito Municipal

**CERTIDÃO**

Certifico que o Extrato acima foi afixado no quadro de avisos da Prefeitura para conhecimento geral.

Em, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
Luciana Rodrigues Silva Gomes  
Secretaria Municipal de Administração

**Largo da Pátria, 132, Centro, São Gabriel – BA - CEP: 44915-000**  
**Fone/Fax: (74) 3620-2122**







**ESTADO DA BAHIA**  
**Fundo Municipal de Saúde de São Gabriel - FUMSAUDE**  
**CNPJ (MF) 13.816.024/0001-65**

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE DISPENSA**

DISPENSA Nº: 0023/2023  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 0023/2023

CONTRATADO: IVO ASSIS DE FIGUEIREDO  
CNPJ/CPF: 272.735.555-68

VALOR: R\$ 3.000,00 (TRÊS MIL REAIS)

OBJETO: LOCAÇÃO DO IMÓVEL SITUADO NA RUA 7 DE SETEMBRO, Nº 139, BAIRRO CENTRO, SÃO GABRIEL-BA, PARA FUNCIONAMENTO TEMPORÁRIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE POR MOTIVO DE REFORMA DO EDIFÍCIO SEDE.

BASE LEGAL: Artigo 24, Inciso X da Lei 8.666 de 21/06/1993.

DOTAÇÃO:  
Órgão / Unidade: 02.09.02    Atividade: 2.042 / 2.046 / 2044    Elemento de despesa: 3.3.9.0.36.00    Fonte: 1.500/1.600

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 25 de Janeiro de 2023.

\_\_\_\_\_  
HIPÓLITO RODRIGUES SILVA GOMES  
Prefeito Municipal

**CERTIDÃO**

Certifico que o Extrato acima foi afixado no quadro de avisos da Prefeitura para conhecimento geral.

Em, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
Luciana Rodrigues Silva Gomes  
Secretaria Municipal de Administração

**Largo da Pátria, 132, Centro, São Gabriel – BA - CEP: 44915-000**  
**Fone/Fax: (74) 3620-2122**





**ESTADO DA BAHIA**  
**Fundo Municipal de Saúde de São Gabriel - FUMSAUDE**  
**CNPJ (MF) 13.816.024/0001-65**

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE RESUMO DE CONTRATO

CONTRATO Nº: 0023/2023  
PROCESSO Nº: 0023/2023

**RESUMO DO OBJETO:** LOCAÇÃO DO IMÓVEL SITUADO NA RUA 7 DE SETEMBRO, Nº 139, BAIRRO CENTRO, SÃO GABRIEL-BA, PARA FUNCIONAMENTO TEMPORÁRIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE POR MOTIVO DE REFORMA DO EDIFÍCIO SEDE.

**MODALIDADE:** Contratação direta por dispensa conforme estabelecido no Artigo 24, Inciso X, da Lei 8666/93. Dispensa Nº 0023/2022.

**NOME DO CONTRATADO:** IVO ASSIS DE FIGUEIREDO  
**ESPECIE:** LOCAÇÃO DE IMÓVEL  
**CPF/CNPJ:** 272.735.555-68  
**VIGÊNCIA:** De 25/01/2023 à 31/03/2023  
**VALOR DA CONTRATAÇÃO:** R\$ 3.000,00 (TRÊS MIL REAIS).

**DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA**  
Órgão / Unidade: 02.09.02 Atividade: 2042 / 2046 / 2044 Elemento de despesa: 3.3.9.0.36.00 Fonte: 1.500/1.600

São Gabriel-BA, 25 de Janeiro de 2023.

\_\_\_\_\_  
Hípólito Rodrigues Silva Gomes  
Prefeito Municipal

**CERTIDÃO**

Certifico que o Extrato acima foi afixado no quadro de avisos da Prefeitura para conhecimento geral.

Em, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
Luciana Rodrigues Silva Gomes  
Secretaria Municipal de Administração

**Largo da Pátria, 132, Centro, São Gabriel – BA - CEP: 44915-000**  
**Fone/Fax: (74) 3620-2122**





**ESTADO DA BAHIA**  
**Fundo Municipal de Saúde de São Gabriel - FUMSAUDE**  
**CNPJ (MF) 13.816.024/0001-65**

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE DISPENSA

DISPENSA Nº: 0031/2023  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 0031/2023  
CONTRATADO: DELMA OLIVEIRA DE MIRANDA SOUZA  
CNPJ/CPF: 974.648.805-87

VALOR: R\$ 16.200,00 (DEZESEIS MIL E DUZENTOS REAIS).

OBJETO: FORNECIMENTO PARCELADO DE 3.600 LITROS DE LEITE IN NATURA PARA O HOSPITAL MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL/BA.

BASE LEGAL: Artigo 24, inciso II da Lei 8.666/93, de 21/06/1993.

DOTAÇÃO: Órgão/Unidade: 02.09.02 Atividade: 2.042 Elemento de despesa: 3.3.9.0.30.00 Fonte: 1.500/1.600

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 25 de Janeiro de 2023.

HIPÓLITO RODRIGUES SILVA GOMES  
Prefeito Municipal

CERTIDÃO

Certifico que o Extrato acima foi afixado no quadro de avisos da Prefeitura para conhecimento geral.

Em, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
Luciana Rodrigues Silva Gomes  
Secretaria Municipal de Administração

Largo da Pátria, 132, Centro, São Gabriel – BA - CEP: 44915-000  
Fone/Fax: (74) 3620-2122





**ESTADO DA BAHIA**  
**Fundo Municipal de Saúde de São Gabriel - FUMSAUDE**  
**CNPJ (MF) 13.816.024/0001-65**

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE RESUMO DE CONTRATO

CONTRATO Nº: 0031/2023  
PROCESSO Nº: 0031/2023.

RESUMO DO OBJETO: FORNECIMENTO PARCELADO DE 3.600 LITROS DE LEITE IN NATURA PARA O HOSPITAL MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL/BA.

MODALIDADE: Contratação direta por Dispensa conforme estabelecido no Artigo 24, inciso II, da Lei 8666/93. Dispensa nº 0031/2023

NOME DO CONTRATADO: DELMA OLIVEIRA DE MIRANDA SOUZA

ESPECIE: Fornecimento de Leite in Natura.

CPF/CNPJ: 974.648.805-87

VIGÊNCIA: 25 de Janeiro de 2023 à 31 de Dezembro de 2023.

VALOR DA CONTRATAÇÃO: R\$ 16.200,00 (DEZESEIS MIL E DUZENTOS REAIS).

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

Órgão/Unidade: 02.09.02 Atividade: 2.042 Elemento de despesa: 3.3.9.0.30.00 Fonte: 1.500/1600

São Gabriel-BA, 25 de Janeiro de 2023.

Hipólito Rodrigues Silva Gomes  
Prefeito Municipal

**CERTIDÃO**

Certifico que o Extrato acima foi afixado no quadro de avisos da Prefeitura para conhecimento geral.

Em, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Luciana Rodrigues Silva Gomes  
Secretaria Municipal de Administração

Largo da Pátria, 132, Centro, São Gabriel – BA - CEP: 44915-000  
Fone/Fax: (74) 3620-2122





**ESTADO DA BAHIA**  
**Prefeitura Municipal de São Gabriel**  
**CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32**

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE DISPENSA**

DISPENSA Nº: 0039/2023  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 0039/2023

CONTRATADO: POSTO M A C DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA  
CNPJ/CPF: 18.123.545/0001-50

VALOR: R\$ 20.879,28 (VINTE MIL E OITOCENTOS E SETENTA E NOVE REAIS E VINTE E OITO CENTAVOS)

OBJETO: LOCAÇÃO DO IMÓVEL SITUADO NA RUA CASTRO ALVES 1 ZZ CENTRO, PARA USO DO SETOR DE LIMPEZA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL-BA.

BASE LEGAL: Artigo 24, Inciso X da Lei 8.666 de 21/06/1993.

DOTAÇÃO:  
Órgão/Unidade: 02.08.01 Atividade: 2.033 Elemento de despesa: 3.3.9.0.39.00 Fonte: 1.500

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 25 de Janeiro de 2023.

\_\_\_\_\_  
HIPÓLITO RODRIGUES SILVA GOMES  
Prefeito Municipal

**CERTIDÃO**

Certifico que o Extrato acima foi afixado no quadro de avisos da Prefeitura para conhecimento geral.

Em, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
Luciana Rodrigues Silva Gomes  
Secretaria Municipal de Administração

**Largo da Pátria, 132, Centro, São Gabriel – BA - CEP: 44915-000**  
**Fone/Fax: (74) 3620-2122**





**ESTADO DA BAHIA**  
**Prefeitura Municipal de São Gabriel**  
**CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32**

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE RESUMO DE CONTRATO

CONTRATO Nº: 0039/2023  
PROCESSO Nº: 0039/2023

RESUMO DO OBJETO: LOCAÇÃO DO IMÓVEL SITUADO NA RUA CASTRO ALVES 1 ZZ CENTRO, PARA USO DO SETOR DE LIMPEZA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL-BA.

MODALIDADE: Contratação direta por dispensa conforme estabelecido no Artigo 24, Inciso X, da Lei 8666/93. Dispensa Nº 0039/2023.

NOME DO CONTRATADO: POSTO M A C DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA

ESPECIE: LOCAÇÃO DE IMÓVEL

CPF/CNPJ: 18.123.545/0001-50

VIGÊNCIA: De 25/01/2023 à 31/12/2023

VALOR DA CONTRATAÇÃO: R\$ 20.879,28 (VINTE MIL E OITOCENTOS E SETENTA E NOVE REAIS E VINTE E OITO CENTAVOS)

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

Órgão / Unidade: 02.08.01 Atividade: 2.033 Elemento de despesa: 3.3.9.0.39.00 Fonte: 00/19

São Gabriel-BA, 25 de Janeiro de 2023.

\_\_\_\_\_  
Hipólito Rodrigues Silva Gomes  
Prefeito Municipal

**CERTIDÃO**

Certifico que o Extrato acima foi afixado no quadro de avisos da Prefeitura para conhecimento geral.

Em, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
Luciana Rodrigues Silva Gomes  
Secretaria Municipal de Administração

**Largo da Pátria, 132, Centro, São Gabriel – BA - CEP: 44915-000**  
**Fone/Fax: (74) 3620-2122**





**ESTADO DA BAHIA**  
**Fundo Municipal de Assistência Social de São Gabriel - FMAS**  
**CNPJ (MF) 15.054.657/0001-09**

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE DISPENSA

DISPENSA Nº: 0040/2023  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 0040/2023

CONTRATADO: FÁBIO ANDRADE LIMA  
CNPJ/CPF: 423.317.655-53

VALOR: R\$ 20.664,23 (VINTE MIL E SEISCENTOS E SESENTA E QUATRO REAIS E VINTE E TRÊS CENTAVOS)

OBJETO: LOCAÇÃO DO IMÓVEL SITUADO NA RUA CORONEL HERMENEGILDO, Nº 50, TÉRREO, BAIRRO CENTRO, JACOBINA-BA, QUE SERVIRÁ COMO CASA DE ESTUDANTES.

BASE LEGAL: Artigo 24, Inciso X da Lei 8.666 de 21/06/1993.

DOTAÇÃO:  
Órgão / Unidade: 02.04.02 Atividade: 2.017 Elemento de despesa: 3.3.9.0.36.00 Fonte: 1.500/1.660

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 25 de Janeiro de 2023.

\_\_\_\_\_  
HIPÓLITO RODRIGUES SILVA GOMES  
Prefeito Municipal

CERTIDÃO

Certifico que o Extrato acima foi afixado no quadro de avisos da Prefeitura para conhecimento geral.

Em, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
Luciana Rodrigues Silva Gomes  
Secretaria Municipal de Administração

\_\_\_\_\_  
Largo da Pátria, 132, Centro, São Gabriel – BA - CEP: 44915-000  
Fone/Fax: (74) 3620-2122





**ESTADO DA BAHIA**  
**Fundo Municipal de Assistência Social de São Gabriel - FMAS**  
**CNPJ (MF) 15.054.657/0001-09**

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE RESUMO DE CONTRATO

CONTRATO Nº: 0040/2023  
PROCESSO Nº: 0040/2023

RESUMO DO OBJETO: LOCAÇÃO DO IMÓVEL SITUADO NA RUA CORONEL HERMENEGILDO, Nº 50, TÉRREO, BAIRRO CENTRO, JACOBINA-BA.

MODALIDADE: Contratação direta por dispensa conforme estabelecido no Artigo 24, Inciso X, da Lei 8666/93. Dispensa Nº 0040/2023.

NOME DO CONTRATADO: FÁBIO ANDRADE LIMA

ESPECIE: LOCAÇÃO DE IMÓVEL

CPF/CNPJ: 423.317.655-53

VIGÊNCIA: De 25/01/2023 à 31/12/2023

VALOR DA CONTRATAÇÃO: R\$ 20.664,23 (VINTE MIL E SEISCENTOS E SESENTA E QUATRO REAIS E VINTE E TRÊS CENTAVOS)

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

Órgão / Unidade: 02.04.02 Atividade: 2.017 Elemento de despesa: 3.3.9.0.36.00 Fonte: 1.500/1.660

São Gabriel-BA, 25 de Janeiro de 2023.

\_\_\_\_\_  
Hipólito Rodrigues Silva Gomes  
Prefeito Municipal

**CERTIDÃO**

Certifico que o Extrato acima foi afixado no quadro de avisos da Prefeitura para conhecimento geral.

Em, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
Luciana Rodrigues Silva Gomes  
Secretaria Municipal de Administração

Largo da Pátria, 132, Centro, São Gabriel – BA - CEP: 44915-000  
Fone/Fax: (74) 3620-2122







**ESTADO DA BAHIA**  
**Prefeitura Municipal de São Gabriel**  
**CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32**

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE DISPENSA

DISPENSA Nº: 0041/2023  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 0041/2023

CONTRATADO: DOGIVAL SENA DE SOUZA  
CNPJ/CPF: 617.991.575-04

VALOR: R\$ 10.123,32 (DEZ MIL E CENTO E VINTE E TRÊS REAIS E TRINTA E DOIS CENTAVOS)

OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL, SITUADO NA RUA LARGO DA PRIMAVERA, Nº 178, BAIRRO CENTRO, SÃO GABRIEL-BA, PARA FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA "CRIANÇA FELIZ - 1ª INFÂNCIA - SUAS".

BASE LEGAL: Artigo 24, Inciso X da Lei 8.666 de 21/06/1993.

DOTAÇÃO:  
Órgão / Unidade: 02.04.02 Atividade: 2.051 Elemento de despesa: 3.3.9.0.36.00 Fonte: 1.500/1660

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 25 de Janeiro de 2023.

\_\_\_\_\_  
HIPÓLITO RODRIGUES SILVA GOMES  
Prefeito Municipal

CERTIDÃO

Certifico que o Extrato acima foi afixado no quadro de avisos da Prefeitura para conhecimento geral.

Em, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
Luciana Rodrigues Silva Gomes  
Secretaria Municipal de Administração

\_\_\_\_\_  
Largo da Pátria, 132, Centro, São Gabriel – BA - CEP: 44915-000  
Fone/Fax: (74) 3620-2122





**ESTADO DA BAHIA**  
**Prefeitura Municipal de São Gabriel**  
**CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32**

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE RESUMO DE CONTRATO

CONTRATO Nº: 0041/2023  
PROCESSO Nº: 0041/2023

**RESUMO DO OBJETO:** LOCAÇÃO DE IMÓVEL, SITUADO NA RUA LARGO DA PRIMAVERA, Nº 178, BAIRRO CENTRO, SÃO GABRIEL-BA, PARA FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA "CRIANÇA FELIZ – 1ª INFÂNCIA – SUAS".

**MODALIDADE:** Contratação direta por dispensa conforme estabelecido no Artigo 24, Inciso X, da Lei 8666/93. Dispensa Nº 0041/2023.

**NOME DO CONTRATADO:** DOGIVAL SENA DE SOUZA  
**ESPECIE:** LOCAÇÃO DE IMÓVEL  
**CPF/CNPJ:** 617.991.575-04  
**VIGÊNCIA:** De 25/01/2023 à 31/12/2023  
**VALOR DA CONTRATAÇÃO:** R\$ 10.123,32 (DEZ MIL E CENTO E VINTE E TRÊS REAIS E TRINTA E DOIS CENTAVOS)

**DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA**  
Órgão / Unidade: 02.04.02 Atividade: 2.051 Elemento de despesa: 3.3.9.0.36.00 Fonte: 1.500/1.660

São Gabriel-BA, 25 de Janeiro de 2023.

\_\_\_\_\_  
Hipólito Rodrigues Silva Gomes  
Prefeito Municipal

**CERTIDÃO**

Certifico que o Extrato acima foi afixado no quadro de avisos da Prefeitura para conhecimento geral.

Em, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
Luciana Rodrigues Silva Gomes  
Secretaria Municipal de Administração

**Largo da Pátria, 132, Centro, São Gabriel – BA - CEP: 44915-000**  
**Fone/Fax: (74) 3620-2122**





**ESTADO DA BAHIA**  
**Fundo Municipal de Assistência Social de São Gabriel - FMAS**  
**CNPJ (MF) 15.054.657/0001-09**

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE DISPENSA

DISPENSA Nº: 0041/2023  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 0041/2023

CONTRATADO: JOSIVANIA DE CARVALHO CEZARIO BEZERRA  
CNPJ/CPF: 015.229.795-22

VALOR: R\$ R\$ 18.981.23 (DEZOITO MIL E NOVECENTOS E OITENTA E UM REAIS E VINTE E TRÊS CENTAVOS)

OBJETO: LOCAÇÃO DO IMÓVEL SITUADO NA RUA FLORIANO PEIXOTO, Nº 116, 2º ANDAR, BAIRRO CENTRO, JUAZEIRO-BA, QUE SERVIRÁ COMO CASA DE ESTUDANTES.

BASE LEGAL: Artigo 24, Inciso X da Lei 8.666 de 21/06/1993.

DOTAÇÃO:  
Órgão / Unidade: 02.04.02 Atividade: 2.017 Elemento de despesa: 3.3.9.0.36.00 Fonte: 1.500/1.660

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 25 de Janeiro de 2023.

\_\_\_\_\_  
HIPÓLITO RODRIGUES SILVA GOMES  
Prefeito Municipal

CERTIDÃO

Certifico que o Extrato acima foi afixado no quadro de avisos da Prefeitura para conhecimento geral.

Em, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
Luciana Rodrigues Silva Gomes  
Secretaria Municipal de Administração

Largo da Pátria, 132, Centro, São Gabriel – BA - CEP: 44915-000  
Fone/Fax: (74) 3620-2122





**ESTADO DA BAHIA**  
**Fundo Municipal de Assistência Social de São Gabriel - FMAS**  
**CNPJ (MF) 15.054.657/0001-09**

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE RESUMO DE CONTRATO

CONTRATO Nº: 0041/2023  
PROCESSO Nº: 0041/2023

**RESUMO DO OBJETO:** LOCAÇÃO DO IMÓVEL SITUADO NA FLORIANO PEIXOTO, Nº 116, 2º ANDAR, BAIRRO CENTRO, JUAZEIRO-BA.

**MODALIDADE:** Contratação direta por dispensa conforme estabelecido no Artigo 24, Inciso X, da Lei 8666/93. Dispensa Nº 0041/2023.

**NOME DO CONTRATADO:** JOSIVANIA DE CARVALHO CEZARIO BEZERRA

**ESPECIE:** LOCAÇÃO DE IMÓVEL

**CPF/CNPJ:** 015.229.795-22

**VIGÊNCIA:** De 25/01/2023 à 31/12/2023

**VALOR DA CONTRATAÇÃO:** R\$ 18.981,23 (DEZOITO MIL E NOVECENTOS E OITENTA E UM REAIS E VINTE E TRÊS CENTAVOS)

**DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA**

Órgão / Unidade: 02.04.02 Atividade: 2.017 Elemento de despesa: 3.3.9.0.36.00 Fonte: 1.500/1.660

São Gabriel-BA, 25 de Janeiro de 2023.

\_\_\_\_\_  
Hipólito Rodrigues Silva Gomes  
Prefeito Municipal

**CERTIDÃO**

Certifico que o Extrato acima foi afixado no quadro de avisos da Prefeitura para conhecimento geral.

Em, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
Luciana Rodrigues Silva Gomes  
Secretaria Municipal de Administração

**Largo da Pátria, 132, Centro, São Gabriel – BA - CEP: 44915-000**  
**Fone/Fax: (74) 3620-2122**





**ESTADO DA BAHIA**  
**Prefeitura Municipal de São Gabriel**  
**CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32**

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE DISPENSA**

DISPENSA Nº: 0044/2022  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 0044/2022

CONTRATADO: ROSA AMÉLIA SOUZA DA SILVA  
CNPJ/CPF: 704.490.665-68

VALOR: R\$12.654,15 (DOZE MIL E SEISCENTOS E CINQUENTA E QUATRO REAIS E QUINZE CENTAVOS)

OBJETO: LOCAÇÃO DO IMÓVEL SITUADO NA RUA DA UNIÃO Nº 402, BAIRRO CENTRO, SÃO GABRIEL-BA, PARA FUNCIONAMENTO DA SEDE DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E PROMOÇÃO DA IGUALDADE, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DOS MUNICÍPIES.

BASE LEGAL: Artigo 24, Inciso X da Lei 8.666 de 21/06/1993.

DOTAÇÃO:  
Órgão / Unidade:02.04.02 / Atividade:2.017 / Elemento de despesa:3.3.9.0.36.00 / Fonte: 1.500/1.660

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 25 de Janeiro de 2022.

\_\_\_\_\_  
HIPÓLITO RODRIGUES SILVA GOMES  
Prefeito Municipal

**CERTIDÃO**

Certifico que o Extrato acima foi afixado no quadro de avisos da Prefeitura para conhecimento geral.

Em, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
Luciana Rodrigues Silva Gomes  
Secretaria Municipal de Administração

**Largo da Pátria, 132 – Centro. São Gabriel – BA. CEP: 44915- 000**  
**Fone/Fax: (74) 3620 2122**





**ESTADO DA BAHIA**  
**Prefeitura Municipal de São Gabriel**  
**CNPJ (MF) 13.891.544/0001-32**

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE RESUMO DE CONTRATO

CONTRATO Nº: 0044/2023  
PROCESSO Nº: 0044/2023

RESUMO DO OBJETO: LOCAÇÃO DO IMÓVEL SITUADO NA RUA DA UNIÃO Nº 402, BAIRRO CENTRO, SÃO GABRIEL-BA, PARA FUNCIONAMENTO DA SEDE DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E PROMOÇÃO DA IGUALDADE, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DOS MUNICÍPIES.

MODALIDADE: Contratação direta por dispensa conforme estabelecido no Artigo 24, Inciso X, da Lei 8666/93. Dispensa Nº 0044/2023.

NOME DO CONTRATADO: ROSA AMÉLIA SOUZA DA SILVA

ESPECIE: LOCAÇÃO DE IMÓVEL

CPF/CNPJ: 704.490.665-68

VIGÊNCIA: De 25/01/2023 à 31/12/2023

VALOR DA CONTRATAÇÃO R\$12.654,15 (DOZE MIL E SEISCENTOS E CINQUENTA E QUATRO REAIS E QUINZE CENTAVOS)

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

Órgão / Unidade:02.04.02 / Atividade:2.017/ Elemento de despesa:3.3.9.0.36.00 / Fonte: 1.500/1.660

São Gabriel/BA, 25 de Janeiro de 2023.

\_\_\_\_\_  
Hipólito Rodrigues Silva Gomes  
Prefeito Municipal

**CERTIDÃO**

Certifico que o Extrato acima foi afixado no quadro de avisos da Prefeitura para conhecimento geral.

Em, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
Luciana Rodrigues Silva Gomes  
Secretaria Municipal de Administração

Largo da Pátria, 132 – Centro. São Gabriel – BA. CEP: 44915- 000  
Fone/Fax: (74) 3620 2122





**ESTADO DA BAHIA**  
**Fundo Municipal de Assistência Social de São Gabriel - FMAS**  
**CNPJ (MF) 15.054.657/0001-09**

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE DISPENSA

DISPENSA Nº: 0045/2023  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 0045/2023

CONTRATADO: ELIKELLE ANDRÉIA DA SILVA SANTOS  
CNPJ/CPF: 798.969.605-34

VALOR: R\$ 24.802.14 (VINTE E QUATRO MIL E OITOCENTOS E DOIS REAIS E QUATORZE CENTAVOS)

OBJETO: LOCAÇÃO DO IMÓVEL SITUADO NA RUA GRUJIM, Nº 174, BAIRRO ROSA ELZE, SÃO CRISTÓVÃO-SE, QUE SERVIRÁ COMO CASA DE ESTUDANTES.

BASE LEGAL: Artigo 24, Inciso X da Lei 8.666 de 21/06/1993.

DOTAÇÃO:  
Órgão / Unidade: 02.04.02 Atividade: 2.017 Elemento de despesa: 3.3.9.0.36.00 Fonte: 1.500/1.660

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 25 de Janeiro de 2023.

\_\_\_\_\_  
HIPÓLITO RODRIGUES SILVA GOMES  
Prefeito Municipal

**CERTIDÃO**

Certifico que o Extrato acima foi afixado no quadro de avisos da Prefeitura para conhecimento geral.

Em, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
Luciana Rodrigues Silva Gomes  
Secretaria Municipal de Administração

\_\_\_\_\_  
Largo da Pátria, 132, Centro, São Gabriel – BA - CEP: 44915-000  
Fone/Fax: (74) 3620-2122





**ESTADO DA BAHIA**  
**Fundo Municipal de Assistência Social de São Gabriel - FMAS**  
**CNPJ (MF) 15.054.657/0001-09**

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE RESUMO DE CONTRATO

CONTRATO Nº: 0045/2023  
PROCESSO Nº: 0045/2023

**RESUMO DO OBJETO:** LOCAÇÃO DO IMÓVEL SITUADO NA RUA GRUJIM, Nº 174, BAIRRO ROSA ELZE, SÃO CRISTÓVÃO-SE.

**MODALIDADE:** Contratação direta por dispensa conforme estabelecido no Artigo 24, Inciso X, da Lei 8666/93. Dispensa Nº 0045/2023.

**NOME DO CONTRATADO:** ELIKELLE ANDRÉIA DA SILVA SANTOS

**ESPECIE:** LOCAÇÃO DE IMÓVEL

**CPF/CNPJ:** 798.969.605-34

**VIGÊNCIA:** De 25/01/2023 à 31/12/2023

**VALOR DA CONTRATAÇÃO:** R\$ 24.802.14 (VINTE E QUATRO MIL E OITOCENTOS E DOIS REAIS E QUATORZE CENTAVOS)

**DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA**

**Órgão / Unidade:** 02.04.02 **Atividade:** 2.017 **Elemento de despesa:** 3.3.9.0.36.00 **Fonte:** 1.500/1.660

São Gabriel-BA, 25 de Janeiro de 2023.

\_\_\_\_\_  
Hipólito Rodrigues Silva Gomes  
Prefeito Municipal

**CERTIDÃO**

Certifico que o Extrato acima foi afixado no quadro de avisos da Prefeitura para conhecimento geral.

Em, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
Luciana Rodrigues Silva Gomes  
Secretaria Municipal de Administração

**Largo da Pátria, 132, Centro, São Gabriel – BA - CEP: 44915-000**  
**Fone/Fax: (74) 3620-2122**







**ESTADO DA BAHIA**  
**Fundo Municipal de Assistência Social de São Gabriel - FMAS**  
**CNPJ (MF) 15.054.657/0001-09**

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE DISPENSA

DISPENSA Nº: 0046/2023  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 0046/2023

CONTRATADO: TAYNA EMANUELLE DOS REIS GUIMARAES  
CNPJ/CPF: 065.457.375-11

VALOR R\$ 16.526,33 (DEZESSEIS MIL E QUINHENTOS E VINTE E SEIS REAIS E TRINTA E TRÊS CENTAVOS)

OBJETO: LOCAÇÃO DO IMÓVEL SITUADO NA RUA A, Nº 30, FEIRA VI, FEIRA DE SANTANA-BA, PARA FUNCIONAMENTO DA CASA DE ESTUDANTES.

BASE LEGAL: Artigo 24, Enciso X da Lei 8.666 de 21/06/1993.

DOTAÇÃO:  
Órgão / Unidade:02.04.02 / Atividade:2.020 / Elemento de despesa:3.3.9.0.36.00 / Fonte: 1.500/1.660

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 25 de Janeiro de 2022.

\_\_\_\_\_  
HIPÓLITO RODRIGUES SILVA GOMES  
Prefeito Municipal

CERTIDÃO

Certifico que o Extrato acima foi afixado no quadro de avisos da Prefeitura para conhecimento geral.

Em, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
Luciana Rodrigues Silva Gomes  
Secretaria Municipal de Administração

\_\_\_\_\_  
Largo da Pátria, 132, Centro, São Gabriel – BA - CEP: 44915-000  
Fone/Fax: (74) 3620-2122





**ESTADO DA BAHIA**  
**Fundo Municipal de Assistência Social de São Gabriel - FMAS**  
**CNPJ (MF) 15.054.657/0001-09**

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE RESUMO DE CONTRATO

CONTRATO Nº: 0046/2023  
PROCESSO Nº: 0046/2023

**RESUMO DO OBJETO:** LOCAÇÃO DO IMÓVEL SITUADO NA RUA A, Nº 30, FEIRA VI, FEIRA DE SANTANA-BA, PARA FUNCIONAMENTO DA CASA DE ESTUDANTES.

**MODALIDADE:** Contratação direta por dispensa conforme estabelecido no Artigo 24, Parágrafo X, da Lei 8666/93. Dispensa Nº 0046/2023.

**NOME DO CONTRATADO:** TAYNA EMANUELLE DOS REIS GUIMARAES

**ESPECIE:** LOCAÇÃO DE IMÓVEL

**CPF/CNPJ:** 065.457.375-11

**VIGÊNCIA:** De 25/01/2023 à 31/12/2023

**VALOR DA CONTRATAÇÃO:** R\$ 16.526,33 (DEZESSEIS MIL E QUINHENTOS E VINTE E SEIS REAIS E TRINTA E TRÊS CENTAVOS)

**DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA**

Órgão / Unidade: 02.04.02 / Atividade:2.017 / Elemento de despesa:3.3.9.0.36.00 / Fonte: 1.500/1.660

São Gabriel-BA, 25 de Janeiro de 2023.

\_\_\_\_\_  
Hipólito Rodrigues Silva Gomes  
Prefeito Municipal

**CERTIDÃO**

Certifico que o Extrato acima foi afixado no quadro de avisos da Prefeitura para conhecimento geral.

Em, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
Luciana Rodrigues Silva Gomes  
Secretaria Municipal de Administração

**Largo da Pátria, 132, Centro, São Gabriel – BA - CEP: 44915-000**  
**Fone/Fax: (74) 3620-2122**





**ESTADO DA BAHIA**  
**Fundo Municipal de Assistência Social de São Gabriel - FMAS**  
**CNPJ (MF) 15.054.657/0001-09**

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE DISPENSA**

DISPENSA Nº: 0059/2023  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 0059/2023

CONTRATADO: THUANY DE SOUZA PERREIRA  
CNPJ/CPF 046.540.375-19

VALOR: R\$ 15.185,00 (QUINZE MIL E CENTO E OITENTA E CINCO REAIS)

OBJETO: LOCAÇÃO DO IMÓVEL SITUADO NA TRAVESSA HELCIO BESSA, Nº 39, CENTRO, XIQUE XIQUE-BA, PARA FUNCIONAMENTO DA CASA DE ESTUDANTES.

BASE LEGAL: Artigo 24, Enciso X da Lei 8.666 de 21/06/1993.

DOTAÇÃO:  
Órgão / Unidade:02.04.02 / Atividade:2.020 / Elemento de despesa:3.3.9.0.36.00 / Fonte: 1.500/1.660

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 25 de Janeiro de 2023.

\_\_\_\_\_  
HIPÓLITO RODRIGUES SILVA GOMES  
Prefeito Municipal

**CERTIDÃO**

Certifico que o Extrato acima foi afixado no quadro de avisos da Prefeitura para conhecimento geral.

Em, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
Luciana Rodrigues Silva Gomes  
Secretaria Municipal de Administração

\_\_\_\_\_  
**Largo da Pátria, 132, Centro, São Gabriel – BA - CEP: 44915-000**  
**Fone/Fax: (74) 3620-2122**



**ESTADO DA BAHIA**  
**Fundo Municipal de Assistência Social de São Gabriel - FMAS**  
**CNPJ (MF) 15.054.657/0001-09**

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE RESUMO DE CONTRATO**

**CONTRATO Nº:** 0059/2023  
**PROCESSO Nº:** 0059/2023

**RESUMO DO OBJETO:** LOCAÇÃO DO IMÓVEL SITUADO NA TRAVESSA HELCIO BESSA, Nº 39, CENTRO, XIQUE XIQUE-BA, PARA FUNCIONAMENTO DA CASA DE ESTUDANTES.

**MODALIDADE:** Contratação direta por dispensa conforme estabelecido no Artigo 24, Parágrafo X, da Lei 8666/93. Dispensa Nº 0059/2023.

**NOME DO CONTRATADO:** THUANY DE SOUZA PERREIRA

**ESPECIE:** LOCAÇÃO DE IMÓVEL

**CPF/CNPJ:** 046.540.375-19

**VIGÊNCIA:** De 25/01/2023 à 31/12/2023

**VALOR DA CONTRATAÇÃO:** R\$ 15.185,00 (QUINZE MIL E CENTO E OITENTA E CINCO REAIS)

**DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA**

**Órgão / Unidade:** 02.04.02 / **Atividade:** 2.017 / **Elemento de despesa:** 3.3.9.0.36.00 / **Fonte:** 1.500/1.660

São Gabriel-BA, 25 de Janeiro de 2023.

\_\_\_\_\_  
Hipólito Rodrigues Silva Gomes  
Prefeito Municipal

**CERTIDÃO**

Certifico que o Extrato acima foi afixado no quadro de avisos da Prefeitura para conhecimento geral.

Em, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
Luciana Rodrigues Silva Gomes  
Secretaria Municipal de Administração

**Largo da Pátria, 132, Centro, São Gabriel – BA - CEP: 44915-000**  
**Fone/Fax: (74) 3620-2122**